UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

Carolina Cau Spósito

A transparência nas línguas da família Tupi-Guarani:

guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá

São José do Rio Preto
2021

Carolina Cau Spósito

A transparência nas línguas da família Tupi-Guarani:

guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto
2021

S764t

Spósito, Carolina Cau

A transparência nas línguas da família Tupi-Guarani : guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá / Carolina Cau Spósito. -- São José do Rio Preto, 2021

201 f. : il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

Orientadora: Erotilde Goreti Pezatti

1. Gramática discursivo-funcional. 2. Línguas indígenas. 3. Família Tupi-Guarani. 4. Transparência (Linguística). 5. Opacidade (Linguística). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada

Carolina Cau Spósito

A transparência nas línguas da família Tupi-Guarani: guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti
UNESP – São José do Rio Preto Orientadora

Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi-Sé
DEM – UFSCar – São Carlos

Profa. Dra. Gabriela de Oliveira Codinhoto
CELA– UFAC – Rio Branco

Profa. Dra. Talita Storti Garcia
UNESP – São José do Rio Preto

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
UNESP – São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
14 de Outubro de 2020

Aos meus pais. Única e exclusivamente.

AGRADECIMENTOS

Foram árduos anos de trabalho, pesquisa e dedicação. Milhares de quilômetros percorridos para reuniões de orientação e aulas da pós-graduação. Foram inúmeras renúncias e abdicações. Este trabalho encerra um longo caminho de pesquisa, de aprendizado e também de evolução e revolução em minha vida. Porém, apesar de ser, muitas vezes, uma luta solitária, eu não chegaria aqui sozinha.

Agradeço aos meus pais, Mauro e Vilma, que tanto sonharam com este momento, quanto sofreram e aprenderam a lidar com minhas ausências, minhas crises de choro e desespero, minhas não respostas e sumiços. Agradeço, principalmente, por terem sido, ainda que inconscientemente, minha motivação, o meu lembrete para nunca desistir. Apesar de nunca terem concluído o ensino médio, me mostraram, desde sempre, a importância de estudar, de se dedicar, de se superar, todos os dias, um dia de cada vez. A vocês, meus amores, obrigada por serem os melhores pais que essa menina poderia ter.

Em seguida, mas não menos importante, agradeço à minha querida orientadora de toda essa jornada acadêmica (graduação, mestrado e doutorado), Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti (Erô), por toda paciência, por todos os ensinamentos, por todo o acolhimento e, especialmente, por acreditar e confiar no meu trabalho. Agradeço por saber ser, exatamente, a dose de empatia e exigência de que eu precisava. Por saber recuar diante das minhas fragilidades e por saber pressionar quando sabia que eu teria mais a oferecer. Por não colocar em dúvida, em nenhum momento, a conclusão desta fase. Pela sua sabedoria, doação e didática, serei sempre grata. Por todos os dias da minha vida.

Agradeço aos meus amigos queridos, por serem alívio em momentos de incerteza. Por serem colo, em momentos de desespero.

Agradeço aos professores presentes na banca de qualificação, Profa. Dra. Norma Novaes e Profa. Dra. Talita Storti Garcia, por terem aceitado gentilmente o convite, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições para a presente pesquisa.

Agradeço às valiosas contribuições dos colegas do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), que muito auxiliaram na análise e interpretação de grande parte dos dados apresentados neste trabalho.

Por fim, o presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), campus Passos, por ter permitido que eu me afastasse de minhas

atividades docentes a fim de me dedicar exclusivamente à conclusão deste doutorado.

RESUMO

A proposta investiga as relações de transparência e opacidade em quatro línguas da família Tupi-Guarani, por meio dos critérios adotados pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional, desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008). Dessa forma, assume-se uma perspectiva funcional e uma abordagem desse fenômeno, que permite a definição da transparência considerando o alinhamento entre e dentro dos níveis de análise da teoria, o que representa uma inovação do conceito – tradicionalmente concebido como a relação entre forma e significado. O objetivo geral consiste em verificar o compartilhamento de traços entre as línguas da mesma família. Como objetivos específicos, buscaremos i) determinar as propriedades de cada língua, de acordo com nove critérios – aposição, referência cruzada, relações gramaticais, concordância na oração, concordância de negação, expletivos, gênero gramatical; acordo sintagmático; descontinuidade; ii) comparar as línguas de modo a determinar as propriedades que são compartilhadas entre elas. Para tanto, tomam-se, como material de investigação, dados secundários, extraídos da descrição, fornecida em gramáticas e teses por outros autores, das quatro línguas (guajá, kamaiurá, kokama, kaiowá). A partir dos critérios de opacidade propostos por Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), determinam-se, qualitativamente, os traços de cada língua, comparam-se os resultados de modo a determinar as propriedades que são compartilhadas entre elas. Os resultados mostram o compartilhamento de traços transparentes e opacos entre as quatro línguas, de modo que é possível alcançar uma caracterização geral sistemática das línguas da família Tupi-Guarani nos seguintes aspectos: apresentam um sistema de negação que se manifesta em distintas camadas dos níveis Interpessoal e Representacional; carecem de marcação de gênero e de conjugação verbal; apresentam alinhamento semântico (e não sintático), que caracteriza as línguas ativas, isto é, línguas que distinguem o argumento Ativo dos não-ativos (Inativo e Locativo), e não a função sintática de sujeito e objeto, que implica um alinhamento morfossintático. Desse modo, este estudo torna possível alcançar uma caracterização das línguas da família Tupi-Guarani no que se refere aos traços de transparência/opacidade. Ao descrever e caracterizar tipologicamente essas línguas, este estudo contribui para estudos posteriores, como também para sua preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Família Tupi-Guarani; Línguas indígenas; Transparência; Opacidade; Gramática Discursivo-Funcional

ABSTRACT

The proposal is to investigate the relations of transparency and opacity in four languages of the Tupi-Guarani family, using the criteria adopted by the theoretical model of the Functional Discourse Grammar, developed by Hengeveld and Mackenzie (2008). Thus, a functional perspective and an approach to this phenomenon is assumed, which allows the definition of transparency considering the alignment between and within the levels of analysis of the theory, which represents an innovation of the concept - traditionally conceived as the relationship between the form and meaning. The general objective is to verify the sharing of traits between languages of the same family. As specific objectives, we will try to i) determine as properties of each language, according to nine criteria - apposition, cross-reference, grammatical relations, agreement in the sentence, agreement of negation, expletives, grammatical gender; syntagmatic agreement; discontinuity; ii) compare languages in order to determine the properties that are shared between them. For this purpose, secondary data are taken as research material, extracted from the description, provided in grammars and theses by other authors, of the four languages (guajá, kamaiurá, kokama, kaiowá). From the opacity criteria proposed by Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) and Hengeveld and Leufkens (2018), the features of each language are qualitatively determined, the results are compared in order to determine the properties that are shared between them. The results show the sharing of transparent and opaque features between the four languages, so that it is possible to achieve a general systematic characterization of the languages of the Tupi-Guarani family in the following aspects: they present a system of negation that manifests itself in different layers of the Interpersonal levels and Representational; they lack gender marking and verbal conjugation; present semantic (and non-syntactic) alignment, which characterizes active languages, that is, languages that distinguish the Active from the non-active (Inactive and Locative) argument, and not the syntactic function of subject and object, which implies a morphosyntactic alignment. Thus, this study allows to characterize the languages of the Tupi-Guarani family in terms of transparency / opacity traits. By describing and typologically characterizing these languages, this study contributes to further studies, as well as to their preservation.

KEYWORDS: Tupi-Guarani family; Indigenous languages; Transparency; Opacity; Functional Discoursive Grammar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização das terras indígenas carú (1), awá (2) e alto turiaçú (3) 27
Figura 2 – Mapa da localização das comunidades kokama 29
Figura 3 – Localização do povo kaiowá no brasil 31
Figura 4 – Gramática discursivo-funcional como parte de uma teoria ampla da interação verbal 36
Figura 5 – Organização geral da gramática discursivo-funcional 38
Figura 6 – Interação entre e dentro dos níveis gramaticais 81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Posição dos constituintes nas camadas da oração e da expressão linguística 67
Quadro 2 – Relações implicacionais de transparência 104
Quadro 3 – Ocorrência da aposição 110
Quadro 4 – Referência cruzada 118
Quadro 5 – Codificação morfossintática de funções sintáticas e semânticas 137
Quadro 6 – Relações gramaticais 138
Quadro 7 – Concordância de oração 143
Quadro 8 – Morfemas negativos 144
Quadro 9 – Morfemas negativos do guajá 148
Quadro 10 – Morfemas negativos do kamaiurá 152
Quadro 11 – Morfemas negativos do kokama 156
Quadro 12 – Morfemas negativos do kaiowá 157
Quadro 13 – Partículas de negação 158
Quadro 14 – Concordância de negação 158
Quadro 15 – Elementos expletivos 165
Quadro 16 – Partículas indicadoras de gênero 168
Quadro 17 – Gênero gramatical 171
Quadro 18 – Os numerais em kaiowá 184
Quadro 19 – Acordo sintagmático 186
Quadro 20 – Descontinuidade 190
Quadro 21 – Síntese dos critérios analisados 191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Discurso feminino x discurso masculino 169
Tabela 2 - Hierarquia de transparência e opacidade das línguas guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá 195
Tabela 3 – Hierarquia de transparência e opacidade dos fenômenos 195

LISTA DE ABREVIATURAS

1	First person
2	Second person
23	Second person plural,
ABL	Ablative
ACUS	Acusative
ADV	Adverbial
ADVREL	Adverbial Relativized
AFF	Affected
ALL	Alative
APPL	Aplicative
ASP	Aspect
AT	Atested
ATEN	Attenuation suffix
ATR	Attributable case
AUG	Argumentative
AUM	Auger
AUX	Auxiliary
C	Commiittee
CIRC	Circumstantial way
CAUS	Causative
COLL	Collective
COND	Conditional
CONJ	Conjunction
CON.EXP	Counter-expectation particle
CONJT	Conjunctvizer
COOP	Cooperative
CÓP	Copula
CPL	Completive
CTP	Centrifugal directional particle
CTP1	Causative-comitative centripetal directional particle
FS	End of the sentence
FUT	Future
INESS	Iness
INS	Instrument
INTENT	Intentive
INTENS	Booster
INTER	Interrogative illocution
INTS	Intensity suffix
INTR	Intransitive
ITER	Iterative
ITG	Unattainable demonstrative
LNK	Linker
LOC	Locative
M	Masculine
NEG	Negation
NOM	Nominative
NMLZ	Nominalizer
NONIND	Not-indicative
NONREF	Not-referential
N.PR	Proper noun
NONVIS	Non visual evidencial
NUCL	Nucleus
OBJ	Object
OBL	Oblique
PER	Perlative
PERM	Permanent
PFV	Perfective
PL	Plural
PL.F	Plural feminine
POSS	Possessive

CTP2	Simple causative centripetal Particle	POL	Polite
DAT	Dative	POST	Posterior
DECL	Declarative	POT	Potential
DEF	Definite	PRED	Predicade/predicative
DEF.COMN	Definite commom	PROI	Prohibive
DEF.NEUT	Definite neuter	PROG	Progressive
DEM	Demonstrative	PROJ	Projective-looking particle
DEP	Dependent	PROX	Proximate
DIR	Direction	PRX.CNTR	Proximal contrast
DIS.M	Average distance from the center Deictic	PST	Past
DISTR	Distributive	QUANT	Quantitative
DIM	Diminutive	PUNCT	Pontual
DUR	Durative	REAL	Presupposition epistemic particle
DYN	Dynamic	REC	Recipient
EMPH	Enphasys	RED	Reduplication
ESS	Essive	REFL	Reflexive
EV	Evidencial	REL	Relativizador
EX	Existential	REI	Reiterative
EXCL	Exclusive	REP	Reportative
EXO	Exhortative	RESP	Respect
F	Feminine	REST	Restritive
FOC	Focus	SBJREL	Relativized subject
FORM	Formative	SEQ	Sequencial
FUT.	Future	SIM	Simultaneous
GER	Gerund	SIMIL	Similative epistemic particle
HAB	Habitual	SG	Singular
ILAT	Illative	SBJV	Subjuntive

IMP	Imperative	SPEC	Specific
IMPF	Imperfective	TOP	Topic
IND	Individual	TR	Transitivity mark
INDF	Undefined	UNC	Uncertainty modality
INDIC	Indicative	VENT	Ventive
INFER	Inferencial		

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **19**

2 LÍNGUAS INDÍGENAS – FAMÍLIA TUPI-GUARANI **23**

SUBCONJUNTO VIII: GUAJÁ **24**

2.1 Guajá **25**

2.2 Kamaiurá **26**

2.3 Kokama **27**

2.4 Kaiowá **28**

2.5 Classificação tipológica **30**

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **34**

3.1. A Gramática Discursivo-Funcional **35**

3.1.1 Arquitetura da GDF 35

3.1.2 A organização descendente 37

3.1.3 O Nível Interpessoal 39

3.1.3.1 O Movimento 40

3.1.3.2 Ato Discursivo 40

3.1.3.3 Ilocução 43

3.1.3.4 Conteúdo Comunicado 45

3.1.4 O Nível Representacional 46

3.1.4.1 Conteúdo Proposicional 47

3.1.4.2 Episódio 47

3.1.4.3 Estado-de-coisas 48

3.1.4.4 Propriedades Configuracionais 49

3.1.4.5 Propriedade lexical 60

3.1.5 O Nível Morfossintático 61

3.1.5.1 Ordenação de constituintes 65

3.1.6 O Nível Fonológico 67

4 A TRANSPARÊNCIA **69**

4.1 Conceitos relevantes para a transparência **70**

4.2 Transparência nas teorias linguísticas **71**

4.2.1 A transparência na GDF 73

4.3 Interpessoal – Representacional **83**

4.3.1 Aposição 83

4.3.2 Referência cruzada 84
4.4 Interpessoal/Representacional – Morfossintático 84
4.4.1 Relações gramaticais 86
4.4.2 Concordância na oração 88
4.4.3 Concordância de Negação 89
4.4.4 Descontinuidade 92
4.5 Nível Morfossintático 93
4.5.1 Elementos expletivos 93
4.5.2 Gênero 95
4.5.3 Acordo no sintagma 96
5 METODOLOGIA 100
5.1 Material 100
5.2 Percurso metodológico 101
5.3 Critérios de análise 102
5.4 Hipóteses 103
6 TRAÇOS OPACOS E TRANSPARENTES DAS LÍNGUAS GUAJÁ, KAMAIURÁ, KOKAMA E KAIOWÁ 106
6.1 Aposição 106
6.1.1 Guajá 106
6.1.2 Kamaiurá 108
6.1.3 Kokama 108
6.1.4 Kaiowá 109
6.2 Referência cruzada 110
6.2.1 Guajá 111
6.2.2 Kamaiurá 112
6.2.3 Kokama 114
6.2.4 Kaiowá 116
6.3 Relações gramaticais 118
6.3.1 Guajá 119
6.3.2 Kamaiurá 124
6.3.3 Kokama 129
6.3.4 Kaiowá 132
6.4 Concordância na oração 138
6.4.1 Guajá 138

6.4.2 Kamaiurá 140
6.4.3 Kokama 141
6.4.4 Kaiowá 142
6.5 Concordância de negação 143
6.5.1 Guajá 145
6.5.2 Kamaiurá 148
6.5.3 Kokama 152
6.5.4 Kaiowá 158
6.6 Expletivos 159
6.6.1 Guajá 159
6.6.2 Kamaiurá 160
6.6.3 Kokama 163
6.6.4 Kaiowá 165
6.7 Gênero gramatical 167
6.7.1 Guajá 168
6.7.2 Kamaiurá 168
6.7.3 Kokama 170
6.7.4 Kaiowá 172
6.8 Acordo sintagmático 171
6.8.1 Guajá 172
6.8.1.1 O sufixo coletivizador -kér- 172
6.8.2 Kamaiurá 177
6.8.3 Kokama 180
6.8.4 Kaiowá 182
6.9 Descontinuidade 186
6.9.1 Guajá 187
6.9.2 Kamaiurá 188
6.9.3 Kokama 191
6.9.4 Kaiowá 191
7 CONCLUSÃO 191
REFERÊNCIAS 197

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), as línguas, por serem o primeiro e principal meio de comunicação, exibem uma relação sistemática de um-para-um entre forma e significado, sendo, portanto, transparentes. No entanto, diversos fatores, como ambiguidade, descontinuidade, fusão, concordância etc., fazem com que essa relação seja quebrada, tornando as línguas mais opacas e, consequentemente, mais difíceis de processar.

Segundo Hengeveld (2011a, p. 3), de um ponto de vista diacrônico, as línguas começam transparentes; no entanto, em consequência de princípios de comunicação (economia, expressividade, processamento) e de processos como os de erosão e fusão, vários recursos perdem sua motivação funcional, apagando a relação de um-para-um entre forma e significado. Desse modo, quanto mais as línguas envelhecem, mais elas tendem à opacidade, perdendo características transparentes, e, portanto, tornando-se mais difíceis de se adquirir.

Ainda segundo o autor, transparência não é o mesmo que simplicidade, ou seja, as línguas podem ser complexas e transparentes ou vice-versa. Por exemplo, a morfologia verbal do turco é altamente complexa, mas também altamente transparente. Línguas como o Aymara, com elevado grau de transparência, e o Esperanto, projetado como uma língua transparente, também contribuem para a discussão da relação de transparência nas línguas e entre as línguas, e de como essa relação pode ser aproveitada nos estudos linguísticos para o desenvolvimento de hierarquias. No entanto, apesar de ser um tema tão promissor, a questão tem recebido pouca atenção da linguística, especialmente pela difusão da ideia de que todas as línguas são igualmente difíceis de se processar, não havendo distinções relevantes entre a transparência e o processamento linguístico.

Em busca de respostas a respeito da relação de transparência entre as línguas, focando suas similaridades e distinções, este trabalho propõe um estudo das relações de transparência e opacidade em línguas indígenas brasileiras da família Tupi-Guarani, para verificar o compartilhamento de traços transparentes e opacos entre as línguas de uma mesma família, a fim de responder a questões como: i) as línguas indígenas de uma mesma família compartilham traços transparentes e/ou opacos?; ii) existe uma relação de implicação entre a existência de recursos transparentes e opacos nas línguas, de tal modo que podemos predizer a existência de um recurso com base na presença de outro? A essas questões subjaz a hipótese de que línguas pertencentes a uma mesma família compartilham os mesmos traços de transparência ou de opacidade.

Há poucos textos e, consequentemente, poucas informações acerca da quantidade exata

de falantes de línguas indígenas atualmente. Em 1999, Seki (p. 258) afirmou que, na época, eram faladas no Brasil cerca de 180 línguas indígenas, por aproximadamente 155.000 falantes, considerando que, desde a chegada dos portugueses, mais de 1.000 línguas já se perderam sem haver sequer um estudo sobre elas.

Um estudo mais recente que o de Seki (1999) encontrado foi o Censo 2010, que observou que, no Brasil, haviam 274 línguas indígenas faladas, excluindo as originárias dos outros países, sendo a Tikúna a mais falada (34,1 mil pessoas). De acordo com o Censo 2010, foram declaradas 214 línguas e 249 foram contabilizadas tanto nas áreas urbanas quanto em áreas rurais. Após coletarem informações da população residente nas terras indígenas e dos indígenas declarados fora delas, foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam "indígenas" de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.[1]

De acordo com os dados obtidos pelo ISA (2016), a população de falantes indígenas, em 2010, era de 715.213. Este número é não consequencia de um levantamento direto, tal como os números obtidos pelo IBGE, mas sim oriundos de fontes de campo. É possível, segundo o autor, que a diferenca estatística seja decoorente principalmente da população que se declarou indígena mas não especificou uma etnia. Em 2012, o IBGE tornou público um número que se aproximou mais com os dados do ISA: 672.524, número esse decorrente de uma pesquisa feita em 2010.

Desde a década de 1980, houve um crescimento de pesquisas e pesquisadores interessados no estudo das línguas indígenas; no entanto, a maioria desses trabalhos não passa de uma descrição pautada em alguns aspectos da língua, não fornecendo, assim, uma descrição completa, que permita um estudo tipológico. Desse modo, como veremos mais detalhadamente na seção Material e Método, poucas são as gramáticas disponíveis com descrições completas sobre a língua, o que dificulta pesquisas na área. Nesse contexto, buscamos mostrar como o estudo das relações de transparência e opacidade em quatro línguas indígenas da família Tupi-Guarani – guajá, kamaiurá, kokama, kaiowá – pode contribuir para a preservação, compreensão e análise dessas línguas. O pressuposto é o de que as línguas diferem em seu grau de transparência, compartilhando ou rejeitando traços umas das outras, sendo, por isso, possível o

[1] Tais informações foram consultadas no seguinte endereço eletrônico: https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada. Acesso em 20 de outubro de 2020, às 18 horas e 25 minutos.

estabelecimento de uma hierarquia implicacional de transparência, que poderá contribuir para o estudo das línguas indígenas e para o estabelecimento do papel da transparência na variação delas.

Para isso, a escolha dos materiais considera a abrangência e a clareza das descrições, de modo que envolvam os mais variados fenômenos nas línguas, tornando possível a análise de cada critério selecionado. Desse modo, são utilizadas quatro gramáticas, uma de cada língua. A descrição do guajá baseia-se na obra de Marina Maria Silva Magalhães, intitulada *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua guajá (família tupi-guarani)*, de 2007. A obra *Gramática do Kamaiurá*, de Lucy Seki (2000) serviu para o estudo e descrição do kamaiurá. Para a análise do kokama foi utilizada *A Grammar of Kokama-Kokamilla*, de Rosa Vallejos Yopán (2010), ficando a análise do kaiowá baseada na tese *Aspectos Morfossintáticos da Língua Kaiowá (Guarani)*, de Valéria Faria Cardoso (2008).

A pesquisa, em um plano mais amplo, pode ainda contribuir para o desenvolvimento da teoria que a sustenta, a GDF, pois se presta como subsídio ao debate sobre os universais linguísticos e ao desenvolvimento de uma teoria universal da transparência, considerada como a relação um-para-um entre um significado e uma forma, além de ser ferramenta para a concepção de futuros materiais que permitam a preservação e a difusão das línguas indígenas.

Para alcançar os objetivos aqui propostos, esta tese encontra-se dividida em 6 capítulos, além da Introdução e Conclusão. No capítulo II – Línguas indígenas – Família Tupi-Guarani –, o objetivo é trazer uma apresentação da família Tupi-Guarani, fazendo uma revisão da literatura já existente acerca das línguas que compõem a família, seus aspectos culturais e históricos, bem como os trabalhos mais relevantes já produzidos sobre elas. No capítulo III – Fundamentação Teórica –, abordaremos princípios básicos acerca do aporte teórico escolhido para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, buscamos demonstrar, de maneira breve, como os conceitos de iconicidade, arbitrariedade, isomorfismo e homomorfismo foram abordados na linguística, até chegar a um conceito de transparência e suas diferentes concepções de acordo com diferentes teorias, discutindo os critérios adotados por Hengeveld e Leufkens (2018) para determinar os fenômenos de opacidade e transparência nas línguas, a partir de uma arquitetura modular dividida em níveis e camadas, permitindo um olhar inovador para o fenômeno. O capítulo IV – Metodologia – trata dos critérios de seleção do material utilizado para a pesquisa e do percurso metodológico utilizado para lidar com os dados encontrados. No capítulo V – Transparência e Opacidade nas Línguas da família Tupi-Guarani – são apresentadas as análises da aplicação dos critérios de opacidade

nas línguas guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá. Cabe destacar que os critérios referentes ao Nível Fonológico e o paralelismo deste nível com os demais não foram aqui contemplados devido à escassez de materiais que viabilizaria a análise.

2 LÍNGUAS INDÍGENAS – FAMÍLIA TUPI-GUARANI

O objetivo deste capítulo é apresentar, de modo geral, a família Tupi-Guarani, fazendo uma revisão da literatura já existente acerca das línguas que a compõem, apresentando brevemente alguns aspectos culturais, históricos e linguísticos.

Rodrigues (2011, p. 235) observa que as línguas da família Tupi-Guarani apresentam similaridades de características, pois, segundo o autor, compartilham um "grande número de propriedades, tanto de estrutura como de léxico". Dentre tais propriedades, Rodrigues (2011, p. 235) seleciona nove para utilizar como fator de inclusão e, paralelamente, de exclusão, de uma língua de família geneticamente aparentada. Tais fatores estão elencados de (a) a (i), retirados de Rodrigues (2011, p. 236).

> (a) Prefixos marcadores de sujeito comuns aos verbos intransitivos e transitivos em orações independentes, incluindo formas iguais a, ou deriváveis fonologicamente de: *a-* "eu", *ere-* "você", *ja-* "eu e você", *oro-* "eu e ele", *pe-* "você e ele", *o-* "ele, eles" (também "eu, você e ele").
> (b) Pronomes pessoais exprimindo possuidor, sujeito de verbos descritivos e objeto direto, assim como sujeito de verbos intransitivos em orações dependentes, incluindo formas iguais a, ou deriváveis fonologicamente de: (*i*) *txé* "eu", (*e*) *né* "você", *jané* "eu e você", *oré* "eu e ele", *pe* (ẽ) "você e ele" (também *atxé* "eu, você e ele").
> (c) Prefixos relacionais incluindo *r-*, que assinala que o determinante da palavra prefixada é a palavra que a precede imediatamente, aplicável a uma classe de palavras que inclui "olho", "rosto", "lábio inferior", "sangue", "corpo", "folha", "casa", "nome"; p. ex., Tupinambá *payé r-esá* "olho do pajé", *xe r-esá* "meu olho".
> (d) O fonema *j* (ou equivalente álveo-palatais ou alveolares; *tx, dj, ñ, z*) em palavras como *jatxy* "lua", *jakú* "jacu", *jý* "machado", *jurú* "boca", *ajurú* "papagaio", *já'ẽ* "vasilha de barro", *kujã* "mulher", *júb* "ama$_{REL}$-o", *pajé* "xamã", *peju* "soprar".
> (e) O fonema *tx* (ou *ts, s, h* ou zero) em palavras como *txý* "mãe", *txók* "larva", *-txu'u* "morder, mastigar", *-watxú, -utxú* "grande", *-ubitxáb* "grande, importante, chefe", *txám* "corda", *-etxá* "olho", *txo'o* "animal de caça".
> (f) O fonema *ts* (*ou s, h*, ou zero) em palavras como *tsó* "ir", *tsetá* "são muitos", *otsenúb* "ele o ouve", *pytsatsú* "novo", *potsáng* "remédio", *pytsyk* "pegar", *pytsá-* "noite".
> (g) As palavras *itá* "pedra" e *eír* "mel, abelha" com *i* (e não *wi, im kwi* ou *ky*).
> (h) Vocabulário básico incluindo formas deriváveis fonologicamente de: *jatxý* "lua", *ybák* "céu", *-atá* "fogo", *jepe'áb* "lenha", *ybyrá* "pau", *-apó* "raiz", *ka'á* "mato", *-etxá* "olho", *tĩ* "nariz, bico", *jurú* "boca", *nmí* "o$_{REL}$-ha", *jybá* "braço", *poti'á* "peito", *-etymã* "(canela da) perna", *-o'ó* "carne", *abá* "pessoa, quem?", *ma'é* "coisa, que?", *pirá* "peixe", *wyrá* "ave", *kuyã* "mulher", *pukú* "comprido", *poráng* "bonito", *-obý* "verde/azul", *péb* "baixo, chato, plano", *mokõy* "dois", *manõ* "morrer", *me'éng* "dar", *je'éng* "falar", *apó* "fazer", *atá* "andar", *-epják* "ver", *ma'ẽ* "olhar".
> (i) A palavra *petým* (e não *pé*) "fumo, tabaco" (literalmente "tabaco plantado"). (RODRIGUES, 2011, p. 236)

Melia (1992, p. 37), por sua vez, observa que, no Brasil, membros pertencentes ao Guarani vivem em diversos estados do país (Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa

Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), e que tal dispersão pode ser atribuída à busca da "Terra Sem Males", isto é, referência ao mito Guarani sobre a existência de um lugar onde não haveria fome, guerras ou doenças.

Considerando o fenômeno de dispersão, Cardoso (2008, p. 7) aponta as dificuldades de estabelecer o número de falantes do Guarani. Almeida e Mura (2003)[2] reforçam tal contrariedade de números, justificando que no Brasil há aproximadamente 90 áreas Guarani reconhecidas oficialmente, além de dezenas de outras que dispõem de maior ou menor informação. Além disso, os autores ressaltam que o número referente à população Guarani era, no início do ano 2000, de aproximadamente 34 mil pessoas.

Segundo Cardoso (2008), a família Tupi-Guarani é constituída de um conjunto de línguas que descendem de uma língua ancestral da família Tupi-Guarani, a Proto-Tupi-Guarani (doravante PTG). Tal língua-mãe, de acordo com o autor, tem sua existência afirmada a partir de correspondências sistemáticas que ocorrem entre as gramáticas, os sons e os itens lexicais das línguas pertencentes a esta família.

As quatro línguas selecionadas para esta pesquisa[3] são guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá. Rodrigues (2011), a partir de características compartilhadas pelas línguas Tupi-Guarani que ele já tinha analisado, separou tais línguas em nove subconjuntos. Porém, os que nos interessam aqui são os subconjuntos I, III, VII e VIII, que abrigam respectivamente as línguas kaiowá, kokama, kamaiurá e guajá. Rodrigues (2011, p. 246)[4] apresenta as características gerais de cada um desses subgrupos do seguinte modo.

CARACTERÍSTICAS SUBCONJUNTO I: KAIOWÁ	**LÍNGUAS E DIALETOS**	**EXEMPLOS**
(a) perda das consoantes finais; (b) conservação de **tx* ou sua mudança em *ts* ou *s*; (c) mudança de **ts* em *h* ou zero; (d) mudança de em **pw* em *kw* ou *k*; (e) mudança de **pj* em *tx* ou *x*	Guaraní Antigo Mbyá Xetá (Serra dos Dourados) Ñandéva (Txiripá) Kaiwá (Kayová, Pãi) Guaraní Paraguaio Guayakí (Aché) Tapieté Chiriguano (Ava) Izoceño (Chané)	Exemplos: (a) PTG **aipotár* "eu o quero", Mbyá *aipotá*; (b) PTG **jatxý* "lua", Mbyá *datxý*; (c) PTG **otsó* "ele vai", Guaraní Antigo *ohó*, Mbyá *oó*; (d) PTG **opweráb* "ele se recupera", Mbyá *okwerá*; (e) PTG **atsepják* "eu o vejo", Mbyá *aetxá*.

[2] Essas informações, divulgadas pelos autores Almeida e Mura (2003), podem ser conferidas no site de ISA: http://www.socioambiental.org/pib/epi/guarani_kaiowa/pop. shtm. Acesso em 10 nov. 2019.
[3] A justificativa para seleção de cada uma das línguas está descrita na seção de Metodologia.
[4] Os dados aqui apresentados são apenas para familiarização com as línguas que serão analisadas no Capítulo 5, uma vez que o objetivo do presente trabalho é analisar fenômenos linguísticos transparentes ou opacos; ou seja, objetivo diferente do estudo de Rodrigues (2011).

SUBCONJUNTO III: KOKAMA		
(a) conservação das consoantes finais; (b) fusão de **tx* e **ts*, ambos manifestos como *ts* ou *s*; (c) conservação de **pw*; (d) conservação de **pj*; (e) conservação do acento.	Tupinambá Língua Geral Paulista (Tupí Austral) Língua Geral Amazônica (Nheengatú) Kokáma Kokamíya (Cocamilla) Omágua	(a) PTG **aipotár* "eu o quero", Tupinambá *aipotár*; (b) PTG **jatxý* "lua", Tupinambá *jasý*; PTG **otsó* "ele vai", Tupinambá *osó*; (c) PTG **opweráb* "ele se recupera", Tupinambá *opweráb*; (d) PTG **atsepják* "eu o vejo", Tupinambá *asepják*; (e) PTG **pirá* "peixe", Tupinambá *pirá*.
SUBCONJUNTO VII: KAMAIURÁ		
(a) conservação das consoantes finais; (b) fusão de **tx* e **ts*, ambos mudados em *h* ou zero; (c) mudança de **pw* em *kw* ou *h*; (d) conservação de **pj* em *ts*; (e) conservação de **j*;	Kamaiurá	Exemplos: (a) PTG **akér* "eu durmo", Kamayurá *akét*; (b) PTG **jatxý* "lua", Kamayurá *jaý*; PTG **otsó* "ele vai", Kamayurá *ohó*; PTG **pytsatsú* "novo", Kamayurá *pyaú*; (c) PTG **-pwár* "amarrar", Kamayurá *-hwat*; (d) PTG **-epják* "ver", Kamayurá *-etsák*; (e) PTG **jacaré* "jacaré", Kamayurá *jakaré*.
SUBCONJUNTO VIII: GUAJÁ		
(a) perda parcial das consoantes finais; (b) fusão de **tx*, ambos mudados em *h* ou zero; (c) mudança de **pw* em *kw*; (d) mudança de **pj* em *s*; (e) conservação de **j*;	Wayampí (Oyampí) Wayampipukú Emérillon Amanayé Anambé Turiwára Guajá Urubú	(a) PTG **akér* "eu durmo", Urubú *akér*, Wayampí *áke*; PTG **potýr* "flor", Urubú *putýr*, Wayampí *póty*, Wayampipukú *potyr*; (b) PTG **jatxý* "lua", Urubú *jahý*, Wayampí *jáy*; PTG **otsó* "ele vai", Urubú *ohó*, Wayampí *óo*; (c) PTG **-pwár* "amarrar", Urubú *-kwa*; PTG **-pópwár* "amarrar as mãos", Urubú *pukwár*; (d) PTG **-epják* "ver", Urubú *-sak*, Wayampí *-ésa* "achar"; (e) PTG **jacaré* "jacaré", Urubú *jakaré*, Wayampí *jakaré*.

2.1 Guajá

A língua guajá faz parte do subconjunto VIII. Magalhães (2007, p. 3) afirma que os guajá se autodenominam *awá*, termo lexical que remete, semanticamente, ao conceito de

‘homem’, ‘pessoa’ ou ‘gente’. Segundo Gomes (1988), não há muitas informações a respeito da origem do povo guajá, e do pouco que se sabe a respeito, acredita-se que sejam oriundos do baixo rio Tocantins, no estado do Pará.

Gomes (1988 e 1991) ressalta que a expansão colonial exerceu grande conflito na comunidade e, por consequência, os grupos indígenas se dispersaram. O autor cita que, após o conflito da Cabanagem (1835-1840), os guajá iniciaram uma migração com destino ao Maranhão, de modo que, por volta de 1950, todos os membros já estavam vivendo nesse estado.

Magalhães (2007, p. 3), por sua vez, afirma que a existência do povo guajá era de conhecimento desde o início dos anos 1970, porém, o contato com a comunidade, que somava 600 índios, iniciou-se a partir de 1973. Segundo a autora, acredita-se que existiam em média apenas 300 membros atualmente e que tal diminuição pode ser justificada pelo fato de o contato com os não-índios ter trazido ao Guajá muitas enfermidades seguidas de morte. Magalhães (2007, p. 4) afirma que, pelo que se sabe, a comunidade apresentava uma vida nômade, dependiam da caça e da coleta de produtos da floresta, ainda que a hipótese de que tenham sido agricultores no passado não seja descartada. A dificuldade em reconstruir o parentesco dos membros da comunidade Guajá, segundo a autora, se justifica, pois, os índios exploravam as matas do Maranhão em grupos pequenos, entre cinco e trinta pessoas, ou seja, havia muita dispersão. Nesse ponto, a autora observa, sabiamente, que ao situar a língua guajá no subconjunto VIII, possibilita-se “fornecer evidências necessárias para vincular essa língua e seus falantes a povos mais específicos que falam outras línguas do mesmo subconjunto” (MAGALHÃES, 2007, p, 3).

A população guajá está distribuída nas Terras Carú, Alto Turiaçú e Araribóia, no noroeste do estado do Maranhão, como pode ser observado no mapa (www.funai.gov.br, modificado) que se segue.

Figura 1 – Mapa da localização das terras indígenas Carú (1), Awá (2) e Alto Turiaçú (3)

Fonte: Funai. Disponível em www.funai.gov.br. Acesso em 25 nov. 2019.

Segundo Magalhães (2007, p. 3), os Guajá são, predominantemente, monolíngues e poucos entendem o português e conseguem se comunicar usando esta língua. Encontravam-se, na época da pesquisa da autora, professoras do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) atuando na comunidade com o objetivo tanto de aprender o guajá, de modo a alfabetizar os membros da comunidade em sua língua materna, quanto os ajudam a utilizar e compreender o português oral.

No que diz respeito às características linguísticas, as línguas do subconjunto ao qual o guajá pertence, segundo Rodrigues (2011), são conhecidas principalmente pela perda das consoantes finais e pela mudança de **pw* em *kw*. A perda das consoantes finais do PTG afeta essas línguas em diferentes graus, que não foram explanados pelo autor.

Segundo Rodrigues (2011), todos os subconjuntos delineados anteriormente (I, II, III e IV) configuram um levantamento, decorrente de análise das línguas, de propriedades compartilhadas pelas famílias. Tal relação pode ser útil, segundo o autor, "para diagnosticar o desmembramento de todo o conjunto de línguas Tupi-Guaraní visto como resultante histórico de uma protolíngua pré-histórica" (RODRIGUES, 2011, p. 247). O autor é crítico ao ressaltar que, para uma melhor caracterização desses subconjuntos, seria necessário um maior número de propriedades linguísticas, gramaticais e lexicais. Porém, ele observa que, enquanto não há estudos suficientes que permitam contribuições aos subconjuntos, o quadro apresentado por ele torna possível, ao mesmo tempo, observar algumas afinidades maiores que podem ou não ser correlacionadas com afinidades estabelecidas por critérios não linguísticos, quanto questionar

algumas hipóteses gerais ou particulares que são recorrentes na literatura no que tange à história e à pré-história dos povos Tupi-Guarani.

2.2 Kamaiurá

O povo Kamaiurá, consoante Seki (2000), constitui um referencial de cunho importante no que diz respeito à área cultural do Alto Xingu. Já no século XXI, a aldeia dos Kamaiurá se encontra próxima de dez quilômetros ao norte do Posto Leonardo Villas-Bôas, cerca de 500 metros da margem sul da Lagoa Ipavu e a seis km do rio Kuluene, à direita. De acordo com a autora, a população desse povo, no ano de 2002, consistia em 355 componentes, com crescimento demográfico alto em relação ao início dos anos 1970, quando eram 131. No ano de 1954, houve epidemia de sarampo na região e reduziram-se a 94. Em 1938, eram cerca de 240 indivíduos.

Segundo Rodrigues (2011, p. 244), kamaiurá está incluído como membro único no subconjunto VII. Para pertencer a tal subgrupo, as línguas apresentam como característica o fato de não desenvolverem a série de formas pronominais para a 3ª pessoa, para distinguir masculino, feminino e plural. Fonologicamente são muito semelhantes às línguas dos subconjuntos V e VI, o que levou Nimuendajú (1948, p. 313) a declarar que o kayabí, o apiaká, o kawahíb e o kamaiurá diferem muito pouco. Entretanto, este último difere das línguas dos subconjuntos V e VI também no tratamento das sequências de fonemas **pw* e **pj* do PTG. No kamaiurá, o **p* foi substituído por *h* diante de *w*, o que se deu também diante de *u*: kamaiurá *hwã* (‘mão’) (proveniente de ‘dedo’), *hweráp* (‘ressuscitar’), de **pweráb* (‘recuperar-se’), *hukú* (‘comprido’), de **pukú*.

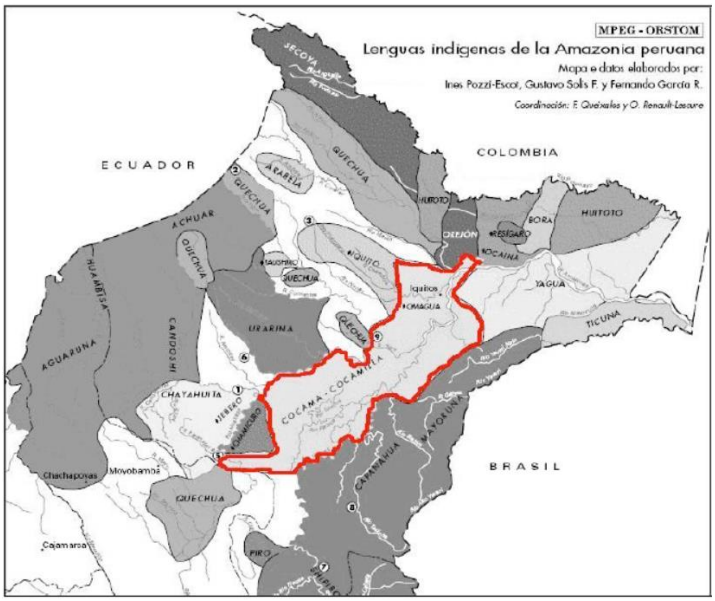
2.3 Kokama

De acordo com Rodrigues (2011, p. 243), existe uma hipótese de que os kokama seriam originários do Baixo Amazonas e que, posteriormente, teriam se direcionado para o Alto Amazonas.

Segundo Yopán (2011, p. 11), há 120 aldeias kokama e essas estão localizadas no departamento peruano de Loreto, especificamente nas províncias de Maynas, Alto Amazonas, Requena, Maquia e Ucayali. De acordo com o autor, durante a era da borracha, no final do século XIX e início do século XX, pequenos grupos migraram para Colômbia e Brasil. Na

Colômbia, estima-se que 250 membros estejam localizados na ilha de Ronda, enquanto no Brasil cerca de 50 famílias vivem na região do Solimões, tal como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Mapa da localização das comunidades kokama



Fonte: Retirado de Yopán (2011, p. 10).

Segundo Yopán (2011, p. 10), as comunidades do kokama são amplamente autossuficientes na sua agricultura e pecuária e suas principais atividades econômicas estão centradas na pesca, agricultura, coleta e atividades de caça. Linguisticamente, Rodrigues (2011, p. 244) observa que a língua não pode ser imediatamente associada nem com as línguas do subconjunto VIII, nem com as línguas dos subconjuntos IV (Tocantins Araguaia), V (Médio Xingu) e VI (Tapajós-Madeira) (Tembé *zahý* e *kwarahý*, Asuriní do Xingu *djahý* e *kwarahý*, Parintintín *jahý* e *kwarahý*). A impossibilidade de associação com o subconjunto VII se dá porque o kokama não mudou **tx* e **ts* em *h* ou zero, como as demais línguas do conjunto (exemplos: kokama *játxy*, 'lua', mas turiwára *jahý*, amanajé *jahír*, wayampí *jáy*; kokama *kwarátxi*, 'sol', turiwára *kwarahý*, amanajé *kwarahý*, wayampí *kwaráy*) e nem com os subconjuntos IV e V, porque kokama compartilha mais propriedades fonológicas com o tupinambá, já que se observa a manutenção da articulação labial tanto no kokama *tsakapýry* ('depois de') quanto no tupinambá *sakypwéri* ('atrás dele'). Tal fato leva Rodrigues (2011, p. 244) a observar que o kokama deveria ser considerado como mais similar ao tupinambá, porém, segundo o autor, há fortes indicações de que o kokama deve ter resultado da interação entre uma língua Tupi-Guarani e uma língua de outra filiação (ainda não identificada).

Rodrigues (2011, p. 244), após tais observações, inclui o kokama no subconjunto III; tal decisão, segundo o autor, se dá porque, apesar de fortemente diferenciado em sua gramática, observa-se em kokama uma derivação de formas do tupinambá (como, por exemplo, kokama *tsaíri*, 'raiado', tupinambá *sa'ír*, 'está raiado'; kokama *tsúni*, 'ser preto', tupinambá *sún*, 'é preto', etc.). O autor ressalta ainda que, como o kokama apresenta certas propriedades não Tupi consideradas importantes, as características gerais da língua permitem a impressão de essa ser resultado de mais um caso de língua Tupi-Guarani que foi adotada por um povo não Tupi. Para o autor, um dos fatos mais interessantes no kokama, é que a língua tem diferentes pronomes pessoais, que variam a depender do sexo do Falante:

> Em dois casos o pronome que designa homens é não Tupi, ao passo que o pronome que designa mulheres é correlacionável com o PTG, e, portanto, com o tupinambá: ('eu ♂') é *ta* (não Tupi), mas ('eu ♀') é *étse* (PTG **itsé*, tupinambá *isé*); ('ele/ela ♂') é *úri* (não Tupi), mas ('ele/ela ♀') é *ái* (PTG, tupinambá **a'é*, ('esse de que você fala'). Os pronomes referentes ao interlocutor têm uma só forma para os dois sexos, que é Tupi-Guaraní: ('você') *éne* (tupinambá *ené*), ('nós inclusivo (eu e você)') *íni* (tupinambá *yané*), ('vocês') *épe* (tupinambá *pé*, *pe'ẽ*). Para ('nós exclusivo') há também duas formas, mas nenhuma delas é de origem Tupi: *tánu* ♂, *pénu* ♀, em contraste com PTG **oré*, tupinambá *oré*. (RODRIGUES, 2011, p. 243)

2.4 Kaiowá

No subconjunto I encontra-se a língua kaiowá, que, segundo Cardoso (2008), é constituída de um conjunto de línguas que também descendem do PTG.

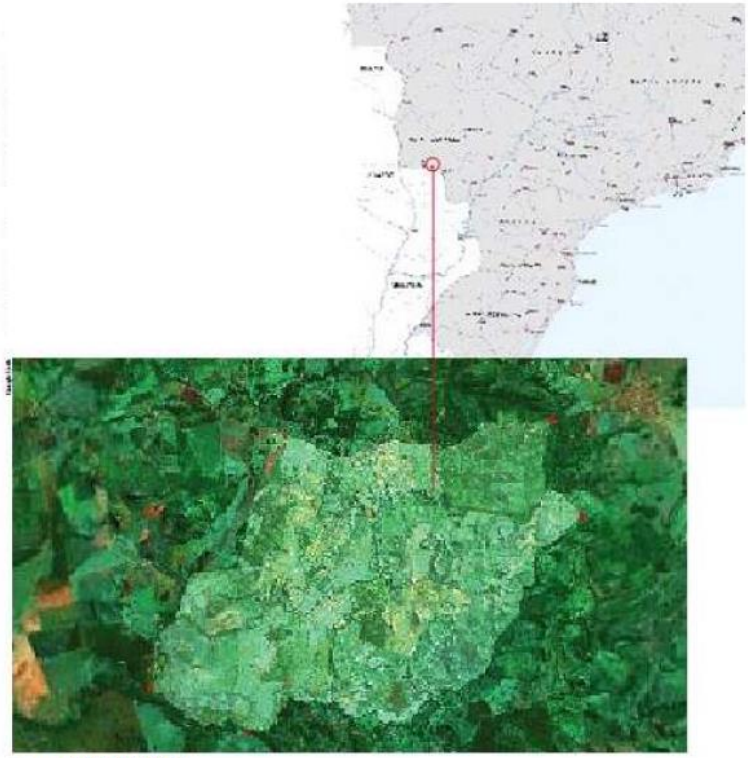
Conforme preconiza Cardoso (2008, p. 20), os estudos linguísticos acerca do kaiowá são poucos e, no Brasil, os principais foram os efetuados pelos missionários Bridgeman (1960; 1961; 1981), que cuidaram acerca da estrutura fonológica da língua, de Harrison & Taylor (1958 e 1971), de Taylor & Taylor (1966a), que cuidaram do processo de *retrocesso de nasalização* em kaiowá, ou seja, as vogais orais que antecedem uma vogal nasal tônica não se nasalizam[5], e Garcia (2000), que cuidou do vocabulário médico.

Nesse contexto, de acordo com Brand (1998 apud CARDOSO, 2008, p. 8), a população Guarani (Kaiowá e Nhandewa), no Mato Grosso do Sul "está distribuída em oito reservas e quatorze aldeias, totalizando 22 áreas indígenas e estimada em 25 mil pessoas". Segundo o autor, tais áreas se localizam a, aproximadamente, 150 km de cada lado da região fronteira do Brasil com brasileira o Paraguai.

[5] De acordo com estudiosos aqui citados, a nasalidade é uma característica que pertence aos morfemas, unidades super-segmentais.

O mapa, na Figura 3, aponta para a região sul do Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com o Paraguai, e a imagem captada por satélite delineia o território tradicional do povo kaiowá.

Figura 3 – Localização do povo kaiowá no Brasil



Fonte: FUNAI (2008).

2.5 Classificação tipológica

Segundo Dietrich (1990, p. 21), as línguas da família Tupi-Guarani apresentam elementos de todos os tipos: isolante, aglutinante, flexivo e incorporante (também conhecido como polissindéticas). Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 301), afirmam que os tipos morfológicos podem ser definidos de acordo com os dois parâmetros de transparência e síntese semântica. Ao longo do primeiro parâmetro, podemos distinguir línguas isolantes, aglutinantes e fusionais. As línguas isolantes são semanticamente transparentes no sentido de que no tipo ideal de uma língua isoladora há uma relação um-para-um entre uma palavra e uma unidade de significado, enquanto nas línguas aglutinantes há idealmente uma relação um para um entre um morfema e uma unidade de significado. As línguas fusionais, por sua vez, são semanticamente opacas no sentido de que não existe uma relação direta entre uma unidade de forma e uma unidade de significado. Ao longo do segundo parâmetro, podemos distinguir entre línguas polissindéticas e não polissindéticas. As línguas polissindéticas permitem a presença de mais

de um elemento léxico dentro de uma única Palavra, enquanto as línguas não polissindéticas não permitem.

Dietrich (1990, p. 21) observa que o que justifica a dificuldade de encaixar as línguas da família em algum tipo específico é que as línguas Tupi-Guarani têm participação em todos os tipos de línguas tradicionais, isto é, compartilham características que as permitem fazer parte de mais de um único tipo de classificação. Por exemplo, segundo o autor, é correto afirmar que tais línguas dominam os processos de aglutinação, evidenciados (i) pelo grande número de sufixos gramaticais e derivacionais e de prefixos que marcam mudança de valência, salientando-se relativamente pouco os traços flexivos, (ii) pelas caraterísticas sintagmáticas da flexão como a concordância de número, que são inexistentes ou raras, e (iii) pelo número que geralmente não se marca no sujeito, mas, se for necessário, marca-se no verbo. (DIETRICH, 1990, p. 21)

Além de tais traços aglutinantes, segundo Dietrich (1990, p. 23), há também os traços isolantes: (i) grande número de partículas modificadoras do verbo e do nome, na composição e também em fenômenos como a reduplicação verbal para expressar uma ação repetida e, por isso, contínua ou intensiva, e (ii) a classificação nominal, que se observa sobretudo em línguas tupis, mas também em algumas línguas Tupi-Guarani.

Considerando o que foi mostrado a respeito de características e propriedades das línguas da família Tupi-Guarani aqui escolhidas para análise, fica evidente que os tipos linguísticos não são classes fechadas. É recorrente uma composição considerada tipicamente isolante assumir características de aglutinação gramatical, tal como no exemplo fornecido por Dietrich (1990, p. 23): na língua mundurucu, *ako ba* pode significar ‘bananeira’, ‘braço’ ou ‘cilindro rígido’, ‘banana’ em que *ba* (‘braço’) é ainda pouco gramaticalizado; na mesma língua, no entanto, em *toay-bu* (‘rabo-cilíndrico flexível’, ‘rabo’), o sufixo *-bu* parece estar completamente gramaticalizado. O que há aqui, segundo Dietrich (1990, p. 22), é uma classificação nominal, um fenômeno isolante se se vê nela uma composição lexical. Para o autor, isso ocorre tanto no português, em que não se pode dizer ‘rabo’ sem que se indique o gênero masculino, como em mundurucu, em que não se pode dizer ‘rabo’ sem que se indique a classe nominal a qual a ele pertence. Assim, houve a passagem da composição isolante para a aglutinação gramatical.

Portanto, na família Tupi-Guarani dificilmente poderemos atribuir um único tipo tipológico. Dietrich (1990) observa que as línguas dessa família apresentam características de quase todos (ou senão todos) os tipos tipológicos. Afirma ainda que são línguas que acusam um grau elevado de procedimentos morfológicos na palavra e que oferecem aos Falantes a possibilidade de formarem até orações complexas que consistem em só uma palavra

(característica típica de línguas polissindéticas). Por essa razão, não se encontra, por parte dos autores das gramáticas estudadas, atribuição de tipos tipológicos da língua; isso se confirma quando observamos que elas apresentam múltiplas características.

Além disso, após apresentar os dados das línguas analisadas no presente estudo, é possível observar que guajá, kamaiurá e kaiowá são línguas faladas no Brasil, mais respectivamente, nas regiões do Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto o kokama é falado no Peru. Essa diferença e distância geográfica nos permite prever que é possível que as línguas faladas no Brasil, em regiões próximas, possam se aproximar em termos de características e manifestação de fenômenos de transparência enquanto se afastam da língua falada em uma região geográfica mais distante, no caso, o kokama. A própria definição de variação diatópica, tal como prevê Camacho (2001), justifica esperarmos que as línguas se assemelhem e se diferenciem, a partir das das diferenças geográficas entre os falantes. A diversidade de origens geográficas desencadeia variações linguísticas, pois a fala e a escrita, cada uma a sua maneira, são reflexos de uma sociedade plural, isto é, o meio em que a língua é inserida a afeta diretamente.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tal como observa Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 1), a função comunicativa da língua é a prioridade do funcionalismo, que entende a língua como um instrumento de interação social entre seres humanos, que a usam para se comunicar. Dessa maneira, tal como ressalta a autora, a pragmática é o componente mais abrangente, ao considerarmos também a semântica e a sintaxe sendo que a sintaxe é dependente da semântica, que, por sua vez, é subordinada à pragmática. Como ressaltado pela autora, ao considerar a língua como instrumento de interação social, compreende-se as expressões linguísticas no momento da interação verbal, ou seja, considera-se as informações contextual e situacional.

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), desenvolvida por Hengeveld e Mackenzie (2008), é a base teórica do estudo aqui desenvolvido. Tal teoria, segundo os autores, apresenta uma organização que parte do discurso para a forma das expressões linguísticas, sendo que essas expressões se originam na intenção do Falante e terminam na articulação. Dessa maneira, os autores observam que a GDF é um exemplo de uma teoria voltada para o Falante e para a produção.

Como observa Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 1), assumir como aparato teórico uma teoria funcional, torna possível uma análise que considera as informações pragmáticas e semânticas como sendo motivadoras da morfossintaxe. No que tange à questão da transparência, especificamente, analisar o tema considerando sua divisão em níveis e camadas, permite uma análise ampla e abrangente do fenômeno linguístico.

A escolha de investigar a relação de transparência nas línguas sob o aporte de uma teoria funcional dividida em camadas é justificada pela possibilidade de tratar o fenômeno de modo amplo, permitindo o mapeamento e a definição formal da relação de um-para-um das unidades envolvidas, culminando, assim, em uma investigação das implicações construídas em todas as camadas da teoria.

No presente capítulo serão abordados tópicos essenciais para a compreensão da teoria, porém é importante ressaltar que abordaremos aqui apenas tópicos que estão diretamente ligados ao desenvolvimento desta pesquisa.

3.1. A Gramática Discursivo-Funcional

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2005, p. 9-10), a GDF é um modelo de gramática tipologicamente funcional, que pode ser vista como uma extensão da Gramática Funcional (doravante GF), uma teoria de organização da língua natural que foi desenvolvida principalmente por Simon Dik nos anos 1970, pois compartilha vários de seus pressupostos mas dela se diferencia em alguns aspectos: i) a GDF tem uma organização de cima para baixo, isto é, organização descendente, que começa com a codificação da intenção do Falante e termina na articulação do enunciado pelo Falante; ii) a GDF toma o Ato Discursivo como unidade básica de análise. Dessa maneira, a GDF pode acomodar orações, unidades maiores e unidades menores que a oração, como, por exemplo, enunciados incompletos e interjeições; iii) a GDF analisa atos de fala em termos de independência pragmática, semântica, morfossintática e fonológica, que interage para produzir formas linguisticamente apropriadas. Para Hengeveld e Mackenzie (2005), a maioria dessas diferenças reflete uma genuína tentativa de atingir os níveis de adequação pragmática e psicológica reclamada pela GF e visa também a desenvolver um modelo que seja capaz de englobar preferencialmente discursos e não apenas sentenças. Entretanto, a GDF não é para ser vista como um modelo de análise do discurso, mas como um modelo gramatical. O objetivo disso é capturar todas e apenas as propriedades formais de unidades linguísticas, levando em consideração, entretanto, as intenções comunicativas com a qual essas unidades são produzidas e o contexto em que elas foram enunciadas. Como bem ressaltam os autores, uma importante característica que a GDF compartilha com a GF é a preocupação tipológica na descrição das línguas: como a GF, a GDF tem por objetivo desenvolver uma moldura para a descrição sistemática de todas as línguas humanas possíveis. Tal característica tipológica pode ser confirmada no trecho dos próprios autores:

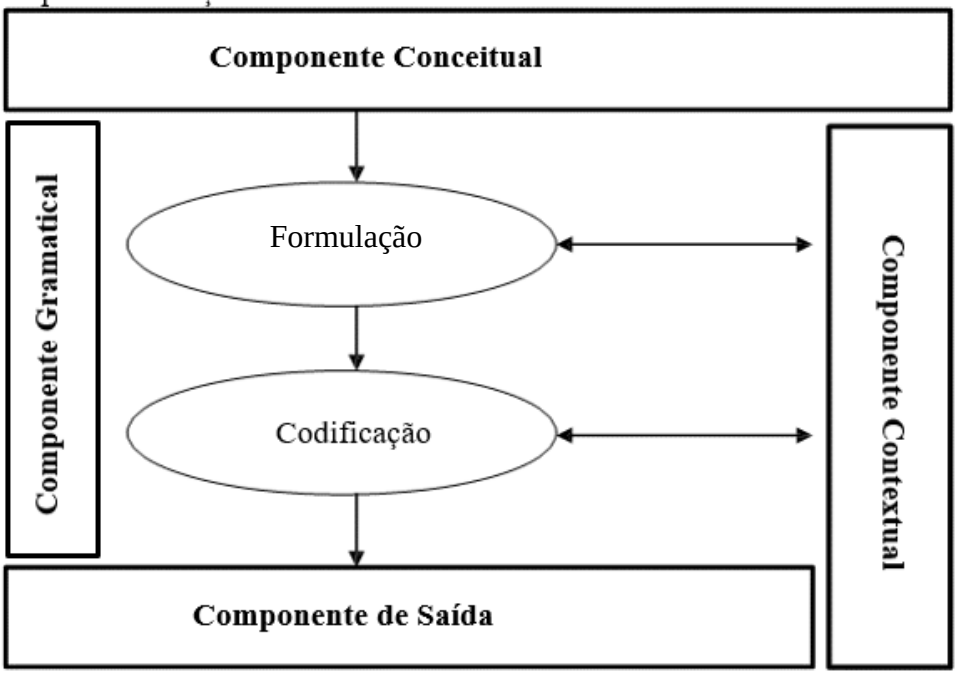
> A GDF vê o usuário da língua como tendo conhecimento tanto das unidades funcionais e formais da língua como das maneiras pelas quais essas unidades podem ser combinadas. Esse conhecimento tem um elevado grau de estabilidade, de tal forma que pode ser comparado entre as línguas, revelando as tendências universais na estrutura linguística, como estudado na tipologia linguística. [...] A GDF é uma teoria capaz de fornecer um quadro para a enunciação e a comparação dos universais da linguagem (tanto absolutos como estatísticos) e de oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que supre as investigações tipológicas. Com suas estruturas em camadas de Formulação e de Codificação, que definem um espaço no qual a atividade linguística é compelida a operar, a GDF permite comparações mais confiáveis entre sistemas linguísticos. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 7)

Nesse contexto, é importante ressaltar que a GDF traz uma arquitetura de modo adequado para que ocorra uma abordagem de cunho tipológico, conforme segue.

3.1.1 Arquitetura da GDF

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), a GDF é concebida como o Componente Gramatical de um modelo global de interação verbal. Em tal modelo, o Componente Gramatical se liga ao Componente Conceitual, ao Componente de Saída e ao Componente Contextual, que são não gramaticais, e interagem de várias formas com o Componente Gramatical, por meio das operações de Formulação e de Codificação. Esta é referente às regras determinantes daquilo que é faz a constituição das representações de caráter semântico e pragmático subjacentes validadas dentro de determinada língua. Aquela se refere às regras conversoras das representações pragmáticas e de cunho semântico em um contexto que traz consigo representações de caráter tanto fonológico quanto morfossintático. A GDF acredita que tanto a Formulação como a Codificação são processos que podem variar de língua para língua – ou seja, são específicos de cada língua. Nesse âmbito, nenhuma categoria universal é postulada até que haja verificação de sua universalidade e a demonstração por intermédio de pesquisa empírica. Para corroborar essa ideia, traçaremos, abaixo, esboço desse modelo de interação verbal:

Figura 4 – Gramática Discursivo-Funcional como parte de uma teoria ampla da interação verbal



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6).

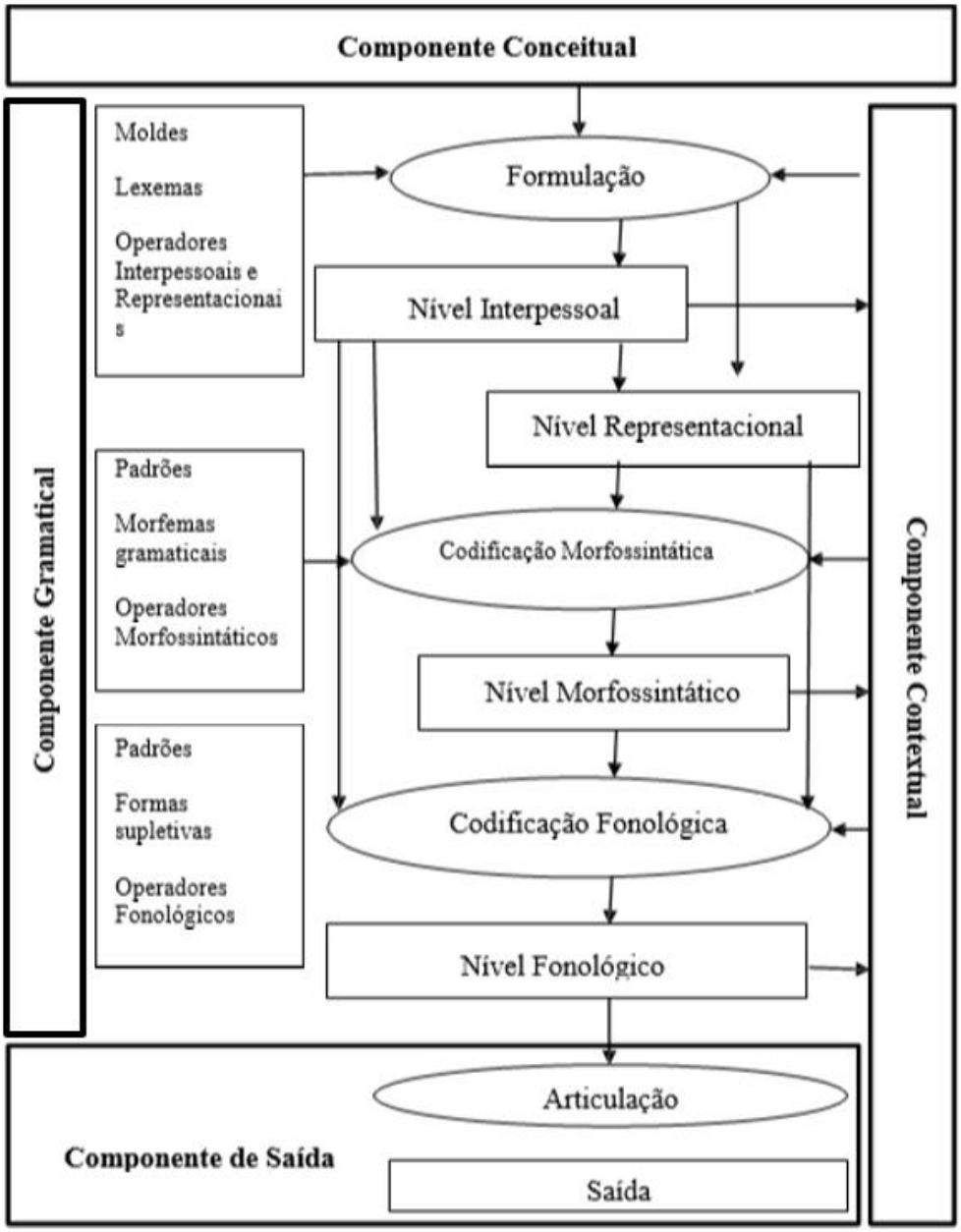
Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 3), tem-se como Componente Conceitual aquele que se denomina responsável tanto pelo aspecto de desenvolvimento da intenção comunicativa

importante para o evento de fala quanto pelas denominadas conceitualizações com relação aos eventos de caráter extralinguísticos de cunho relevante. Assim, é a força motriz que se encontra por detrás do Componente Gramatical como um todo. Nesse contexto, o Componente de Saída faz gerar expressões acústicas ou escritas baseadas na informação ora dada pelo Componente Gramatical. Já o Componente Contextual tem consigo a descrição tanto do conteúdo quanto da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível ocorrente no evento de fala e das relações de caráter social que se dão entre os participantes. Esse dado aqui exposto é de extrema importância para diversos processos de cunho gramatical, como encadeamento narrativo, reflexividade e voz passiva.

3.1.2 A organização descendente

A GDF tem como ponto inicial de sua análise o ato intencional do Falante e se desenvolve até o ponto da Articulação, momento em que o enunciado e/ou discurso trazem consigo forma escrita ou falada. Para os autores Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 3), tal direção tem como motivação a pressuposição de que um modelo de gramática apresenta mais eficácia quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico do indivíduo. No entanto, não é objetivo dessa teoria ser um modelo do Falante. Assim, a GDF é e deve ser compreendida como uma teoria acerca da gramática que busca refletir as evidências psicolinguísticas no ínterim de sua arquitetura básica. A Figura 5 representa a arquitetura da GDF: as elipses trazem operações; os blocos, os primitivos utilizados nas operações, e os retângulos, os níveis de representação em que se produzem as operações.

Figura 5 – Organização geral da Gramática Discursivo-Funcional



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13).

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 370), para descrever o processo geral de cima para baixo, apoiam-se no exemplo (1), supostamente produzido em um contexto em que o Ouvinte deseja entrar em uma pastagem onde há um touro:

(1) Há um touro no pasto! (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 370, tradução nossa).[6]

Segundo os autores, no Componente Conceitual pré-linguístico, é possível observar, em

[6] There is but a bull in the field.

(1), uma intenção comunicativa por parte do Falante que, no caso, é a chamar a atenção do leitor ao emitir um alerta, além de também, ser possível afirmar que são relevantes as representações mentais correspondentes à emissão de alerta por parte do Falante, diante do evento causador do perigo (a presença do touro). A operação de Formulação tem como função traduzir essas representações conceituais em representações pragmáticas e semânticas, respectivamente, nos Níveis Interpessoal e Representacional. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 371), não são os alertas uma categoria de caráter ilocucionário separado, posto que o Falante seleciona uma ilocução declarativa e a combina com um operador de ênfase no Nível Interpessoal. Dessa maneira, a entidade que gera o perigo se caracteriza como tópico focal nesse nível. No Nível Representacional, o Falante designa essa entidade como parte de um esquema de predicação existencial. Assim, as configurações presentes nos níveis Interpessoal e Representacional são, desse modo, traduzidas em estruturas morfossintáticas, no Nível Morfossintático, por intermédio da operação de Codificação Morfossintática, que envolve a ordenação de termos típica de construções existenciais, o uso do verbo *haver* etc. De maneira similar, as estruturas nos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são expressas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico. Nesse exemplo, a seleção da ilocução declarativa, ao combinar com o operador de ênfase, torna-se responsável pelo contorno entonacional com uma queda brusca no item lexical ‘touro’, que está focalizado. Dessa maneira, segundo os autores, a pragmática governa a semântica, que, juntas, governam a morfossintaxe. As três, por sua vez, governam a fonologia.

3.1.3 O Nível Interpessoal

Consoante Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 375), o Nível Interpessoal “capta todas as distinções de Formulação que dizem respeito à interação entre Falante e Ouvinte”. Essas distinções, aqui expostas, conforme preconizam os autores, nas camadas superiores, têm como abrangência “noções retóricas de toda a estruturação do discurso, na medida em que elas sejam refletidas na forma linguística” (2008, p. 375). Dessa forma, nas camadas ora denominadas inferiores, as distinções pragmáticas refletem o modo como o Falante molda suas mensagens, ao considerar as expectativas trazidas por ele em relação ao Ouvinte, ou seja, relacionadas ao conhecimento e sentimento que ele supõe ter o Ouvinte. Entretanto, há de se ressaltar que as distinções aqui concebidas devem ser relevantes dentro da gramática da língua. Portanto, “a estrutura hierárquica surge a partir da aplicação de um conjunto adequado de moldes selecionados entre os disponíveis para o Falante” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.

375). Nessa esteira, a estrutura hierárquica é decorrente da aplicação em um conjunto adequado de esquemas que se encontram disponíveis para o Falante.

Assim, as relações hierárquicas que se aplicam no Nível Interpessoal são apresentadas no esquema a seguir:

(πM_1:[	Movimento
(π A_1: [	Ato discursivo
(πF_1:ILL(F_1):Σ(F_1))	Ilocução
(πP_1:... (P_1):Σ(P_1))S	Falante
(πP2:... (P2):Σ(P2))A	Ouvinte
(π C1: [	Conteúdo Comunicado
(π T_1: [...] (T_1): Σ (T1))$_\Phi$	Subato de Atribuição
(πR_1: [...] (R_1): Σ (R1))$_\Phi$	Subato Referencial
] (C_1): Σ (C_1))$_\Phi$	Conteúdo Comunicado
] (A_1): Σ (A_1))$_\Phi$	Ato discursivo
](M_1):Σ(M_1))	Movimento

3.1.3.1 O Movimento

Entende-se como Movimento uma unidade analítica do Nível Interpessoal. Nesse contexto, para os teóricos Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50), o Movimento pode ser definido como "uma contribuição autônoma para uma interação contínua", que se caracteriza como uma reação advinda dos participantes. Essa reação pode ser tanto uma resposta quanto uma objeção. Há, assim, dois tipos de Movimentos: o de Iniciação e o de Reação, conforme mostra (2):

(2) A: Qual é o seu nome?
B: Letícia.

No primeiro enunciado, há um Movimento de Iniciação. Já no segundo, *Letícia*, há um Movimento de Reação. A completude de um Movimento, na língua falada, é indicada de modo intencional, e o Nível Fonológico; em tais casos, é sensível à extensão de cada Movimento.

3.1.3.2 Ato Discursivo

Onde houver um material linguístico, o Movimento sempre terá a forma de um ou mais Atos Discursivos (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 376). Os Atos constituem a unidade

básica do discurso, porém, ao contrário dos Movimentos, não necessariamente impulsionam a comunicação. O Ato Discursivo é definido como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo.

Segundo os autores, cada Ato apresenta uma Ilocução que especifica uma relação entre seus Participantes, o Falante, o Ouvinte e o Conteúdo Comunicado. O Conteúdo Comunicado, por sua vez, abrange um número variável de Subatos Atributivos e Referenciais, dos quais falaremos adiante. Há três tipos de Atos Discursivos, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 376):

a) **Atos Expressivos**: que dão expressão direta aos sentimentos do Falante, como em (3).

(3) Droga!

b) **Atos Interativos**: consistem em material léxico invariável que é frequentemente ritualizado, como exemplifica (4).

(4) Parabéns!

c) **Atos de Conteúdo**: envolvem um Conteúdo Comunicado e uma ilocução lexical ou abstrata, conforme (5a), com ilocução lexical representada por *prometo*, e (5b), com ilocução abstrata.

(5a) **Prometo** que estarei lá amanhã.
(5b) Estarei lá amanhã.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 64), os Atos Discursivos podem ser modificados por elementos lexicais ou especificados por elementos gramaticais, os operadores de ironia, ênfase e de atenuação.

Ainda de acordo com os autores, os Modificadores são termos que indicam informações extras acerca de um referente; são opcionais, ou seja, podem ser omitidos do contexto linguístico sem causar nenhum dano à informação primordial e se alocam nas distintas camadas dos Nível Interpessoal e Nível Representacional. A posição de tais termos é, na maioria das vezes, determinada por relações de escopo, condizendo com as características prototípicas de cada camada, apresentando posições padrão que podem ser modificadas por motivações de ordem pragmática, semântica e estrutural, nos Nível Interpessoal, Representacional e Morfológico, respectivamente. Os Modificadores de Atos Discursivos possibilitam que o Falante manifeste comentários a respeito do Ato Discursivo, indicando:

i) as propriedades estilísticas do Ato Discursivo (ex. *resumidamente*);

ii) seu *estatuto* dentro do Movimento (ex. *além disso*);
iii) Ênfase, expressando raiva e/ou irritação, como se observa abaixo em (6), (7), (8) e (9), exemplos adaptados de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 64):[7]

(6) Responda-me, *caramba*!
(7) Eu quero ir para casa, *caramba*!
(8) Você fez ou não fez, *caramba*?
(9) Vamos, *caramba*.

O elemento enfático, como *caramba*, pode ocorrer em Atos Discursivos com todos os tipos de Ilocuções, tais como Imperativo (6), Declarativo (7), Interrogativo (8) e Exortativo (9), o que demonstra que opera em um nível mais alto do que a Ilocução propriamente dita, ou seja, no nível do Ato Discursivo. Modificadores desse tipo são introduzidos diretamente no Nível Interpessoal. Seu estatuto de modificador é tipicamente refletido em sua posição periférica na expressão do Ato Discursivo. É importante observar que Atos Expressivos e Interativos, como em (3) e (4), não podem ser modificados, pois consistem em material lexical invariável.

3.1.3.3 Ilocução

O Nível Interpessoal constitui-se, primeiramente, da Ilocução, que, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), marca o uso conversacional do Ato Discursivo, ou caracteriza a força ilocucionária do enunciado, sendo principais exemplos: Declarativa, Exclamativa, Interrogativa e Imperativa. *Prometer, informar* e *ordenar* são exemplos indicados pelos autores como verbos performativos que, tem como função, indicar a ilocução lexicalmente, além de se manifestarem como predicadores da oração principal em construções de ordem complexa. Como observa Sperança-Criscuolo (2014, p. 46), há também outras formas de manifestação da ilocução, como a entonação, tal como no enunciado "Você pode sair agora?", em que podemos compreender, oralmente, como uma solicitação ou uma autorização. Segundo a autora, o que vai determinar essa classificação é o contorno entoacional, enquanto, na escrita, a diferença se mostra na pontuação. Ou seja, a Ilocução indica a finalidade do ato verbal (por exemplo, chamar a atenção, afirmar, dar ordem, questionar etc.) e pode ser expressa por interjeições, verbos performativos ou por ilocuções abstratas – interrogação, exclamação etc.

Tal como observa Fontes (2012, p. 38 apud HENGEVELD E MACKENZIE, 2008,

[7] (6) Answer me, dammit!
(7) I want to go home dammit.
(8) Did you do it or not dammit?
(9) Let's go dammit.

p.39), a Ilocução pode ser expressiva ou comunicativa, e é responsável por capturar as propriedades lexicais e formais que podem ser atribuídas a uso do Ato com o objetivo de atingir determinada intenção comunicativa. O autor ainda apresenta um conjunto de Ilocuções possíveis e ressalta que, para as Ilocuções não codificadas no português, os exemplos foram retirados de Hengeveld e Mackenzie (2008).

(i) declarativas, o Falante informa ao Ouvinte um Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

(10) L1: você disse que tem uma piscina de água natural, quer dizer, a, a água vem de, de onde?
L2: **a água vem de um rio...** (Bras80: Fazenda) (FONTES, 2012, p. 38)

(ii) interrogativas, o Falante solicita ao Ouvinte uma resposta para o Conteúdo proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

(11) L1: onde é que aprendeu a coser?
L2: **aprendi a coser cá em São Tomé**, nas madres canossianas. (To-Pr96: Costureira) (FONTES, 2012, p. 38)

(iii) imperativas, o Falante conduz o Ouvinte a realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

(12) L1: **conte esse acidente**. como foi esse acidente? (Bras80: Acidente) (FONTES, 2012, p. 38)

(iv) proibitivas, o Falante proíbe o Ouvinte de realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

(13) É proibido fumar neste local! (FONTES, 2012, p. 38)

(v) optativas, o Falante demonstra ao Ouvinte seu desejo de que a situação positiva evocada pelo Conteúdo Comunicado venha a ocorrer.

(14) L1: uma vez ia... devagarinho, ali... perto dum cruzamento, veio um biciclista - **oxalá não vão pôr isto no computador**, não deve haver muitos q[...], a dizer biciclista (PT72: AoVolante) (FONTES, 2012, p. 39)

(vi) imprecativas, o Falante indica ao Ouvinte seu desejo de que situação negativa evocada pelo Conteúdo Comunicado venha a acontecer.

(15) Que você morra de arrependimento.

(vii) exortativas, o Falante encoraja a si próprio ou a um Ouvinte para que, junto a ele, realizem uma ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

(16) L1: **vamos à conversa com o jovem Gaspar**, com... um jovem de vinte e dois anos que em Luanda como outros jovens têm uma situação particular. (Ang97: Jovem Gaspar) (FONTES, 2012, p. 39)

(viii) desexortativas, o Falante desencoraja a si próprio ou a um Ouvinte de realizar uma ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

(17) L1: **não vamos dizer que é o pensamento moçambicano.** é um sentimento de desportista. porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar. (Moç97: SentimentoDesporto) (FONTES, 2012, p. 39)

(ix) admoestativas, o Falante aconselha o Ouvinte a realizar a ação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

(18) L1: mas eu nunca dei um tapa nele. eu só prometo. "ó! **tu se cuida**, malandro! **te cuida** que eu vou, eu, eu vou te achar, heim! (Bras80: CriarFilhos) (FONTES, 2012, p. 40)

(x) compromissivas, o Falante se compromete com a realização de uma situação futura evocada pelo Conteúdo Comunicado em que Falante e Ouvinte estão envolvidos.

(19) L1: **a próxima vez eu venho almoçar**. L2: pode vir. (Bras80: Macarronada) (FONTES, 2012, p. 40)

(xi) suplicativas, o Falante pede permissão ao Ouvinte para realizar a situação evocada pelo Conteúdo Comunicado.

(20) L1: espera aí, **deixa eu pensar**, do samba. eh, teve uma vez que, eh, numa constituição, eles lançaram que o samba era proibido no território nacional, aqui, certo, (Bras80: MundoDireito) (FONTES, 2012, p. 40)

(xii) admirativas: o Falante expressa sua surpresa em relação ao Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado.

(21) h-jame-ma'e te an.pa
3_{SG}-ter.corte.NMLZ NMLZ PROXMIR.MS
Nossa, **como (essa faca) corta**. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 73)

Segundo Fontes (2012, p. 40), interjeições e expressões similares podem ocupar o núcleo da Ilocução, o que gera os Atos Expressivos, como em (22), e Interativos (como em 23):

(22) L1: **epa**, eu tenho várias histórias, tenho várias histórias de caça. concretamente agora dessa, não estou a ver exactamente qual é que a história. (FONTES, 2012, p. 40)

(23) L1: **boa tarde.**
L2: **viva**, dona Conceição.
L1: diga. (FONTES, 2012, p. 40)

3.1.3.4 Conteúdo Comunicado

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 11), o Conteúdo Comunicado indica a totalidade da intenção do Falante em sua comunicação com o Ouvinte. Em cada Conteúdo Comunicado, vê-se uma maneira de ação comunicativa do Falante, além de ser possível conter um ou mais Subatos, chamados assim porque são hierarquicamente subordinados aos Atos Discursivos.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 102), o Conteúdo Comunicado é passível de ser modificado por material lexical. Nessa camada, os Modificadores potenciais incluem os que ocorrem no Nível Interpessoal, do tipo enfático, e que se aplicam a todos os tipos de unidades de ação, o que significa que o conteúdo inteiro de um enunciado é enfatizado, como nos exemplos (24) e (25), adaptados de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 102):

(24) Eu *realmente* não gosto de você.[8] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 102, tradução nossa)
(25) Você *realmente* quer me machucar?[9] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 102, tradução nossa)

Os autores ressaltam que os modificadores enfáticos do Conteúdo Comunicado não são iguais aos modificadores enfáticos do Ato Discursivo, porque, diferente desses, aqueles não expressam irritação nem raiva, mas sim ressaltam o conteúdo do próprio Ato Discursivo; têm distribuição mais limitada, por conta da incompatibilidade com determinadas Ilocuções; apresentam uma forma de expressão (ordenação) não periférica, mas interna e, por último, podem se combinar com Modificadores de Atos Discursivos, como em (26):

(26) Eu *realmente* não gosto de você, *caramba*.[10] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 103, tradução nossa)

3.1.3.5 Subato de Atribuição e Subato de Referência

Como já observado, todo Conteúdo Comunicado dispõe de um ou mais Subato. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), os Subatos têm função pragmática e podem ser de dois tipos: Subato de Atribuição, que indica um esforço do Falante de recordar uma propriedade

[8] I *really* don't like you
[9] Do you *really* want to hurt me?
[10] I *really* don't like you *dammit*!

e Subato de Referência, que, por sua vez, também constitui uma tentativa do Falante, porém, de evocar uma entidade. Entretanto, tais distinções, ocorrem no Nível Representacional, pois, no Nível Interpessoal, elas são relevantes quando abordam o estatuto de referência como uma atividade interpessoal.

No que se refere aos núcleos dos Subatos, os autores observam que, no Subato de Atribuição, o núcleo é, primordialmente, vazio, todavia pode ser alterado por itens lexicais como *alegadamente, felizmente, realmente* e/ou pode estar dependente de um operador aproximativo, como, por exemplo, *tipo, assim* ou *aí*. O núcleo de um Subato de Referência, por sua vez, é tipicamente um Subato Atributivo (como em *o lápis*), mas pode ser um nome próprio (*João*) ou um núcleo abstrato (realizado como um pronome ou um afixo). Um exemplo de modificador de Subatos Referenciais é *pobre* na expressão *pobre de mim*, como indica Spósito (2012, p. 34).

3.1.4 O Nível Representacional

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 379), o Nível Representacional diz respeito às questões de nível semânticos de uma unidade linguística. Uma vez que, como vimos, o Nível Interpessoal assume a responsabilidade de cuidar da evocação, o Nível Representacional, por sua vez, é responsável pela designação. As camadas relevantes no Nível Representacional, segundo os autores, são definidas considerando as categorias semânticas, manifestações linguisticamente relevantes e específicas de categorias ontológicas (do ser), que designam. Tais camadas são dispostas hierarquicamente, como indicado no seguinte esquema:

$(\pi\ p_1$:	Conteúdo Proposicional
$(\pi\ ep_1$:	Episódio
$(\pi\ e_1$:	Estado-de-coisas
$[(\pi\ f_1$: [	Propriedade Configuracional
$(\pi\ f_1$: ♦ (f_1): $[\sigma\ (f_1)_\Phi])$	Propriedade Lexical
$(\pi\ x_1$: ♦ (x_1): $[\sigma\ (x_1)_\Phi])_\Phi$	Indivíduo
...	
] (f_1): $[\sigma\ (f_1)_\Phi])$	Propriedade Configuracional
$(e_1)_\Phi]$: $[\sigma\ (e_1)_\Phi])$	Estado-de-coisas
(ep_1): $[\sigma\ (ep_1)_\Phi])$	Episódio
(p_1): $[\sigma\ (p_1)_\Phi])$	Conteúdo Proposicional

3.1.4.1 Conteúdo Proposicional

A camada mais alta do Nível Representacional é composta por composicionais mentais, ou seja, conhecimentos, doutrinas, crenças, anseios e etc., sendo factual, quando relacionada à conhecimentos ou crenças acerca da realidade, e não factual, quando relacionados às vontades ou esperanças quando se trata de um mundo fictício.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 380), a camada do Conteúdo Proposicional poder ser qualificada considerando as atitudes proposicionais, que envolvem (confiança em algo ou alguma coisa, incertezas, dúvidas) e/ou sua etiologia, fonte ou origem (conhecimento geral partilhado, indicativos, alusões e etc.). Ainda segundo os autores, os Conteúdos Proposicionais não são idênticos a Conteúdos Comunicados. A principal diferença entre eles é que o Conteúdo Comunicado é sempre atribuído ao Falante, enquanto o Conteúdo Proposicional, não necessariamente, ou seja, Conteúdos Proposicionais podem ser atribuídos a outras pessoas que não o Falante sem acarretar nenhum contratempo, como mostra o exemplo (27).

(27) Jenny acreditava que/esperava que/ foi para casa *porque talvez sua irmã fosse visitá-la.*[11] (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 380, tradução nossa)

O Conteúdo Proposicional embutido no exemplo (27) é conferido ao Indivíduo *Jenny* da oração principal. No exemplo acima, a marcação em itálico, de acordo com os autores, indica que há uma oração de natureza proposicional; argumento que se comprova com base no fato de que tal oração pode conter elementos que expressam uma atitude proposicional, como *talvez.*

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 151), os modificadores do Conteúdo Proposicional fazem referência à uma especificação de atitudes proposicionais, que podem se associar ao tipo e ao grau de envolvimento de um ser racional com o Conteúdo Proposicional ou à discriminação de uma fonte (não verbal) do Conteúdo Proposicional. Vejamos o exemplo:

(28) *Provavelmente/evidentemente/esperançosamente/indubitavelmente* Sheila está doente.[12] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 151, tradução nossa)

3.1.4.2 Episódio

[11] Jenny believed that/hoped that/went home because maybe your sister may visit her.
[12] Probably/evidently/hopefully/undoubtedly Sheila is ill.

Os Episódios podem conter uma ou mais descrições de Estados-de-coisas e podem ser entendidos como o conjunto que é tematicamente coerente no sentido de que apresenta unidade e continuidade de Tempo, Localização e Indivíduos. Além disso, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 380-381), os Episódios, em diversas línguas, manifestam classe semântica muito evidentemente expressa no sistema gramatical, por exemplo, naquelas situações linguísticas que apresentam ligação *Tail-Head*. Mas os autores também observam que tal categoria semântica é necessária em sentenças da língua portuguesa, como mostra (29):

(29) Ao sair, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calçada e parando para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu carro.[13] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 380, tradução nossa)

Em (29) há uma sequência correlatada de formas verbais consideradas narrativas não finitas que, em conjunto com a forma verbal finita final, reproduz um Episódio dentro de uma narrativa maior. De acordo com os autores, (29) exemplifica um fato acerca dos Episódios, isto é, a propriedade de serem localizados em tempo absoluto, enquanto os Estados-de-coisas são localizados em tempo relativo. Desse modo, "enquanto todas as orações em (29) representam Estados-de-coisas, a localização absoluta no tempo ocorre apenas uma vez para a série como um todo" (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 381).

3.1.4.3 Estado-de-coisas

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 171) observam que Estados-de-coisas são entidades que tem como característica tanto a possibilidade de serem localizadas em um tempo relativo quanto de serem avaliadas considerando seu estatuto de realidade. Ou seja, é viável e possível afirmar que Estados- de-coisas '(não) ocorrem' ou que '(não) acontecem' em algum momento ou intervalo no tempo.

Ainda segundo os autores, se considerarmos as propriedades de ocorrência do Estados-de-coisas (tempo relativo, lugar, frequência, estatuto de realidade, cenário físico, cenário cognitivo), esses podem ser mais bem qualificados, tal como exemplificados nas ocorrências abaixo, de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 171, tradução nossa):

[13] As he left, stopping to check the mailbox, taking a look at the sidewalk and stopping to adjust his hat, he walked over to his car. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171)

(i) locação:
(30) Sheila *trabalha* em Londres.[14] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

(ii) tempo relativo:
(31) Sheila saiu *antes do jantar*.[15] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

(iii) frequência:
(32) Sheila vai à Londres *frequentemente.*[16] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

(iv) realidade:
(33) Sheila é, *na verdade*, um cara.[17] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

(v) causa:
(34) Sheila ficou doente *por causa da chuva forte*.[18] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

(vi) propósito:
(35) Sheila ficou em casa *para que ela pudesse assistir televisão*.[19] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

Os autores ressaltam que todos os modificadores elencados até aqui agem na camada de descrição do Estado-de-coisas e não do Episódio. Isso se comprova ao observarmos que os Estado-de-coisas atuam dentro do escopo de expressões temporais absolutas de Episódio, como *ontem*, *no ano passado* etc.:

(36) *Ontem* (ep) Sheila foi embora antes do jantar.[20] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 171, tradução nossa)

3.1.4.4 Propriedades Configuracionais

Tal como observa Spósito (2012, p. 62), Propriedades Configuracionais constituem os **moldes de predicação** disponíveis para uma determinada língua. Esses moldes se submetem a restrições tanto quantitativa (valência) quanto qualitativa (referentes às categorias semânticas

[14] Sheila works in London.
[15] Sheila went out *before dinner*.
[16] Sheila goes to London *frequently*.
[17] Sheila is *actually* a guy.
[18] Sheila fell ill *because of the heavy rainfall*.
[19] Sheila stayed home *so that she could watch television.*
[20] *Yesterday,* Sheila left before dinner.

das unidades que os compõe e também ao modo como as relações entre esses componentes são estabelecidas e expressas, no que se refere às funções semânticas).

A valência quantitativa faz referência ao número de unidades que formam um único molde de predicação, que pode conter uma propriedade de zero lugar (37a), de um lugar (37b-c), de dois lugares (37d-e) e de três lugares (37f); pode ser também relacional, como (37g-h), ou ainda classificacional, como em (37i):[21]

(37a) pouco tempo depois *choveu* (MO86:Chuva:32)
(37b) sou um bocado *tímido* (MO86:Chuva)
(37c) aconteceu que *morreu* alguma pessoa (CV95:AsMornas)
(37d) eles depois *venderam* as mobílias (PT97:BaseMilitar)
(37e) a Isabel também vai *ouvir* essa história minha. (CV95:ColherPanela)
(37f) portanto isso *leva*-nos a um problema interessante, (PT95:VidaEstudante)
(37g) mas isto era *do velhote*, lá da Amareleja (PT97:BoaPontaria:35)
(37h) a gente está *no chão* todo esfolado, vê a bola a passar, levanta-se logo e pronto. passa logo tudo. (PT95:Futebol)]
(37i) inglês é *uma língua* que eu quero aprender (BR93:FestaEstudante)

A valência qualitativa refere-se às categorias semânticas das unidades componentes e ao modo como essas unidades são expressas em termos de **funções semânticas** exigidas pelo predicado, Ativo, Inativo e Locativo, considerando a noção de que os participantes desempenham papéis distintos nas propriedades dinâmicas de dois lugares em relação à realidade externa. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 196) observam que pode ser feita aqui uma distinção entre um participante que desempenha um papel mais agente, o Ativo (*Actor*), e outro, o Inativo (*Undergoer*), desempenhando um papel mais passivo.

(38) Beckham chutou o zagueiro.[22] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196, tradução nossa)

Segundo os autores, Beckham é identificável como tendo a função semântica Ativo, e 'o zagueiro', a função semântica Inativo; em inglês isso se reflete em sua gramática: quando combinado com a forma ativa do verbo, o Ativo recebe a função Sujeito e o Inativo aparece imediatamente pós-verbal posição. O sujeito prototípico está envolvido voluntariamente no Estado-de-coisas e o protótipo é afetado não-voluntariamente pelo Estado-de-coisas, mas que

[21] (37a) a (37i) foram retirados do corpus desenvolvido na esfera do Projeto Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais, estruturado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em conjunto com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, que se constitui de episódios reais de utilização da língua, que são, por sua vez, indispensáveis para uma análise tipicamente funcionalista.
[22] Beckham kicked the defender.

na gramática do inglês existem meros protótipos na possibilidade de substituir essas expectativas adicionando mais material lexical, mas sem afetar a gramática essencial da oração, como em:

(39) Beckham acidentalmente chutou o zagueiro.[23] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196)
(40) O zagueiro queria que Beckham chutasse ele de modo que ele poderia levar um cartão vermelho.[24] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196)

A distinção entre Ativo e Inativo, como foi mencionado, é característica dos Estados-de-coisas dinâmicos, ou seja, aqueles que designam uma mudança de estado, por exemplo, com verbos como ‘chutar’ e ‘destruir’. Nem todos os Estados-de-coisas são dinâmicos, e a GDF faz uma distinção fundamental entre Estados-de-coisas dinâmicos e não dinâmicos. Os primeiros requerem a entrada de energia, enquanto os segundos não. Exemplos de Estados-de-coisas não dinâmicos são verbos como ‘mentir’ ou adjetivos como ‘feio’. Uma característica importante dos Estados-de-coisas não dinâmicos é a ausência de um Ativo: no entanto, um Inativo, no sentido de uma entidade que sofre uma Propriedade, está presente. Em Propriedades de dois lugares, é acompanhada por uma entidade com a função semântica Locativo (*Locative*), uma função normalmente atribuída a um participante com a categoria semântica de localização, como em (40), no qual a ‘Ilha de Páscoa’ tem a função Inativo e ‘no Oceano Pacífico’, função Locativa.

(41) Ilha de Páscoa fica no Oceano Pacífico.[25] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196, tradução nossa)

A aplicação da função semântica Inativo é justificada pelo fato de a entidade não apresentar nenhum envolvimento volitivo. Uma função Locativa também pode ser encontrada em Estados-de-coisas dinâmicos, oposto ao que vimos em (41), com os argumentos indicando Inativo-Locativo. Em (42), ‘o presidente’ indica uma função Ativa, enquanto ‘para a multidão’, indica função Inativa.

(42) O presidente acenou para a multidão.[26] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 197, tradução nossa)

[23] Beckham unintentionally kicked the defender.
[24] The defender wanted Beckham to kick him so that he would get a red card.
[25] Easter island. Lies in the Pacific Ocean.
[26] The president waved to the crowd.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 197), encontramos um Ativo envolvido voluntariamente (o presidente), não um Inativo, mas um Locativo (para a multidão). No Estado-de-coisas dinâmico, os papéis locativos cobrem uma gama de distinções espaciais, a saber, ablativo (indicando a fonte do movimento), perlativo (indicação do caminho do movimento), alativo (indicando o ponto final do movimento e cobrindo outras distinções como Destinatário, Beneficiário e Objetivo espacial) e Abordagem (indicando um ponto em direção ao qual há movimento). (42) poderia assim ser analisado como Ativo (o presidente) - Alativo (para a multidão).

O fato de um Estado-de-coisas dinâmico não precisar conter um Ativo (embora inversamente um Estado-de-coisas não dinâmico não possa conter um) fica claro a partir de exemplos como (43):

(43) A maçã caiu do galho através dos ramos até o chão.[27] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)

Aqui, ‘a maçã’ não se envolve voluntariamente no Estado-de-coisas dinâmico e, portanto, se qualifica como uma pessoa que está sem controle da situação. A especificação Locativa em (376) é complexa, composta por três componentes, que traçam a ‘jornada’ da ‘maçã’ desde a sua posição inicial até a sua posição final: ablativo (do galho), perlativo (através dos ramos) e objetivo (para a chão).

Nas propriedades dinâmicas de três lugares, a consciência cognitiva da diferença é necessariamente dividida em três funções semânticas, permitindo apenas a constelação Ativo-Inativo-Locativo. Considere os seguintes exemplos:

(44) A comissão deu o prêmio ao candidato mais jovem.[28] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)
(45) O vento sopra as folhas na cozinha.[29] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)

Em (44), há uma associação direta de Ativo com ‘o comitê’, Inativo com ‘o prêmio’, e o Destinatário, uma instanciação mais específica do Locativo, com ‘o candidato mais jovem’. Em (45), o participante não-volitivo (Inativo) é claramente ‘as folhas’, o que, dada a constelação Ativo-Inativo-Locativo, qualifica ‘o vento’, apesar de seu caráter não volitivo, como Ativo, e

[27] The apple fell from the twig through the branches to the ground.
[28] The committee gave the prize to the youngest candidate.
[29] The wind blows the leaves in the kitchen.

‘na cozinha’ emerge como Objetivo. Como o Ativo é impedido de atuar como Estado-de-coisas não dinâmico, não se encontra Estado-de-coisas não dinâmicos de três lugares.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 198), as noções desenvolvidas para o Estado-de-coisas de dois lugares transferem-se para a descrição de Estados-de-coisas de um lugar. Como se sabe, Estados-de-coisas dinâmicos de um só lugar são classificados como “não-ergativo” ou “não-ativo”: o primeiro corresponde à presença de um único argumento Ativo; o segundo, ao de um único argumento Inativo, como em (46) e (47), respectivamente:

(46) Os estudantes estão trabalhando.[30] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)
(47) A bomba explodiu.[31] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)

Em (46), *os estudantes* estão envolvidos voluntariamente no Estado-de-coisas, embora esse não seja o caso da *bomba* em (47). Como algo acontece com a ‘bomba’, ela é afetada de maneira não volitiva e, portanto, conta como um Inativo.

O único argumento de um Estado-de-coisas dinâmico de um só lugar também pode ter a função semântica Locativo, no sentido mais específico de destinatário. Considere os seguintes exemplos do islandês:

(48) honum sárnaoi
3.SG.M-DAT tornar.machucado
Ele ficou machucado.[32] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)

(49) honum stendur.
3SG.M-DAT permanecer
Ele tem uma ereção.[33] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)

Assim, Ativo, Inativo e Locativo podem todos ocorrer como o único argumento de expressões locativas.

Quanto ao Estado-de-coisas único e não-dinâmico, o único participante nunca se envolve voluntariamente e, portanto, recebe o papel de Inativo ou Locativo. Isso pode ser mais bem ilustrado pelos exemplos a seguir de um idioma em que o acordo sobre o verbo é sensível apenas às funções semânticas, não à relação gramatical do sujeito. Considere os seguintes

[30] The students are working.
[31] The bomb exploded.
[32] He became hurt.
[33] He has an erection.

exemplos do chickasaw:

(50) malili-li
correr-1SG-A
Eu corri.[34] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 198, tradução nossa)

(51) sa-chokma
1.SG.U-bom
Eu sou bom.[35] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 199, tradução nossa)

(52) an-takho'bi
1SG.LOC-preguiça
Eu sou preguiçosa.[36] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 199, tradução nossa)

Como esses exemplos mostram, a concordância no verbo distingue entre Ativos (50), Inativos (51) e Locativos (dos tipos de Destinatários, 52). Os dois últimos exemplos são não-dinâmicos, mas diferem no fato de que em (51) o argumento único está em um estado, enquanto (52) pode ser parafraseado como 'isso é preguiçoso para mim', apresentando o argumento único como experimentando 'a preguiça' como resultado de um processo interno.

Ativo, Inativo e Locativo são implicações gerais de (grupo de) funções semânticas que são hipóteses de relevância universal. Os idiomas individuais podem exibir refinamentos adicionais dentro de cada uma dessas categorias e, assim, expandir o repertório de funções semânticas que seus quadros de predicação atribuem aos argumentos.

Além dessas três funções há, ainda, a função semântica Referência (Ref) que é desempenhada pelo argumento de uma propriedade de um lugar, representada por nomes relacionais, posse inalienável, expressões locativas e nomes de parentesco. Nos exemplos extraídos de Pezatti (2017, p. 17), em (53a), *da colónia* é argumento do nome *necessidade*; na construção de posse inalienável, em (53b), *da mulher* é o argumento de *cabeça*; em (53c), *terreno* constitui argumento da expressão locativa *centro*; e (53d) exemplifica um caso de nome de parentesco, em que *desse menino* é argumento de *mãe*; todos esses argumentos têm função semântica. Segundo,

(53a) mas, mesmo licenciados houve muito poucos, para as próprias *necessidades* ***da colónia***. (AN97:EnsinoAngola)
(53b) a gente não vai mandar um bojardão sabendo que pode acertar *na cabeça* ***da mulher*** (PT95:Futebol)

[34] Eu corri.
[35] I'm good.
[36] I'm lazy.

(53c) casa fica assim *no centro* ***do terreno***? (BR80:Fazenda)
(53d) porque, inclusive *a mãe* ***desse menino*** que está aí, ela é uma sambista. (BR80:Samba)[37]

O molde de predicação pode representar Estados-de-Coisas destituídos de uma propriedade, como é o caso dos moldes Identificacional e Existencial. Num molde Identificacional, como em (54), também extraído de Pezatti (2017, p.30), as duas unidades da mesma categoria semântica representam modos alternativos de ver a mesma entidade, não havendo, portanto, atribuição de propriedade.

(54) *direito é o instrumento do estado* (BR87:EconomiaSociedade)

Segundo Pezatti (2016, p 30), moldes existenciais contêm, por seu lado, apenas uma unidade semântica, que não se constitui como argumento de nenhum predicado, conforme o exemplo em (55).

(55) não tem *diferença nenhuma*? (BR95:MuitoIguaisDiferentes)

Moldes de predicação, conforme, abrangem instâncias de classificação e identificação (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 204), exemplificados em (56) e (57), respectivamente:

(56) João é professor.[38] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204)
(57) João é o professor.[39] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204)

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 204) observam que, na classificação, existe, no Nível Interpessoal, uma relação entre um subato descritivo e um de referência, enquanto, no Nível Representacional, o quadro consiste em duas unidades semânticas ontologicamente idênticas. A relação é de classificação e as unidades são idênticas pela simples razão de que um indivíduo pode ser classificado apenas como um indivíduo, e não – exceto talvez metaforicamente – como um Estado-de-coisas ou uma Propriedade:

[37] Os exemplos de (53a) a (53d) foram retirados do corpus intitulado *Português Oral*, desenvolvido na esfera do Projeto Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais, organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, que consiste em ocorrências reais de uso da língua necessárias para um estudo de cunho funcionalista.
[38] John is a teacher.
[39] John is the teacher.

(58) João é professor.[40] (x_1) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204, tradução nossa)
(59) * João é uma explosão.[41] (e_1) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204, tradução nossa)
(60) * João é temperatura alta.[42] (f_1) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204, tradução nossa)

Os autores argumentam que a entidade classificada é submetida à classificação e, como tal, exerce a função semântica Inativo. A outra unidade semântica indica a Propriedade atribuída ao Inativo e, como tal, não possui funções semânticas. Consequentemente, afirmam as funções semânticas no quadro de predicação base para classificação da seguinte forma, em que 'v' é uma variável sobre variáveis:

(61) T R
(f_1: [(v_1) (v_2) u] [(f_1)]

Como nas propriedades relacionais discutidas acima, a cópula é inserida no Nível Morfossintático. Nem todas as línguas têm uma construção de classificação. No gaélico escocês, por exemplo, além de uma construção bastante classificatória, o significado de classificação é transmitido por uma das duas construções relacionais de propriedades, uma para classificação temporária e outra para classificação permanente, com em cada caso o Inativo sendo designado como uma propriedade local:

(62)

tha	mi	nam	thidsear.
COP.PRS	1SG	in.1SG.POSS	professor

Eu estou (trabalhando como) professor.
Eu estou no meu professor.[43] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204, tradução nossa)

(63)

'S	e	tidsear	a	tha	annam.
COP.PRS	3SG	professor	REL-	COP.PRS	in.1SG

Eu sou professor.
Um professor está em mim.[44] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 204, tradução nossa)

(64) T R
(f_1: [(f_2: (x_1)L(f_2)) (x_2)U] (f_1))

[40] John is a teacher.
[41] John is an explosion.
[42] John is a high temperature.
[43] I'm in my teacher.
[44] A teacher is in me.

Baseado nas características de predicação das Propriedades de dois lugares, há a seguinte representação:

(65) T R R
(f_1:[(f_2) (x_1)U (x_2) CIRC] (f_1))

Em muitas línguas, a construção de identificação está intimamente relacionada à forma de construções classificacionais, mas bastante distintas em significado e uso, como em (65):

(66) R R
(f_1:[(x_1) (x_1)] (f_1))

Em construções de identificação, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 205), as duas unidades semânticas exprimem maneiras possíveis de conceber a mesma entidade. Não há relação de atribuição de propriedade e, portanto, nenhuma das unidades semânticas assume uma função semântica. Considere o exemplo (67), da língua hixkaryana, e sua respectiva análise:

(67) rowti mokro
meu.irmão aquele.um
Aquele é meu irmão.[45] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 205, tradução nossa)

(68) R_1 R_2
(f_j: [(x_i: (f_j:rowti (f_j)) (x_i: (f_k: mokro (f_k))(x_i))](f_i))

O que acontece é que, no Nível Interpessoal, existem dois Subatos Referenciais, R_1 e R_2, que se referem à mesma entidade (x_1); no Nível Representacional, existem simplesmente duas unidades co-indexadas do mesmo tipo. Algumas línguas não têm uma construção identificacional, como nos exemplos de ãbkhaz, apresentados por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 206):

(69) wəy Zaira 1-a-w-p'
DEM Zaira $3_{SG.F}$.OBJ-ser.idêntico-PRS-DECL
Aquela é Zaira.
Aquela é idêntica à Zara.[46] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 206, tradução nossa)

[45] That is my brother.
[46] That is identical to Zaira.

O verbo *–a* é um radical lexical de dois lugares, que significa ‘ser idêntico’; dessa forma, nessa língua, o significado identificacional (assim como o significado classificacional) deve ser analisado como envolvendo uma Propriedade de dois lugares. No gaélico escocês, é usada uma construção copular ou locativa, sendo apenas a primeira uma construção identificacional.

(70) Is e-san mo bhràthair
COP $3_{SG\text{-}EMPH}$ meu irmão.

(71) ‘S e mo bhràthair a tha ann.
COP 3_{SG} meu irmão REL COP in.$3.SG$
Ele é meu irmão.[47] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 206, tradução nossa)

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 206), a segunda construção está se tornando dominante, sugerindo um desaparecimento da construção identificacional. O tipo final de construção a ser incluído é a estrutura existencial, que no Nível Interpessoal é caracterizada por um Conteúdo Comunicado contendo apenas um único Subato Referencial. A análise no Nível Representacional contém apenas uma semântica correspondente apenas, sem uma função semântica, pois não é o argumento de nenhuma previsão:

(72) R
$(f_1: [(v_1)\ (f_1)]$

A expressão da construção existencial difere de língua para língua: frequentemente são sinalizados por uma partícula especial (tagalog *may*) ou por uma forma impessoal, como o caso do verbo *haver* em português. Se a oração existencial também tiver um Lugar, ele será considerado como um modificador de Estado-de-coisas (e1) e não como um argumento, pois exibe a mobilidade (e a omissibilidade) típica do primeiro:

(73) R T
$(e_1:[(\ f_1: [x_1: [\text{-leão-}(x_1)\ _{Ø}])]\ (f_1))(e_1)_{Ø}]: (l_i: \text{Africa}\ (l_i))_1\ (e_i)_{Ø}])$
Há leões na África.

Atualizando os quadros listados anteriormente com as funções semânticas de suas partes componentes, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 207) chegam à seguinte tipologia de moldes de predicação, a partir da qual as línguas fazem uma seleção, além de potencialmente adicionar outros quadros análogos:

[47] He is my brother.

(i) Propriedade de zero lugar

T
$(f_1: [(f_2)] (f_1))$

(ii) Propriedade de um lugar

T	R
$(f_1:[(f_2)$	$(v_1)_{A}]$ $(f_1))$
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_{U}]$ $(f_1))$
$(f_1:[(f_2)$	$(v_1)_{L}]$ $(f_1))$
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_{Ref}]$ $(f_1))$

(iii) Propriedade de dois-lugares

T	R	R
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_A$	$(v_2)_U] (f_1))$
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_A$	$(v_2)_{L}] (f_1))$
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_U$	$(v_2)_{L}] (f_1))$

(iv) Propriedade de três-lugares

T	R	R	R
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_A$	$(v_2)_U$	$(v_3)_L] (f_1))$

(v) Propriedade de quatro-lugares

T	R	R	R	R
$(f_1: [(f_2)$	$(v_1)_A$	$(v_2)_U$	$(v_3)_L$	$(v_4)_{OTHER}] (f_1))$

(vi) Propriedade relacional

T	R	R
$(f_1: [(f_2:$	$(v_1)_{A/U/OTHER} (f_2))$	$(v_2)_U] (f_1))$

(vii) Classificacional

T	R
$(f_1: [(v_1)$	$(v_2)_U] (f_1))$

(viii) Identificacional

C	R	R
$(f_1: [(v_1)$	$(v_2)]$	$(f_1))$

(ix) Existencial

R
$(f_1:[(v_1)](f_1))$

Similarmente ao que acontece no Nível Interpessoal, os núcleos de Conteúdo Proposicional, Episódio, Estado de Coisas e Propriedade Configuracional podem ser

restringidos por modificadores (constituintes lexicais opcionais) e especificados por operadores (constituintes gramaticais) apropriados a cada uma das camadas.

Um exemplo de modificador de Propriedade Configuracional é a função de **Beneficiário**, nomeando uma pessoa ou uma instituição em nome de quem o benefício do Estado-de-coisas é efetuado. O estatuto modificador do Beneficiário é aparente em exemplos como o (73), em que todas as três posições associadas com o predicado *give* já estão preenchidas com 'você' (A), 'Mary' (L), e 'essas flores' (I).

(74) Você dará essas flores para Mary *por mim*?
(f_i: [(f_j:dar(f_j)) (x_i)$_A$ (m prox x_j:flor(x_j))$_U$(x_k)$_L$](f_i): (x_l)$_{Ben}$(f_i))[48] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 208).

Além de participantes adicionais, os modificadores de Propriedades Configuracionais podem, também, designar certos tipos de Modo. Os advérbios de Modo se mostram relevantes em várias camadas, mas com diferenças em seu comportamento. Um exemplo da atuação desse advérbio pode ser observada em (75):

(75) João andou *vagarosamente*.[49] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 208)

Outra categoria de modificador na camada da Propriedade Configuracional é a que quantifica a constituição temporal interna de um Estado-de-coisas. O membro mais proeminente dessa categoria é a Duração, que define a extensão temporal interna de um Estado-de-coisas singular, como mostram Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 210):

(76) Ele tem vivido aqui *por 10 anos*.[50] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 210)
(77) Ele esperou *por três horas*.[51] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 210)

3.1.4.5 Propriedade lexical

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 230), Propriedades Lexicais podem ser modificadas por outra Propriedade Lexical. Nesses casos, a classe lexical do modificador lexical é determinada pela classe lexical do núcleo. As ocorrências (78) a (81) exemplificam:

[48] Will you give Mary these flowers for me?
[49] John walked slowly.
[50] He has lived here for ten years.
[51] He waited for three hours.

(78) dançar *lindamente*[52] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 230)
(79) *extremamente* famoso[53] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 230)
(80) *muito* atonitamente[54] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 230)
(81) *primeiro* vizinho[55] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 230

3.1.5 O Nível Morfossintático

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 383), o Nível Morfossintático é responsável pelos aspectos estruturais de uma unidade linguística, além de, junto com o Nível Fonológico, zelar pela codificação das distinções interpessoais e representacionais. Desse modo, é possível, segundo os autores, observar que grande parte do que ocorre neste nível é funcionalmente motivado, ou seja, princípios de ordenação são motivados por iconicidade, integridade de domínio e preservação das relações de escopo. Porém, deve-se considerar que, por ter seus princípios próprios de organização, a morfossintaxe não pode ser considerada funcionalmente motivada, como ocorre, por exemplo, na imposição arbitrária de um padrão de ordenação de constituintes básica. Não fugindo da organização de cima para baixo, característica da GDF, neste nível, as unidades linguísticas são analisadas considerando seus constituintes sintáticos, das camadas mais altas para as mais baixas:

(Le_1:	Expressão Linguística
(Cl_1:	Oração
(Xp_1:	Sintagma
(Xw_1:	Palavra
(Xs_1)	Raiz
(Aff_1)	Afixo
(Xw_1))	Palavra
(Xp_1))	Sintagma
(Cl_1))	Oração
(Le_1))	Expressão Linguística

A Expressão Linguística (Le – *Linguistic expression*), camada mais alta, constitui-se de qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática; sendo que as mesmas propriedades morfossintáticas serão consideradas caso haja mais de uma unidade dentro da Le.

[52] dance beautifully
[53] extremely famous
[54] very astonishingly
[55] former neighbour

Para formar a Le, segundo Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 383), unidades são combinadas entre si: Orações (Cl - *clause*), compostas por uma configuração de um ou mais sintagmas e também de palavras gramaticais (possivelmente), apresentando, desse modo, um padrão de ordenação e também expressões morfológicas de regência e concordância (conectividade); Sintagmas (Xp – *phrase*), que apresentam um item lexical com origem do Nível Interpessoal ou Nível Representacional atuando como núcleo; e Palavras (Xw - *word*), por sua vez, constituídas por radicais (Xs – *stem*) e afixos (Aff - *affixes*). Considerando o exemplo dado em (82), as representações nos níveis Interpessoal e Representacional fornecem o *input* necessário para a representação morfossintática:

(82) Você vai ao teatro amanhã?
(Le_1: [(Cl_1: [(Np_1: [(Nw_1: você)] (Np_1)) (Vp_1: [(Vw_1: ir)] (Vp_1)) ($Adpp_1$: [($Adpw_1$: a) (Np_2: [(Gw_1: o) (Nw_2: teatro)] (Np_2))] ($Adpp_1$)) ($Advp_1$): [($Advw_1$: amanhã)] ($Advp_1$)) (Cl_1))] (Le_1))

A camada abaixo da Expressão Linguística é a Oração. Segundo Hengeveld e Mackenzie,

> uma Oração simples é um agrupamento de um ou mais Sintagmas e, possivelmente, Palavras (gramaticais), e é caracterizada, em maior ou menor grau, por um padrão para a ordenação desses Sintagmas e, também, em maior ou menor grau, por expressões morfológicas de conexão (em especial, regência e concordância). Além disso, a Oração pode operar como um domínio para vários processos morfossintáticos. Enquanto, para cada língua analisada, a identificação das Orações será dependente de critérios específicos da língua, acreditamos que é justificável postular a Oração como uma categoria universal da estrutura morfossintática. (2010, p. 19)

A Oração (Cl – *Clause*), portanto, é considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática, e, de modo geral, constitui um grupo de um ou mais sintagmas e consiste em uma configuração sequenciada de palavras, sintagmas e outras orações (encaixadas), conforme demonstram respectivamente (83a) (83b) e (83c).

(83a) começou a nevar.
(83b) meu irmão estava na sala de estar.
(83c) eu acredito *que consigo superar este sentimento*.

Como mostra (83c), uma Oração pode ocorrer como constituinte de outra Oração; nesse exemplo, a oração *consigo superar este sentimento* se identifica como complemento da Oração principal. Situações linguísticas como essa, em que uma Oração se manifesta como constituinte de outra, é que indicam o processo de Subordinação, no qual a Oração subordinada também

pode ser o predicado ou um constituinte modificador (adverbial ou adjetival) de outra Oração, além de complemento. Na perspectiva da GDF, segundo Marques e Pezatti (2015, p. 52), a subordinação é um fenômeno que ocorre na camada da Oração, quando Orações são encaixadas e assim cria-se uma relação de constituição de uma das unidades, por meio de relação de dependência de argumentos ou de modificação (expansão) do Núcleo da Oração.

De acordo com as autoras, as unidades que se combinam dentro da expressão linguística são orações e sintagmas, que podem ocorrer em combinação umas com as outras ou entre si. Quando há dependência mútua entre as unidades, há o que se denomina **equiordenação**; quando uma das unidades pode ocorrer independentemente, mas a outra não pode, acontece **cossubordinação**; quando ambas as unidades podem ocorrer sozinhas, mas a combinação de ambas as formas uma única unidade, ocorre **coordenação**. Além das relações acima estabelecidas, orações podem ocorrer como constituintes de outras orações dentro da expressão linguística, ou seja, como orações adverbiais, complemento ou predicativas, e sua forma e, em alguns casos seus padrões, podem ser radicalmente diferentes de suas orações principais. Esses casos são tratados dentro do escopo da subordinação e pertencem à camada da oração, e não à da expressão linguística.

Marques e Pezatti (2015, p. 52) exemplificam as situações linguísticas no português partir de exemplos de Hengeveld e Mackenzie (2008). As autoras afirmam que nenhuma das orações pode ser usada independentemente; ocorre o processo de Equiordenação Oracional, como no caso de (84), em que as Orações ‘nós gostamos tanto’ e ‘que passa bem’ não têm independência sintática:

(84) -> não, nós gostamos tanto - hum.
-> que passa bem (Bra80:Samba). (MARQUES; PEZATTI, 2015, p. 52)

Ainda segundo as autoras, quando apenas uma das Orações é dependente da outra, mas não se identifica como constituinte da outra, havendo, portanto, dependência unilateral, há Cossubordinação. Em (85), a oração ‘além de jogarmos de graça’ não pode ocorrer independentemente de ‘alimentávamos os jogadores’:

(85) além de jogarmos de graça, alimentávamos os jogadores. (PT97:DesportoDinheiro) (MARQUES; PEZATTI, 2015, p. 52)

Por fim, Marques e Pezatti (2015, p. 52) afirmam que, nos casos em que as Orações que compõem a Expressão Linguística são independentes, sem que uma seja constituinte da outra,

mas a combinação constitui uma única unidade formal, ocorre a Coordenação, como exemplificado em (86):

(86) somos obrigados a falar, falar, e... falamos muito (Moç86:Chuva) (MARQUES; PEZATTI, 2015, p. 51)

A Coordenação, segundo Keizer (2015, p. 182), ocorre quando uma Expressão Linguística é composta de duas ou mais Orações independentes, ou seja, cada uma delas pode ser usada de maneira independe. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 308), surge quando nem um constituinte e nem o outro dependem entre si, isto é, cada um pode ocorrer por conta própria, mas combinam-se para formar uma única unidade formal, caso que recebe o nome de Coordenação.

A camada abaixo da Oração, do Nível Morfossintático, é o Sintagma (Xp – *phrase*). O Sintagma, de acordo com os autores:

> tem como núcleo um item lexical que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional. Não há uma correspondência biunívoca necessária entre as classes de lexemas reconhecidas em uma língua e os tipos de Sintagmas e classes de Palavras correspondentes reconhecidas dentro dessa mesma língua. Uma língua com uma classe de lexemas altamente flexível pode ter uma variedade de tipos de Sintagmas. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2010, p. 19)

Os Sintagmas podem ser de vários tipos: Verbais, Nominais, Adjetivais, Adverbiais e Adposicionais[56], a depender do núcleo. Porém, esses tipos de sintagmas não necessariamente estão presentes em todas as línguas. De acordo com Pezatti et al. (2016, p. 36), o sintagma verbal (Vp) pode consistir em um único verbo, ou então em um outro elemento usado predicativamente, e não na combinação de verbo e objeto. No Nível Representacional, o lugar de um predicado por ser ocupado por quatro classes de lexemas (advérbio, verbo, adjetivo e nome). No Nível Morfossintático, no entanto, três delas, mais especificamente, nome, adjetivo e advérbio, exigem a presença de uma cópula. Dessa maneira, o Vp é formado por uma cópula (palavra verbal) e um sintagma, que pode ser nominal (87a), adjetival (87b), adverbial (87c) ou adposicional (87d). Há, porém, outras situações linguísticas em que um Vp pode ser constituído de um verbo pleno e seus respectivos operadores, cujo escopo semântico reflete diretamente em sua ordenação superficial, como em (87e).

[56] Sintagma Adposicional é constituído de uma adposição, que pode ser anteposta ou posposta a um nome. No caso do português, a adposição é sempre anteposta, por isso tradicionalmente esse sintagma é denominado Sintagma Preposicional ou, abreviadamente, Pp.

(87a) a base econômica é a agricultura (PEZATTI et al., 2016, p. 36)
(87b) foi muito importante (PEZATTI et al., 2016, p. 36)
(87c) está dentro de, da nossa tradição (PEZATTI et al., 2016, p. 36)
(87d) a senhora também é dessa opinião? (PEZATTI et al., 2016, p. 36)
(87e) foi acalmando (PEZATTI et al., 2016, p. 36)

A última camada deste nível é a Palavra, que, por sua vez, consiste em uma configuração sequenciada de Morfemas. A GDF estabelece distinção Palavras e Lexemas, sendo que os últimos operam no Nível Representacional enquanto os primeiros, por sua vez, operam no Nível Morfossintático. Segundo os autores, tal distinção é relevante e elucidativa porque (i) uma única palavra no Nível Morfossintático pode ter vários Lexemas correspondentes no Nível Representacional; (ii) em algumas línguas, não há diferenciação entre a classe de Lexemas, mas há uma variedade de classes de Palavras; (iii) muitas Palavras não apresentam Lexemas correspondentes.

Garcia (2010, p. 49) ressalta que é necessário estabelecer distinção entre Palavras Lexicais e Palavras Gramaticais. Introduzidas no Nível Morfossintático, as primeiras devem ser classificadas considerando tanto sua distribuição sintática quanto seu conteúdo lexical. As Gramaticais, por sua vez, não apresentam Lexemas correspondentes, pois, na verdade, fazem referência a um operador ou uma função no Nível Representacional ou Nível Interpessoal, que são introduzidas por elementos vazios (*dummies*) ou de suporte (*support*).

3.1.5.1 Ordenação de constituintes

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), o Nível Morfossintático é responsável por tanto por todas as propriedades características de uma unidade linguística (independente se Orações ou Sintagmas) quanto pela estrutura interna das palavras. A ordem de expressão desses elementos é colocada neste momento, seguindo às seguintes etapas: (i) uma posição na Oração é atribuída às unidades linguísticas consideradas não essenciais dos Nível Interpessoal e Nível Representacional e (ii) em seguida, as unidades centrais ou nucleares. Nos Nível Interpessoal e Nível Representacional, existe uma unidade que forma o núcleo desses níveis. No Nível Interpessoal, a unidade central é o núcleo configuracional do Conteúdo Comunicado, ou seja, os Subatos de Referência e Atribuição que compõem a mensagem comunicada pelo Falante (o molde de conteúdo). No Nível Representacional, a unidade central é o núcleo configuracional do Estado-de-coisas, ou seja, o predicado e seus argumentos, como os componentes básicos da situação extralinguística designada (o quadro de predicação). As partes centrais dos níveis da

Formulação são representadas a seguir, conforme Keizer (2015, p. 202):

$$(M_1: (A_1: [(F_1)\ (P_1)_S\ (P_2)_A\ (C_1: [...\ (T_1)\ (R_1)...]^C\ )]^A\ )^M\ )$$

Molde de conteúdo
Unidade central

$$(p_1: (ep_1: (e_1: [(f_1)\ (x_1)\ (x_2)\ ...]^e)^{ep})^p)$$

Molde de predicação
Unidade central

Ao se distinguir as partes central e não central, é fulcral abordar a ordenação de constituintes no Nível Morfossintático, posto que a colocação de unidades não essenciais precede a colocação de unidades centrais.

Nesse contexto, Hengeveld e Mackenzie (2008) preconizam que a ordenação de unidades não essenciais acontece de modo descendente, a ter início a partir da camada mais alta no Nível Interpessoal e findando com a camada não central mais baixa no Nível Representacional. Ademais, no âmbito interno de cada camada, a ordenação procede de maneira interna, a começar com a função da camada como um todo, posposta pela expressão de operadores e modificadores. Sob esse ponto de vista, são apresentadas quatro posições básicas, para trazer à tona a linearização dos constituintes: posição inicial P^I, P^2, posição que segue a inicial, posição medial P^M e posição final P^F, além de outras posições derivadas dessas quatro. As duas posições rotuladas como periféricas (P^I e P^F), segundo os autores (2008), são psicologicamente proeminentes, enquanto a posição medial se apresenta de maneira menos proeminente, além de apresentar dependência em relação ao número de constituintes que uma Oração pode apresentar. A partir do momento em que elemento é colocado em qualquer uma dessas posições absolutas, novas posições relativas são disponibilizadas, a seguir: P^{I+n}, P^{2+n}, $P^{M+/-n}$ e P^{F-n}. As posições relativas (P^{I+n}, P^{2+n}, $P^{M+/-n}$ e P^{F-n}) somente podem ser preenchidas se a posição absoluta, por sua vez, já estiver preenchida.

Há de se ressaltar que ocorrem, nesse âmbito, as posições marginais, externas à Oração, para a inserção de constituintes extraoracionais, que fazem parte da Expressão Linguística, mas não da Oração. Assim, há a possibilidade de fazer a distinção da ordenação dos elementos nas camadas da Expressão Linguística e da Oração: assim, a P^{pre} diz respeito à posição **pré-oracional**, P^{centro}, à posição da Oração, e P^{pos}, à posição pós-oracional, como é tido no quadro a seguir, proposto por Keizer (2015), em que as barras (|) indicam os limites Oração:

Quadro 1 – Posição dos constituintes nas camadas da Oração e da Expressão Linguística

Expressão Linguística	P^{pre}	|	P^{centro}	|	P^{pos}
Oração			$\|P^{I}\ P^{M}\ P^{F}\|$		

Fonte: KEIZER, 2015, p. 202.

Posto que os diferentes domínios – da Expressão Linguística, da Oração e do Sintagma – apresentam um núcleo, o ponto de orientação para outros constituintes em um mesmo domínio será esse constituinte central. Contrariamente aos elementos não essenciais, cuja colocação ocorre de maneira descendente, o posicionamento das unidades centrais se faz pelo alinhamento da língua em questão – no caso do espanhol, língua com alinhamento morfossintático, o posicionamento das unidades centrais ocorre por meio da função sintática. Assim, tem-se que o alinhamento do Nível Morfossintático não reflete de modo direto a organização dos Nível Interpessoal e Nível Representacional, ao apresentar sua organização relacionada às funções sintáticas e à complexidade de constituintes, já que os mais complexos tendem a se posicionar à direita dos menos complexos pelo prisma do princípio da complexidade crescente (DIK, 1997a).

3.1.6 O Nível Fonológico

O Nível Fonológico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 387) é o responsável por todos os aspectos da codificação que não são abrangidos pelo Nível Morfossintático. O Nível Fonológico recebe *input* de todos os três outros níveis e oferece o *input* para Componente de Saída. Esse, por sua vez, é responsável por questões análogas como intensidade, frequência dos formantes, duração etc.

Não é objetivo do Nível Fonológico, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), mostrar a melodia da Frase Entonacional, mas, sim, fornecer um número de indicações em cada camada que o Componente de Saída converte em um resultado natural. O presente nível opera com primitivos que incluem, segundo os autores: (i) os padrões prosódicos que devem ser aplicados em cada parte da análise; (ii) um catálogo de encadeamentos segmentadas, léxico-gramaticais, que tenham como característica uma configuração especial ou uma relação de espaços reservados que são introduzidos a outros níveis; e (iii) um ajuntamento de operadores terciários que somente terão no Componente de Saída, seu efeito final. Típico do que ocorre com os outros níveis, as representações fonológicas apresentam uma natureza hierárquica e, em situações

linguísticas assim, a GDF postula que nem todas as camadas estão ativas em todos os Enunciado ou, de fato, são importantes para o sistema de cada língua. Em se tratando do Nível Morfossintático, a GDF admite possibilidade de recursão em certas camadas e a expressão linguística é analisada em termos de unidades fonológicas tais como se segue abaixo:

(π U_1:[	Enunciado
(π IP_1: [	Frase Entonacional
(π PP_1: [	Frase Fonológica
(π PW_1: [	Palavra Fonológica
((π F_1: [	Pé
((π S_1)N	Sílaba
] (F_1))	Pé
] (PW_1))	Palavra Fonológica
(PP_1))	Frase Fonológica
] (IP_1)	Frase Entonacional
](U_1))	Enunciado

Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 388), o Enunciado é o trecho maior de discurso abrangido pelo Nível Fonológico. Com o objetivo de separar Enunciados de Frases Entonacionais, o Falante buscará utilizar pausas maiores, que, por sua vez, os Ouvintes não compreenderão como hesitação por parte do Falante. No Enunciado, também é possível observar distinções de altura (*paratons*) que são utilizadas com o objetivo de contribuir para marcar o Enunciado como um grupo independente de Frase Entonacional. Na fronteira entre Enunciados, o Componente de Saída apresentar reações diversas: abaixamento, voz crepitante, longas pausas etc.

Uma Frase Entonacional, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 432), é caracterizada por propriedades (i) internas, que apresentam um núcleo com um movimento pontual, situado em uma ou mais Sílabas, e que tem como característica ser imprescindível para a caracterização, como um todo, da Frase Entonacional e (ii) externas, em que as Frases Entonacionais são separadas por meio de pausas (mais curtas do que as pausas usadas para separar Enunciado, por exemplo).

Considerando a camada da Frase Fonológica, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 388) ressaltam que as línguas acentuais apresentam uma sílaba nuclear, que, na maioria das vezes, é o local primordial para a queda ou a subida dentro da camada Frase Entonacional, que é, comumente, mais intensamente acentuada do que as outras. Quando se trata das línguas tonais, em que o movimento tonal é utilizado para diferenciações lexicais, as Frases Fonológicas apresentam um motivo de se manifestarem, em especial, no domínio de sândi tonal

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 22).

Ainda nesse viés, a Palavra Fonológica é uma parte da estrutura fonológica que pode se relacionar ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. Tais Palavras se dividem em Sílabas, que em línguas acentuais – que apresentam sílabas acentuadas e não acentuadas – agrupam-se em Pés (HENGEVELD; MACKENZIE, 2009, p. 388).

4 A TRANSPARÊNCIA

O capítulo 4 aborda as noções de transparência. Em 4.1, apresentam-se conceitos relevantes para transparência. Na seção 4.2 aborda-se a noção desse conceito nas teorias linguísticas; em 4.3 analisamos a transparência, na GDF, como sendo entendida como o mapeamento biunívoco de significado e forma, entre as unidades dos vários níveis. A partir de 4.3.1, apresentamos os fenômenos de transparência que serão observados e analisados nas ocorrências encontradas no decorrer deste trabalho.

4.1 Conceitos relevantes para a transparência

Uma vez que este estudo trata dos traços de transparência e opacidade compartilhados por quatro línguas da família Tupi-Guarani, dedicaremos um espaço para o tratamento deste conceito, relacionando-o a outros conceitos relevantes para a compreensão do fenômeno.

Desde as primeiras reflexões sobre a linguagem, há todo um questionamento sobre a arbitrariedade ou não dos signos em oposição à iconicidade e às relações possíveis entre o significado e a forma. Camacho et al. (2017) salientam que, desde o século IV a.C., com o diálogo *Crátilo*, de Platão, já havia uma discussão acerca da possibilidade de a representação linguística apresentar, em sua base, um sistema de símbolos arbitrários ou se os itens lexicais apresentariam uma relação intrínseca e estimulada com os conceitos que representam. Séculos depois, Saussure (1977[1916]) revoluciona o estudo da linguagem e enuncia o *Princípio da Arbitrariedade* do signo, segundo o qual

> O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário*. (1977, p. 81, grifo nosso)

Em sentido contrário, o *Princípio da Iconicidade*, postulado por Givón (1985), refere-se ao caráter previsível do significado a partir da forma. Assim, a estrutura da língua reflete, em certa medida, a estrutura da realidade, do mundo e da experiência do Falante, sendo possível prever o conteúdo por meio da forma. A iconicidade seria, de acordo com o autor, a correspondência, ou mesmo dependência, entre forma e significado presente no sistema gramatical das línguas. Assim, pode-se afirmar que as explicações que justifiquem a forma da expressão linguística utilizada são buscadas nos fatores condicionantes, cognitivos e

individuais, de cada situação de interação entre Falante e Ouvinte. É importante, no entanto, compreender que esse princípio não é um universal absoluto, nem mesmo uma regra categórica, mas sim uma preferência ou tendência do Falante ao fazer uso do repertório linguístico de uma determinada língua, afetando assim a expressão linguística de modo a refletir a realidade.

Outros conceitos relacionados à transparência são os de homomorfismo e isomorfismo. O primeiro, noção originário dos estudos da área da Matemática, se manifesta nas situações em que as unidades de algum conjunto são análogas às unidades de outro conjunto, no que se refere à estrutura. Por sua vez, o isomorfismo, segundo Bolinger (1977), refere-se à condição natural da língua de preservar uma forma para um sentido e vice-versa. Dessa maneira, a noção de isomorfismo estabelece, necessariamente, uma relação biunívoca entre forma e significado, sendo a forma sempre motivada.

O conceito de transparência aqui adotado é o da GDF, teoria que embasa este estudo. Para esse modelo teórico, a transparência é entendida como o mapeamento biunívoco de significado e forma, entre as unidades dos níveis de análise propostos pela teoria. Em outras palavras, *transparência* é aqui definida como a relação um-para-um entre significado e forma, sendo as estruturas que violam a transparência denominadas opacas ou não transparentes.

Conforme mencionado anteriormente, é de se esperar que as línguas apresentem certo grau de transparência, mas Leufkens (2014) também observa que não há uma língua que seja totalmente transparente, já que a transparência é constantemente infringida por combinações, redundâncias e reduções de formas das unidades linguísticas, e que nem todas as formas apresentam uma contraparte semântica ou pragmática, o que nos leva, obviamente, também a contextos não transparentes.

4.2 Transparência nas teorias linguísticas

O conceito de transparência, assim como tantos outros nos estudos linguísticos, varia de acordo com a teoria e a abordagem utilizadas. Tal como observa Pezatti (2014, p. 72), algumas teorias funcionalistas mais radicais[57] propõem que a forma resultante final de toda expressão linguística é estimulada por fundamentos pragmáticos ou semânticos. Todavia, a

[57] De acordo com Nichols (1984), o conceito de funcionalismo pode ser dividido entre três tipos: há um (i) funcionalismo conservador, (ii) funcionalismo extremo e (iii) funcionalismo moderado. O primeiro indica apenas contrariedade do formalismo ou do estruturalismo, sem a proposição de uma análise da estrutura. O segundo vai além ao propor uma análise, que seja funcionalista, da estrutura. O terceiro e último censura a realidade da estrutura como estrutura, e, por sua vez, conceitua que as regras incidem internamente na função, não havendo, pois, limitações sintáticas.

autora também observa que há os postulados advindos dos funcionalistas mais moderados que acreditam e defendem a existência de formas autônomas, ou seja, de processos de codificação sintática, morfológica e fonológica que não são, necessariamente, aguçados por nenhum tipo de motivação pragmática ou semântica. É nessa posição moderada que a GDF se enquadra, já que acredita na existência de formas sem motivação pragmática ou semântica.

Bloomfield (1984, p. 145) afirma que cada forma linguística tem um significado constante e específico[58]. Assim, pressupõe-se que duas formas com diferentes significados não são exatamente idênticas, considerando que, se há mudança na forma, consequentemente, há mudança no significado. Esse postulado leva ao *Princípio da Uniformidade*.

O *Princípio da Uniformidade*, mais especificamente, o isomorfismo (HAIMAN, 1985; DU BOIS, 1985; CROFT, 2003) explica a natureza icônica e diagramática da linguagem. Haiman (1985) postula que uma língua natural é uma tentativa de reprodução formal não propriamente da realidade, mas de nossa representação da realidade. O elemento mais importante é o significado, já que é ele que faz a transição entre a forma do signo e sua respectiva denotação. Assim, por natureza, a forma dos signos, que é isomórfica em relação ao significado, permite representar a realidade. Dito de outro modo, numa relação icônica entre significado e forma, a estrutura da língua reflete de algum modo a estrutura da experiência. Esse princípio conduz a três outros princípios dele derivados.

(i) *Princípio da Independência da Forma* - a ligação entre forma e significado se dá sem a intermediação de um contexto, isto é, dadas duas formas linguísticas A # B, impõe-se naturalmente uma distinção entre o significado de A e o significado de B;

(ii) *Princípio da Preservação do Significado* - se não houver mudança da forma, não haverá mudança do significado associado à forma. Porém, se uma forma A se transforma numa forma hipotética A1, assim, o seu significado pode sofrer modificação;

(iii) *Princípio da Não Sinonímia* - alterações da forma resultam em alterações do significado de modo que, se A é formalmente distinto de B, então o significado de A deve ser, necessariamente, distinto de B, incidindo, portanto, na negação da subsistência de sinônimos nas línguas. Assim, é possível afirmar que, para as teorias estruturalistas, é extremamente relevante que haja essa diferença entre formas, pois é essa diferença formal que define os valores de um signo".

Culicover e Jackendoff afirmam que

[58] *Our fundamental assumption implies that each linguistic form has a constant and specific meaning.*

> [...] a interface sintaxe-semântica é maximamente simples no sentido de que o significado se projeta transparentemente sobre a estrutura sintática; é também maximamente uniforme, de modo que o mesmo significado se projeta sobre a mesma estrutura sintática.[59] (2005, p. 47, tradução nossa)

Essa afirmação nos remete ao *Princípio da Uniformidade*, já que, na Gramática Gerativa, "postula-se uma relação quase icônica entre forma e sentido".

Moura (2015), por sua vez, sustenta a hipótese de que não há nenhuma razão de natureza teórica ou descritiva que fundamenta o *Princípio da Uniformidade*. Baseando-se na perspectiva funcional-cognitiva, o autor questiona a visão dominante do funcionalismo, que exclui as relações não isomórficas de sinonímia e redundância, fenômenos que violam a transparência. Dessa forma, Moura (2015, p. 70-71) postula que as línguas mostram uma flexibilidade inerente na relação entre forma e sentido, o que implica não serem transparentes. Como resultado da não correspondência entre forma e sentido, as línguas se tornam mais flexíveis e mais aptas a cumprirem suas funções comunicativas e sociais.

4.2.1 A transparência na GDF

Como já adiantado, a transparência, na GDF, é entendida como o mapeamento biunívoco de significado e forma, entre as unidades dos vários níveis. Em outras palavras, *transparência* é definida como a relação um-para-um entre significado e forma, sendo as estruturas que violam a transparência denominadas opacas ou não transparentes.

As relações de transparência e opacidade podem ser aplicadas tanto entre os níveis quanto dentro deles. Dessa forma, a teoria apresenta uma possibilidade de análise inovadora: a transparência deixa de ser definida apenas como um mapeamento de um-para-um entre significado e forma, passando para a exigência de um mapeamento de um-para-um nos quatro níveis de análise. A GDF traz, portanto, uma definição muito precisa de transparência, já que distingue cuidadosamente unidades relevantes e interatuantes para os quatro níveis.

Há transparência quando uma única unidade no Nível Interpessoal, por exemplo, um Subato de Referência, corresponde a uma única unidade no Nível Representacional, que, por sua vez, corresponde a apenas uma unidade no Nível Morfossintático, um Sintagma Nominal, por exemplo, e, por fim, a uma única unidade no Nível Fonológico, um Sintagma Fonológico,

[59] Tradução do original: "[...] the syntax-semantics interface is maximally simple, in that meaning maps transparently onto syntactic structure; and it is maximally uniform, so that the same meaning maps onto the same syntactic structure".

por exemplo. Desse modo, todos os níveis e as interações entre eles são considerados para a definição das relações de transparência. Quando há quebra dessa relação, ou seja, quando uma única unidade em um dos níveis corresponde a duas ou mais unidades em outro nível, estabelece-se uma relação de opacidade na língua. Consideremos o exemplo abaixo para elucidar tal fenômeno:

(88) It was strange to see that man again that I went to school with.
Foi estranho ver aquele homem novamente que eu fui pra escola com.
(HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 6)

Segundo Hengeveld e Leufkens (2018, p. 6), essa sentença exemplifica vários recursos não transparentes do inglês. Alguns desses recursos são as seguintes: (i) presença de um elemento vazio *it*, que não transmite significado independentemente e ocorre apenas para anunciar o sujeito complexo da sentença, isto é, o 'aquele homem que fui pra escola com ele'; (ii) o constituinte 'aquele homem que eu fui para a escola com ele' é interrompido pelo advérbio 'novamente', o que leva à descontinuidade; (iii) a forma verbal foi usada, o que não mostra os diferentes componentes de significado da maneira transparente que a forma previsível, mas não gramatical adotada, mostraria; (iv) a forma verbal 'foi', à parte de forma imprevisível, concorda com o sujeito, duplicando assim a informação.

Dentro dos níveis Morfológico e Fonológico, que tratam diretamente da codificação morfossintática e fonológica, também é possível estabelecer relações de transparência ou de opacidade, visto que esses níveis comportam uma série de operações para a codificação das estruturas com base no *input* proveniente dos níveis de formulação, Interpessoal e Representacional. Algumas dessas operações não têm material pragmático ou semântico, sendo, portanto, uma forma sem significado, contribuindo para a opacidade da língua. Exemplos dessas operações são a inserção de elementos expletivos no Nível Morfológico, ou de vogais harmônicas no Nível Fonológico.

Considerando as noções de língua transparente ou opaca, é de extrema relevância observar que, assim como postula a teoria, não entendemos esses termos como conceitos opostos em uma relação estática, mas sim como um *continuum*, em que, de acordo com os fenômenos característicos de transparência que podem ou não se manifestar, as línguas podem ser mais ou menos transparentes. A relação, portanto, não é quantitativa, não depende do número de características transparentes de uma língua, mas da natureza das relações de transparência e opacidade dentro das línguas e entre as línguas analisadas.

Como bem observa Paula (2019, p. 51), a análise, considerando os princípios da GDF,

permite observar que os recursos transparentes são dependentes, mas mantêm relações implicacionais de tal forma que demonstram um maior ou menor grau de transparência, como é possível observar pelas relações entre os níveis de análise.

Segundo Leufkens (2014, p. 11), a GDF tem se empenhado em definir esse conceito precisamente ao delimitar o que são exatamente os conceitos de significados e formas. Para esse modelo teórico, "uma unidade de significado" é um Primitivo (função, operador ou camada) de um dos dois níveis mais altos (Nível Interpessoal e Nível Representacional). Assim, Ilocuções e Indivíduos são compreendidas como unidades de significados para a GDF tais como as funções (como a pragmática Tópico e a semântica Inativo), que não são consideradas em outros estudos como unidades por si sós, mas como propriedades das unidades morfossintáticas. A "unidade de forma", por sua vez, é um primitivo dos dois níveis mais baixos (Nível Morfossintático e Nível Fonológico) da GDF. Segundo observa Camacho et. al (2017, p. 13), indicam unidades formais de camadas (Oração, Sintagmas e Palavras), tal como operadores e formas supletivas. Dessa maneira, uma mesma unidade formal pode apresentar outras unidades formais, como, por exemplo, uma frase fonológica, que pode englobar numerosas palavras fonológicas.

Ainda segundo Leufkens (2014, p. 12), na GDF, as relações são consideradas transparentes na codificação quando for possível associar uma unidade mais alta com uma unidade mais baixa, o que ocorre quando uma frase fonológica se harmonizar a um sintagma morfossintático, e cada palavra fonológica pertencente à frase fonológica corresponda a uma palavra morfossintática. É justificável perquirir, por consequência, que a noção de transparência, para a GDF, trespassa as fronteiras das relações entre forma e significado. Em outras palavras, para essa teoria, há transparência quando uma unidade de um dos dois níveis mais altos da organização linguística (Nível Interpessoal e Nível Representacional) corresponder a uma unidade de um dos dois níveis mais baixos da organização linguística (Nível Morfossintático e Nível Fonológico). Segundo Camacho et al.,

> No escopo dessa definição, inclui-se o fato de a transparência se referir à relação entre forma e significado, sendo, portanto, uma propriedade de interface e não de níveis específicos. É, portanto, uma propriedade da morfossintaxe e não apenas do léxico, como comumente é considerado por outras teorias. (2017, p. 231)

Os quatro níveis da organização linguística, entretanto, interagem entre si, o que permite haver também interface de significado-significado e de forma-forma. De acordo com Leufkens (2015), há, então, seis interfaces entre os quatro níveis e suas combinações: NI-NR, NI-NM,

NI-NF, NR-NM, NR-NF, NM-NF. A relação entre transparência e opacidade alude às possíveis contradições de emparelhamento um-para-um entre essas áreas de interação de maneira que a subsistência de opacidade resulta de discrepâncias entre unidades linguísticas situadas em cada uma dessas áreas. As possíveis violações de pareamento levam Leufkens (2014, p. 12) a rearranjar o contexto linguístico em que o fenômeno da transparência se manifesta: há transparência no momento em uma unidade pertencente a um determinado nível da organização linguística coincide a uma única unidade pertencente a todos os outros níveis da organização. Tal definição é muito mais extensiva e cabível tipologicamente, porque a ocorrência de uma divergência entre unidades da morfossintaxe e da fonologia não seria indicador de violação da relação um-para-um entre significado e forma.

Segundo Camacho et al. (2017), a possibilidade de observar todos os fenômenos de divergência é uma clara evidência de que esses fenômenos são todos similares, independentemente do tipo de interface em que estão localizados. Além disso, tais divergências entre os dois mais altos níveis e os dois mais baixos (NI/NR-NM/NF) não se encaixam no padrão comum de outros tipos de divergência, ou seja, as divergências na interface entre NI-NR, por um lado, e entre NM-NF, por outro, mostram distribuição fundamentalmente diferente nas línguas.

Leufkens (2014, p. 13) e Hengeveld e Leufkens (2018) acreditam que a transparência não expressa uma noção escalar e nem, tampouco, um conceito binário, o que torna possível e viável a classificação das línguas em termos de distintos graus de transparência, uma vez que, presumivelmente, todas as línguas transgridam a transparência em algum ponto da morfossintaxe e do léxico. Desse modo, é válido buscar a abordagem desta questão propondo um contínuo de línguas relativamente transparentes para línguas relativamente não transparentes.

Metodologicamente, só é possível mensurar o grau de transparência mediante a consideração de traços não transparentes. Segundo a autora, considerar os traços opacos e não os transparentes pode ser contraintuitivo, porém é necessário diante da impossibilidade teórica de mensurar traços transparentes, uma vez que o grau de transparência envolve, na maioria dos casos, a ausência de certos fenômenos, o que torna impossível mensurar o que não existe.

De acordo com Leufkens (2015, p. 16), a relação de um-para-um entre os níveis da gramática pode ser violada de diferentes maneiras, sendo elencados cinco tipos possíveis: quatro violações das relações entre os níveis, a saber, *um-para-nulo*, *nulo-para-um*, *muitos-para-um* e *um-para-muitos*; e uma violação de integridade de domínio, mais precisamente, uma relação de *descontinuidade*.

Tal como observa Paula (2019, p. 48), a relação de *um-para-nulo* envolve elementos pragmáticos e semânticos que não são codificados, ou seja, não audíveis ou visíveis na produção final, como é o caso de argumentos subentendidos, operadores fonologicamente vazios e categorias vazias. Leufkens (2015, p. 17) destaca que a existência deles é, muitas vezes, hipotética e apenas teoricamente motivada, o que faz com que as teorias linguísticas apresentem divergências quanto ao tratamento dessas unidades: a gramática gerativa, por exemplo, considera operadores fonologicamente vazios em suas análises empíricas, enquanto teorias funcionalistas, como a GDF, consideram que a existência desses elementos invisíveis pode ser falseada, sendo teoricamente indesejáveis nas análises. Dessa maneira, ainda que essa seja uma relação nitidamente opaca, a autora opta por não a considerar com tal propriedade devido a impossibilidade de determinar a existência desses elementos de maneira objetiva. Por concordância, o presente trabalho também não considera, nem, tampouco, analisa esse tipo de relação. (88), retomada a seguir, exemplifica tal caso.

(88) It was strange to see that man again that I went to school with.
Foi estranho ver aquele homem novamente que fui para a escola com.
(HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 6)

Por sua vez, a relação de *nulo-para-um* inclui formas morfossintáticas e fonológicas que não são motivadas ou não estão relacionadas a unidades nos níveis mais altos. Dito de outro modo, essas formas não apresentam contraparte pragmática e semântica, mas são o resultado de processos ou da aplicação de regras próprias da codificação morfossintática e fonológica. Exemplo dessas regras é o uso de expletivos, elementos vazios que são inseridos para satisfazer uma regra morfossintática; por exemplo, a de que, em inglês, sempre deve haver um sujeito na sentença. Esse sujeito vazio não apresenta, então, referente e conteúdo semântico, ou seja, trata-se de um sujeito morfossintático que não está relacionado a um Subato Referencial ou a um Indivíduo. Leufkens (2015, p. 18) nomeia essa categoria de “forma baseada na forma” (*form-based form*) e assinala que são casos com alto grau de sintaticidade ou fonologicidade. A autora destaca ainda que o termo sintaticidade, bem como fonologicidade, é empregado por ela como o grau em que formas e regras são motivadas por questões morfossintáticas. Na literatura, esse tipo de opacidade é tratado como um caso típico de ‘autonomia da sintaxe’, denominada na GDF de ‘forma baseada na forma’ (cf. Hengeveld, 2011b e Leufkens, 2013). Leukens (2015) não dá exemplos de casos como esse.

O terceiro tipo de violação elencado por Leufkens (2015, p. 18) envolve relações nas quais uma unidade de significado é pode ser manifestada por diversas formas, ou seja, tal como

intitula a autora, relações de *um-para-um*. Esse tipo de violação é chamado então de redundância, visto que uma das formas é desnecessária e, como tal, não acrescenta informação adicional relevante. A redundância pode ser obrigatória, no caso de ambos elementos estarem obrigatoriamente presentes na estrutura final, ou opcional, no caso de um dos elementos estar implícito, como é o caso das línguas *pro-drop*, que apresentam concordância entre predicado e argumento mesmo quando este não está expresso na sentença. A redundância obrigatória tem sido compreendida como um processo automático e puramente morfossintático; o que lhe atribui um alto grau de sintaticidade, ao mesmo tempo que a redundância opcional é pragmática e semanticamente motivada. No caso do kanoê, (89) exemplifica a coocorrência do morfema *–k* e da partícula negativa *tsokere* na marcação da negação. Leufkens (2015) classifica tais casos como redundância, isto é, uma relação entre uma unidade de significado (o operador de polaridade negativa) e muitas unidades formais (um afixo e uma palavra gramatical).

Kanoê (Bacelar 2004, p. 217 apud STASSI-SÁ; FONTES, 2017, p. 252)

(89)	**tsokere** aj	o-õ-ro-**kũ**	õ-e-re	ña	mapi-kanão	
	não 1$_{SG}$	segurar-1-$_{CLV–NEG.PROG}$	1-$_{DECL-UX}$	$_{POSS}$1.$_{SG}$	flecha-$_{CLE}$	
	Não, eu não estou levando meu arco.					
	Eu não estou levando meu arco não.					

A quarta categoria de opacidade observada entre os níveis consiste na relação de *muitos-para-um*, em que múltiplos significados são codificados em uma única forma linguística, processo conhecido como *fusão*. Um claro exemplo é a morfologia fusional que, como o próprio nome indica, trata da expressão de diferentes significados por uma só forma, chamada de morfema *portmanteau*. Dessa maneira, é esperado que línguas caracteristicamente fusionais apresentem alto grau de opacidade devido à recorrência de morfemas *portmanteau*. Em (89), a marcação de futuridade parece também se dar somente pela presença do sufixo *–kũ*, que, além do valor negativo, abriga um valor temporal. É possível, portanto, tratar *–kũ* como um morfema cumulativo, já que, além da negação, agrega noções aspectuais, como o futuro (90).

Kanoê (BACELAR 2004, p. 217 *apud* STASSI-SÁ; FONTES, 2017, p. 293)

(90)	aj	ajvaj-õ-**kũ**	õ-e-re
	1$_{SG}$	cantar.$_{RED–}$1$_{–NEG.FUT}$	1$_{–DECL–AUX}$
	Eu não vou cantar.		

Comentando o exemplo anterior, para Leufkens (2015, p. 70), a cumulação, enquanto expressão conjunta de vários significados numa única unidade gramatical (seja afixo seja palavra gramatical), representa um caso de fusão, em que se estabelece uma relação entre mais

de uma unidade de significado e uma única unidade formal. Dessa forma, a presença de morfemas cumulativos no sistema de negação do kanoê é uma violação à projeção biunívoca entre significado e forma, o que revela um traço de opacidade dessa língua.

Por fim, a quinta e última categoria diz respeito à violação do *Princípio de Integridade de Domínio*. De acordo com esse princípio, as unidades que juntas pertencem aos níveis mais altos, Nível Interpessoal e Nível Representaiconal, devem ser justapostas no Nível Morfossintático (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285). Assim, violações da integridade de domínio resultam em unidades descontínuas, o que se conhece na literatura linguística por *descontinuidade*. Exemplo desse processo é a negação do francês composta pelo circunfixo *ne...pas*. Nesse caso, uma única unidade semântica, exemplificado por um operador de negação, corresponde a duas unidades formais no Nível Morfossintático, exemplificadas, respectivamente por *ne* e *pas*. A questão fundamental para a compreensão da descontinuidade é que as duas unidades envolvidas na codificação não são independentes, não podem ocorrer uma sem a outra com o mesmo significado[60]. Dessa forma, as unidades descontínuas, sejam elas constituintes ou morfemas, constituem uma relação que pode ser definida como *um-para-fragmentos*, tendo em conta que o significado se apresenta fragmentado em mais de uma unidade na codificação. Em kaiowá, a negação é morfológica e, conforme Cardoso (2008, p. 149), envolve a presença do morfema descontínuo *na-...-i*, ao qual é permitido a tarefa de negar todas as possibilidades de predicados, verbal ou não-verbal.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)
(91) ʃe **n**-a-wɨʔa-**ĩ**[61]
eu NEG–1SG–alegre–NEG
Eu não estou alegre.

De acordo com Leufkens (2015, p. 66), o morfema descontínuo *na-...-i* corresponde a um circunfixo, pois consiste em duas partes fonologicamente distintas, mas relacionadas a uma única unidade de significado. Na visão da GDF, o operador de polaridade negativa, enquanto unidade de significado, é codificado, no Nível Morfossintático, por um afixo que contém duas partes descontínuas. Esse tipo de construção viola o princípio de integridade de domínio, segundo o qual unidades de um mesmo domínio ou camada nos níveis Interpessoal e/ou

[60] É relevante dizer que o francês falado já não apresenta as duas unidades formais para negação, sendo mais comum que esta seja feita apenas com o *pas*, ainda que a regra gramatical seja a negação com *ne...pas*. Este é também um claro exemplo de mudança linguística que leva a uma maior transparência da língua visto que passa de uma relação descontínua para uma transparente, de *um-para-um*.
[61] È possível a expressão do mesmo morfema descontínuo como *n-...-i*.

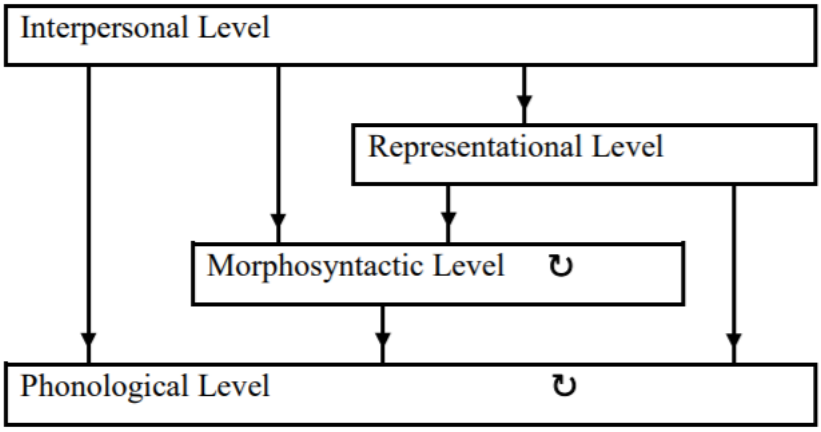
Representacional devem ocorrer, no Nível Morfossintático, de forma justaposta (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285). Conforme Leufkens (2015, p. 63), têm-se, em (91), caso de descontinuidade, uma vez que se estabelece uma relação entre uma unidade de significado e uma unidade morfossintática cindida em muitas partes.

Considerando noções previamente trabalhadas em Hengeveld (2011a) e a partir dessas cinco categorias de opacidade – *um-para-vazio*, *forma baseada na forma*, *redundância*, *fusão* e *descontinuidade* –, Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018) definem um conjunto de fenômenos indicadores de opacidade, e cujas manifestações ou não podem ser observadas nas línguas analisadas com o objetivo de estabelecer o grau de transparência e observar os diferentes fenômenos dentro e entre as línguas. Tais fenômenos serão descritos detalhadamente na próxima seção.

Como já dito anteriormente, a transparência na GDF pode então ser delineada como a relação de um-para-um entre os níveis mais altos e os níveis mais baixos, havendo assim uma correspondência entre a contraparte pragmática/semântica e a morfossintática/fonológica. O modelo da GDF, como já apresentado, prevê quatro níveis de análise que são interatuantes, ou seja, todos os níveis interagem uns com os outros, abrindo assim a possibilidade de interfaces significado-forma, mas também significado-significado e forma-forma. Dessa maneira, tal como observa Paula (2019, p. 48), na GDF, as relações de transparência podem ser aplicadas tanto entre os níveis quanto dentro deles. A teoria apresenta, portanto, uma possibilidade de análise: a transparência deixa de ser definida apenas como um mapeamento de um-para-um entre significado e forma, passando para a exigência de um mapeamento de um-para-um entre os quatro níveis de análise e também dentro deles. Portanto, como afirma Leufkens (2015, p. 13), "a transparência é obtida então quando uma unidade de um dos níveis de organização linguística corresponde a uma unidade nos outros níveis de organização"[62], como ilustra a Figura 6:

[62] Tradução do original: "Transparency obtains when one unit at one level of linguistic organization corresponds to one unit at all other levels of organization".

Figura 6 – Interação entre e dentro dos níveis gramaticais



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Leufkens, 2018, p. 4.

Observamos, por conseguinte, que todos os níveis dentro da gramática são considerados para uma concepção mais precisa do fenômeno da transparência, já que a teoria distingue cuidadosamente unidades relevantes e interatuantes para as análises das línguas. Dessa forma, a transparência ou a opacidade são classificadas em termos das operações que causam sua existência. Essas operações podem ser aplicadas entre os níveis e dentro deles. Entre os níveis, a transparência está relacionada com o mapeamento das camadas de um nível para outro, como indicam as setas, em ordem descendente de organização, na Figura 5. É importante ressaltar que, assim como não é necessário que uma mensagem passe por todos os níveis de análise, não é necessário que uma unidade tenha correspondentes em todos os níveis. A relação de transparência e/ou de opacidade é vista então considerando violações do mapeamento um-para-um nas interfaces possíveis entre os quatro níveis e suas combinações. A opacidade, portanto, é entendida como uma violação dessa relação estabelecida entre os níveis, ocasionando divergências de pareamento.

Para Leufkens (2015), em princípio, as relações de transparência e suas violações podem ocorrer entre qualquer pareamento de níveis: Interpessoal e Representacional; Interpessoal e Morfossintático; Interpessoal e Fonológico; Representacional e Morfossintático; Representacional e Fonológico e Morfossintático e Fonológico. Segundo Camacho et. al (2017, p.18), a perspectiva descendente da GDF torna possível, no entanto, fazer um agrupamento das relações de acordo com o ponto final do processo, considerando o fato de que o que passa para o Nível Morfossintático é o resultado cumulativo dos Nível Interpessoal e Nível Representacional, e o que passa para o Nível Fonológico é o resultado cumulativo dos Nível Interpessoal, Nível Representacional e Nível Morfossintático. Esse princípio de organização, segundo os autores, permite postular três grupos de relações:

- Interpessoal e Representacional;
- Interpessoal/Representacional e Morfossintático;
- Interpessoal/Representacional/Morfossintático e Fonológico.

Ainda segundo Camacho et al. (2017, p. 18), no que se refere à relação entre os Nível Interpessoal e Nível Representacional, há indicador de transparência quando apenas um Ato de Referência ou Atribuição corresponde a uma única expressão de categoria semântica; ou seja, quando um único Subato corresponde a uma única categoria semântica do Nível Representacional. Nos momentos em que isso não ocorre, há opacidade, ou seja, categoria que consiste em uma relação **muitos-para-um,** o que define os fenômenos linguísticos de Aposição e Concordância, como explanado com base nos exemplos da seção seguinte.

Dentro do Nível Morfossintático e do Nível Fonológico, que tratam diretamente da codificação morfossintática e fonológica, também é possível estabelecer relações de transparência ou de opacidade, visto que esses níveis comportam uma série de operações para a codificação das estruturas com base no *input* proveniente dos níveis de formulação, Interpessoal e Representacional. Algumas dessas operações adicionam elementos ou propriedades às estruturas com base na forma, sem que haja uma contraparte nos níveis mais altos. Ou seja, há a inserção de uma forma que não apresenta contraparte no Nível Interpessoal e no Nível Representacional, não tem material pragmático ou semântico, sendo, portanto, uma forma sem significado, contribuindo para a opacidade da língua. Exemplos claros desse processo são a inserção de elementos expletivos no Nível Morfológico e a ocorrência de degeminação no Nível Fonológico. Esta operação é conhecida como “forma baseada em forma” e é representada por meio do símbolo ↻ na Figura 5.

Segundo Leufkens (2015, p. 14) e Paula (2019), as línguas são analisadas como tendo um grau de transparência e não como sendo simplesmente transparentes ou não transparentes. Parte-se do pressuposto de que toda língua viola o *Princípio da Transparência* em algum ponto de sua gramática ou léxico. Assim, a proposta é investigar a transparência, medindo seu grau a partir das propriedades não transparentes (opacas) que a língua apresenta. Mais especificamente, dados os objetivos desta pesquisa, que como já apresentado na *Introdução*, é analisar o compartilhamento de traços transparentes entre as línguas de uma mesma família, a proposta é classificar as línguas em termos de graus de transparência a partir das características observadas, de modo a contribuir para a construção de uma hierarquia entre as línguas da família Tupi-Guarani em termos das propriedades transparentes e opacas que elas apresentam. Assim como a autora, propomos a análise da transparência a partir dos traços opacos das

línguas, tendo em vista que os traços transparentes envolvem a ausência de certos fenômenos, sendo, obviamente, impossível contá-los. Dessa maneira, a investigação se centra nas categorias de opacidade tal como definidas por Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018).

4.3 Interpessoal – Representacional

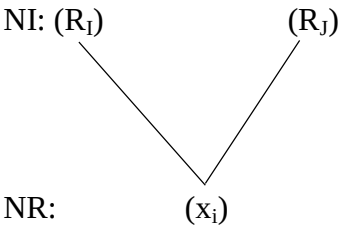
4.3.1 Aposição

Segundo Hengeveld e Leufkens (2018, p. 9), há um mapeamento transparente entre o Nível Interpessoal e o Nível Representacional quando um único subato no Nível Interpessoal corresponde a uma única categoria no Nível Representacional. Tal relação não ocorre em casos de aposição não restritiva, já que há dois Subatos Referenciais que correspondem a uma única categoria semântica, levando à opacidade, como em (92):

(92) Pedro, irmão de João, mudou-se para a Noruega.[63] (HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 9)

Nesse caso, Pedro e o irmão de João referem-se à mesma entidade, e não dependem um do outro. Nas palavras de Leufkens (2015, p. 48), a aposição constitui um caso de opacidade por estabelecer uma relação de muitos-para-um entre os níveis Interpessoal e Representacional. Isso significa que dois Subatos do Nível Interpessoal correspondem a um único Indivíduo (x) no Nível Representacional, conforme representado como em (93):

(93)



A representação em (93) indica não transparência, visto que a relação não é um-para-um entre os níveis. Leufkens (2015, p. 48) destaca ainda que a aposição parece ser possível em todas as línguas, já que em seu estudo não foram encontradas línguas com restrições à sua ocorrência. Dessa forma, a autora opta por não utilizar este critério em sua análise. Entretanto,

[63] Pedro, John's brother, moved for Noruega.

com o objetivo de verificar se o fenômeno da aposição ocorre nas línguas aqui estudadas, optamos por manter o critério.

4.3.2 Referência cruzada

Segundo Hengeveld e Leufkens (2018, p. 9), o fenômeno da referência cruzada se manifesta quando, opcionalmente, um sintagma nominal externo ao verbo coocorre com um marcador de pessoa referencial. No português, segundo os autores, é possível fazer referência a uma entidade por meio de um nome ou pronome, além de também ser possível marcar a mesma entidade no verbo utilizando sufixo indicador de pessoa, como em (94a), em que há a coocorrência do pronome (*eu*) com a marca de primeira pessoa do singular no verbo (*comprei*). No entanto, são possíveis orações em que há apenas indicação de pessoa no verbo, sem pronome ou nome, como (94b), evidenciando que a ocorrência do nome ou pronome é opcional e que o marcador referencial no verbo tem conteúdo semântico e pode fazer referência à entidade por si só. Portanto, o português é uma língua que apresenta referência cruzada.

(94a) **Eu** compre**i** um presente para a minha vizinha.
(94b) Comprei um presente para a minha vizinha.

Nesses casos, assim como na Aposição, dois Subatos Referenciais (R) no Nível Interpesssoal fazem referência a um mesmo Indivíduo (x) no Nível Representacional, porém um dos Subatos é expresso gramaticalmente por meio de uma marca verbal enquanto o outro é expresso por meio de pronome ou léxico, como representado em (95):

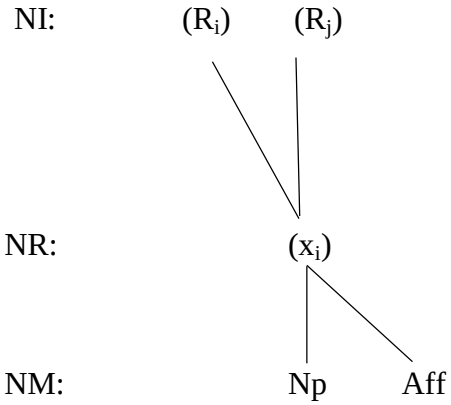
(95) NI: (R_i) (R_j)

NR: (x_i)

A diferença entre Aposição e Referência Cruzada é que, na Aposição, cada um dos argumentos, expressos lexical ou gramaticalmente, correspondem a dois Subatos do Nível Interpessoal que se referem a um único Indivíduo (x) no Nível Representacional, como em (92). Já, na Referência Cruzada, um dos Subatos Referenciais é expresso gramaticalmente, por meio de um sufixo agregado ao verbo, como *-ei*, e o outro Subato Referencial é expresso por meio de um pronome, como em (94a).

A Referência Cruzada difere também do fenômeno de Concordância, que ocorre na camada da oração (Acordo na oração), um fenômeno puramente morfossintático, conforme será explicitado adiante. A Referência Cruzada se dá quando uma unidade semântica é manifestada várias vezes, no Nível Morfossintático, mantendo, no entanto, seu valor semântico, ou seja, há uma relação de um-para-dois entre um único referente e as múltiplas unidades morfossintáticas que referenciam esse referente. Dessa maneira, há entre o Nível Interpessoal e o Nível Representacional uma relação de dois-para-um, conforme mostra (95), e entre o Nível Representacional e o Nível Morfossintático, uma relação de um-para-dois pela dupla expressão de uma única entidade, conforme (96), o que configura duas relações opacas.

(96)



Leufkens (2015, p. 52-53) ressalta que distinguir a referência cruzada do acordo na oração não é uma tarefa fácil, já que é difícil estabelecer o valor semântico dos elementos. Desse modo, Leufkens (2015, p. 55) assume que, quando o argumento é obrigatoriamente explícito, configura o fenômeno de acordo na oração; se o argumento pode ficar implícito, configura referência cruzada. Partindo deste postulado, consideramos opacas as línguas que apresentarem tanto acordo na oração quanto referência cruzada; por outro lado, são transparentes as línguas em que a expressão do argumento e a marca no verbo são exclusivas.

Comparini et al. (2017, p. 308) afirmam que, no português, a referência cruzada contribui para a opacidade da língua quanto à manifestação da expressão do argumento sujeito, já que há duas unidades referenciais no Nível Interpessoal e tais unidades correspondem a uma única unidade semântica no Nível Representacional. Assim, os autores afirmam que não há, nesses casos, um pareamento entre forma e significado, uma relação de dois-para-um entre as camadas do Nível Interpessoal e as do Nível Representacional, e não uma relação de um para um entre forma e significado, que seria compreendida como um exemplo de fenômeno linguístico de transparência. Ressaltam que o inglês, por ser uma língua que não admite a

manifestação de argumento sujeito via morfema desinencial, para evitar ambiguidades quanto à referência, preenche necessariamente a posição de sujeito com um argumento pronominal. Em situações linguísticas como essa, ocorre a concordância oracional, que é diferente do fenômeno de referência cruzada, porque não coopera para o significado da oração, já que é uma cópia de um sintagma lexical em outra unidade morfossintática, como, por exemplo, o verbo (HENGEVELD, 2012).

4.4 Interpessoal/Representacional – Morfossintático

4.4.1 Relações gramaticais

Como destacam Hengeveld e Leufkens (2018), as relações gramaticais designam as propriedades morfossintáticas que relacionam um argumento em uma oração em categorias como sujeito, objeto direto e objeto indireto. Segundo Bickel (2011 apud HATTNHER ET AL., 2017, p. 2), as relações gramaticais se distinguem das relações semânticas, uma vez que as relações semânticas se manifestam entre argumentos e predicados e não entre argumentos e orações. Uma relação gramatical, segundo o autor, pode expressar distintos papéis semânticos e, por sua vez, um determinado papel semântico pode ser expresso por relações gramaticais diferentes. Hengeveld e Leufkens (2018) afirmam que não há transparência quando unidades semânticas, ou seja, do Nível Representacional, recebem expressão diferente dependendo da configuração sintática. Há, entretanto, um alinhamento transparente, quando unidades pragmáticas e semânticas são expressas da mesma forma, independentemente da configuração sintática. Como ilustração de alinhamento transparente, os autores apresentam exemplos do achém, em (98-100), extraídos do trabalho de Durie (1985)[64]:

(98)	Gopnyan	**geu**=jak	röt=nan.
	3.POL	3.POL=ir	caminho=aquele
	Ele foi naquele caminho.		
(99)	gopnyan	galak=**geuh**	that
	3.POL	feliz=3.POL	muito
	Ele está muito feliz.		
(100)	gopnyan	na=lôn=timbak=**geuh**.	
	3.POL	AUX=1.A=atirar=3.POL.U	
	Eu atirei nele.		

[64] Exemplos adaptados de Hengeveld e Leufkens (2018, p. 10-11).

Os exemplos mostram que o argumento Ativo é sempre expresso por meio de um elemento proclítico, como ocorre em (98) com *geu*, enquanto o Inativo, por um enclítico, representado pelo alomorfe *geuh*, conforme (99). As construções em (99) e (100) apresentam o mesmo clítico, *geuh*, em posição enclítica. Como se vê, unidades semânticas são expressas de mesma maneira, independentemente da configuração morfossintática.

Em português, no entanto, unidades pragmáticas e semânticas podem ser expressas de diferentes maneiras a depender de suas respectivas configurações morfossintáticas, mostrando, portanto, a relevância de determinadas categorias morfossintáticas, como mostram os exemplos de (101) a (104):

(101) **Ela** foi por aquela estrada.
(102) **Ele** está muito triste.
(103) **Eu** bati nele.
(104) **Eu** fui esfaqueado **por** ele.

Os exemplos (101) a (104) mostram que há uniformidade na expressão do Ativo e do Inativo com função de sujeito, não havendo distinção morfossintática entre eles. Na construção passiva em (104), o argumento Ativo, não sendo sujeito, é marcado pela preposição "por". É possível observar, portanto, que a relação gramatical de sujeito sobrepuja a função semântica, de modo que papéis semânticos distintos recebem a mesma expressão morfossintática, independente da configuração morfossintática. Ao contrário do achém, o português não é, então, transparente no que diz respeito ao alinhamento de unidades dos Nível Interpessoal e Nível Representacional com unidades do Nível Morfossintático, conforme mostra (105):

(105) NR: $(x_i)_A$ $(x_i)_U$

NM: $(Np_i)_{SUBJ}$

Como vimos na *Fundamentação Teórica*, há três macropapéis semânticos que a GDF propõe para os Estados-de-coisas: *Actor* (Ativo), *Undergoer* (Inativo) e *Locative* (Locativo). Esses macropapéis envolvem uma série de papéis semânticos individuais, e isso torna possível a comparação entre os fenômenos semânticos de línguas diferentes. O macropapel *Ativo* condiz com o participante do Estado-de-coisas que partilha os traços [+volitivo] ou [-afetado], como em (101), como o argumento 'ela'. Nessa perspectiva, Hengeveld e Mackenzie (2008)

englobam no papel *Ativo* tanto os participantes agentivos prototípicos, ou seja, aqueles volitivamente comprometidos com o Estado-de-coisas, como aqueles participantes que são menos afetados pelo Estado-de-coisas do que os demais participantes envolvidos, apesar de não estar volitivamente envolvido no desenvolvimento do Estado-de-coisas. O macropapel *Inativo* envolve aqueles participantes de um Estado-de-coisas que apresentem os traços [-volitivo] e [+afetado], como em (102), expresso por 'ele' e, por fim, a função semântica de *Locativo* é tipicamente atribuída a um participante com a categoria semântica de Lugar (*Location*), como em (106), 'loja'.

(106) A mulher comprou a blusa na loja.

Desse modo, a análise das relações gramaticais é centrada nas funções semânticas de Ativo, Inativo e Locativo e seus respectivos alinhamentos com as funções sintáticas, especialmente a de sujeito. Tal situação linguística se manifesta porque, sintaticamente, a todas essas entidades se atribuem a função de sujeito da oração. Isto é, enquanto aos papéis semânticos são atribuídas nomenclaturas específicas (agente, fonte, recipiente, destinatário etc.), as relações gramaticais, por sua vez, são categorias que englobam vários papéis semânticos.

4.4.2 Concordância na oração

A concordância na oração, segundo Hengeveld e Leufkens (2018, p. 23), é um fenômeno puro de cópia das propriedades do argumento no predicado, ou seja, as expressões não são naturalmente referenciais, o que não contribui para o significado da sentença, isto é, o elemento copiado não apresenta valor semântico próprio, sendo uma unidade puramente morfossintática sem contraparte pragmática ou semântica. Um exemplo claro de língua que apresenta o fenômeno de concordância na oração é o holandês, tal como em (107):

(107) hij wandel-**t**
ele caminha- PRS.2.3
Ele caminha.

A sentença em (107) contém um marcador de segunda/terceira pessoa, *–t*, no verbo,

wandel, bem como um pronome pessoal livre[65], *hij*, para marcar segunda pessoa. Deixar de fora o pronome livre resultaria em uma sentença não-gramatical. Uma vez que o sufixo do verbo duplica a informação contida no pronome livre obrigatório, trata-se de um caso de concordância sintática, e a marcação do sujeito no verbo é vista como um fenômeno puro de cópia.

Essa cópia de informação ocorre dentro do Nível Morfológico, pois é uma operação puramente gramatical que não tem uma contraparte Interpessoal ou Representacional. Esse fenômeno linguístico é ilustrado em (107) para o exemplo (108):

(108) NM: (Cl_i: [(Np_i: $3._{SG.M}$ (Np_i))$_{Sbj}$
(Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: wandel- (Vs_i)) (Aff_i)] (Vw_i)) (Vp_i))] (Cl_i)) → (Cl_i: [(Np_i: $3._{SG.M}$ (Np_i))$_{Sbj}$
(Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: wandel- (Vs_i)) (Aff_i: **<3.sg>** (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i))] (Cl_i))

O pronome livre é representado como um espaço reservado $3._{SG.M}$, já que sua forma final depende de sua função sintática e semântica. O recurso <3.SG>, por sua vez, é copiado para a posição de afixo da Palavra verbal Vw_i. O recurso <M> não é copiado, pois este recurso não tem relevância para a expressão do sufixo verbal.

A concordância na oração difere crucialmente da referência cruzada, em que tanto o afixo de pessoa (pronominal) no verbo é referencial por si só, quanto o pronome livre ou sintagma, que opcionalmente coocorre, são referenciais. Portanto, vale observar que o critério relevante no fenômeno da concordância da oração é a obrigatoriedade, sem que haja motivação semântica ou pragmática.

4.4.3 Concordância de Negação

Leufkens (2015, p. 57-58) observa que a expressão da negação sentencial pode ser por meio de flexões verbais, marcadores negativos independentes, pronomes indefinidos negativos, quantificadores e itens de polaridade negativa (ou seja, itens que não apresentam significado negativo próprio, mas apresentam valor gramatical quando ocorrem simultaneamente a um elemento negativo na sentença, como *anything* em inglês). Considerando unidades lexicais como essas, a combinação de forma regular de negação sentencial com um pronome indefinido negativo, resulta em uma leitura negativa da sentença, como em português '*não estou sentindo*

[65] Os pronomes pessoais têm duas formas: livre e preso. Os livres são independentes e podem aparecer sozinhos em uma frase. Os presos são dependentes e nunca podem aparecer sozinhos, precisam sempre ligar-se a uma palavra (verbo, substantivo…).

nada', sendo, então, considerada opaca. Leufkens (2015) atribui a esse fenômeno o nome de *concordância de negação*, que nada mais é do que a expressão de uma única negação semântica por meio de múltiplos elementos morfossintáticos negativos.

Apesar de essa expressão múltipla parecer um caso claro de opacidade, Leufkens (2015, p. 58) chama a atenção para o fato de que a concordância de negação pode não ser estritamente opaca, mas um caso de ênfase e simultâneo enfraquecimento semântico, isto é, pode representar um enfraquecimento da marca de negação sentencial, o que resulta na necessidade de um outro elemento enfático para expressão da negação, no caso, um pronome indefinido negativo. Desse modo, o problema que se coloca é a identificação do valor semântico próprio do elemento lexical negativo (pronome indefinido ou item de polaridade negativa).

De acordo com Leufkens (2015, p. 58-60), é especialmente difícil, se não impossível, determinar o valor semântico próprio do elemento negativo, já que (i) há línguas em que a negação sentencial e o pronome indefinido negativo coocorrem obrigatoriamente, não sendo possível observar o valor semântico do pronome indefinido de maneira isolada; (ii) línguas em que o significado do pronome indefinido varia de acordo com o contexto sem a presença da negação sentencial, caso exemplificado pelo turco; e (iii) a existência de negação enfática por gramaticalização, ou seja, o uso frequente de uma negação enfática com pronome indefinido faz com que ela se torne padrão, perdendo carga semântica, e fazendo emergir a necessidade de criar uma nova construção enfática que supra a necessidade dos Falantes[66]. Considerando essa dificuldade de determinar o valor semântico dos pronomes indefinidos e dos itens de polaridade negativa, a autora prefere não considerar a concordância de negação como um critério de análise.

Stassi-Sé e Fontes (2017), por outro lado, verificam, em línguas indígenas brasileiras, as estratégias de negação sentencial, suas propriedades transparentes e opacas, considerando as violações aos princípios de transparência, e correlacionam os dados com o tipo morfológico das línguas em estudo. Os autores dividem as línguas analisadas em dois grupos: "(i) línguas que apresentam um sistema de negação mais simples, dispondo de uma única estratégia de negação – ou morfológica, ou sintática –, e (ii) línguas que apresentam um sistema de negação mais complexo, fazendo uso de mais de uma estratégia de negação" (STASSI-SÉ; FONTES, 2017, p. 290). As línguas do primeiro grupo são predominantemente línguas isolantes, ou seja, com sistemas de negação simples, consideradas mais transparentes por apresentarem uma única estratégia de negação sentencial, mantendo a relação de um-para-um entre significado e forma;

[66] A esse respeito, Leufkens (2015, p. 59) cita a análise de Kiparsky & Condoravdi (2006), para a negação do grego em uma visão diacrônica, que comprovou a ocorrência do ciclo de Jespersen na língua.

já as línguas do segundo grupo são predominantemente fusionais, ou seja, sistema de negação complexos, consideradas opacas por apresentarem múltiplas estratégias de negação sentencial, estabelecendo, de acordo com os autores, uma relação de um-para-muitos entre os Nível Representacional e Nível Morfossintático.

Hengeveld e Mackenzie (2018), por seu turno, no artigo intitulado *Negation in Functional Discourse Grammar*, mostram que ,.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2018, p. 4), a negação é um dos fenômenos mais complexos da linguagem humana, pois, como já dizia Dik (1997, p. 173), a negação pode ocorrer mais de uma vez em uma única oração ou uma oração negada pode ser incorporada dentro de outra oração negada, conforme exemplificam em (109) a (111).

(109) Eu não posso prometer não ir.[67] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 6)
(110) Eu NÃO tenho nenhum dinheiro sobrando![68] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 8)
(111) Você não pode não aceitar.[69] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 8)

Ocorrência dupla de negação na mesma sentença, segundo os autores (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 4), pode ser o resultado de concordância negativa ou pode ser exemplo de verdadeira negação dupla. Nesse último caso, há uma dupla ocorrência de operadores NEG no NI e no NR. O efeito pragmático e/ou semântico da dupla negação é muitas vezes cancelar a negatividade (criar afirmação) e é frequentemente explorada para fins interpessoais. Como Horn (2001, p. 360 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 43) observa, há uma razão para chamar alguém, por exemplo, de ***not un****attractive* e ***un****attractive*. Um exemplo de casos assim, no português, seria dizer (‘ela é **não in**capaz/ela é **in**capaz’), em que fica óbvio a intenção do Falante em realçar o fato de que o sujeito em questão não é incapaz, ou seja, realçar a capacidade. Os autores destacam os seguintes casos de **dupla negação**: (a) negativa de Conteúdo Comunicado/Episódio/Estado-de-coisas; (b) Subato descritivo negativo; (c) Conteúdo Proposicional Negativo – Episódio ou Estado-de-coisas negativo; (d) Estado-de-coisas negativo – Propriedade Configuracional negativa; (e) Propriedade Configuracional ou Estado-de-coisas negativo – Propriedade Lexical negativa; (f) Propriedade Lexical negativa – Item lexical derivado negativo; (g) qualquer nível mais alto – quantificação zero:

[67] I do not promise not to come
[68] I do NOT have no money left!
[69] You cannot not accept.

(a) A: Eu sinto que você não gosta de mim.[70] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 40)
B: Eu não não gosto de você.[71] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 40)
(b) Ela não é infeliz, ela é depressiva.[72] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p.40)
(c) Eu não não irei ao jogo hoje. (= Não é verdade que eu não irei ao jogo hoje.)[73] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 43)
(d) Esse livro não irá falhar em deixar uma marca na cultura americana.[74] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 44)
(e) Eu não me casarei com um não-fumante.[75] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p.44)
(f) Ele deu uma explicação não implausível do seu comportamento.[76] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 45)
(g) Nós nunca fazemos coisas por nenhuma razão.[77] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 45)

A análise das estratégias de negação das línguas da família Tupi-Guarani será embasada nos estudos de Leufkens (2015), Stassi-Sé e Fontes (2017) e Hengeveld e Mackenzie (2018), para verificar a expressão da negação nas línguas da família Tupi-Guarani e seus respectivos escopos, e assim determinar a transparência e/ou opacidade das línguas referente a esse critério.

4.4.4 Descontinuidade

Espera-se que, em uma língua transparente, aquilo que constitui um conjunto seja expresso em conjunto, sem interrupção. Quando há interrupção, ou seja, descontinuidade, há uma relação de opacidade na língua, pois configura unidades morfossintáticas ou fonológicas incompletas ou fragmentadas. Uma configuração de descontinuidade é ilustrada em (112):

(112) The guy has arrived who is going to fix my lock.[78] (HENGEVELD; MACKENZIE, 2011a, p. 13)

Aqui, o constituinte semântico "o cara vai consertar meu relógio" é interrompido pela oração relativa 'que chegou'. Assim, um único indivíduo, no Nível Representacional, 'que chegou', é expresso, no Nível Morfossintático, como um sintagma verbal e uma oração, duas

[70] I have the feeling you don't like me.
[71] I do NOT not like you.
[72] She is not unhappy, she is depressed.
[73] 'I will not not go to the match today.' (= 'It is not true that I will not go to the match today.')
[74] This book will not fail to leave a mark on English culture.
[75] I will not marry a non-smoker.
[76] He gave a not implausible explanation of his behaviour.
[77] We never do things for no reason.
[78] Exemplo traduzido: *O cara que chegou é quem vai consertar meu relógio.* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2011a, p. 13)

unidades descontínuas, fragmentadas, conforme ilustra (113):

(113) NR: (x_i)

NM: (Np_i) (Cl_i)

De acordo com Camacho et al. (2017, p.21), há manifestação da descontinuidade quando um constituinte modificador é manifesto separadamente de seu núcleo. Caso o sintagma ou oração (modificador) ocorra no final de uma sentença, o fenômeno é denominado **extraposição**, que, basicamente, é o fenômeno responsável pelo resultado do princípio morfossintático, ou seja, manifestação de constituintes mais complexos para o final de sentença e constituintes simples para o início. Segundo os autores, na **extração**, que é um processo complementar do fenômeno da extraposição, o modificador é, tipicamente, o resultado de um princípio pragmático, que torna possível a manifestação dos constituintes para o começo da sentença, normalmente denominado topicalização. Uma outra situação linguística que indica descontinuidade e é abordada pelos autores, é a de **alçamento** de argumentos, que se manifesta quando um argumento que pertence semanticamente a uma oração subordinada se comporta sintaticamente como um argumento da oração principal. Em se tratando de GDF, o alçamento nada mais é do que o resultado da atribuição da função pragmática Tópico a um argumento da oração subordinada. Portanto, descontinuidade pode assumir a forma de **extraposição**, como mostrado em (114), **extração** (115) ou **alçamento** (116).

(114) Nós temos muitos livros importantes [sobre esse assunto] em estoque.
(115) Nós temos muitos livros importantes em estoque [sobre esse assunto].
(116) [Sobre esse assunto], nós temos muitos livros importantes em estoque.

4.5 Nível Morfossintático

4.5.1 Elementos expletivos

Os elementos expletivos são elementos vazios que, no Nível Morfossintático, ocupam posições obrigatórias para as quais não há nenhum elemento interpessoal ou representacional disponível. Na verdade, são elementos vazios de conteúdo pragmático e semântico, que apenas preenchem uma posição obrigatória formalmente, sendo, assim, uma forma sem contraparte

nos níveis mais altos.

O tagalog apresenta uma estratégia transparente em construções existenciais que consiste na nomeação do objeto existente sem o uso de elementos expletivos, conforme ilustra (117)[79]:

(117) marami-ng pera
muito-LNK dinheiro
Há muito dinheiro. (lit. muito dinheiro) (HENGEVELD; LEUFKENS, 2018, p. 14)

Em inglês, por outro lado, para construções existenciais, é necessário o preenchimento de posições com elementos *dummies*, como em '*There is a cat on the roof'* 'há um gato no telhado', em que *there* indica a ausência de predicado e *is* carrega as informações gramaticais de tempo. Hengeveld e Leufkens (2018, p. 17) destacam dois tipos de expletivos: os verbais e os nominais. Os expletivos verbais, de modo geral, têm motivação funcional, ou seja, são usados para apresentar especificações de tempo, modo e aspecto, nos casos em que não podem ser expressas diretamente em um predicado não-verbal. Os expletivos nominais, por sua vez, são motivados por exigências puramente sintáticas da língua para preencher, em geral, as posições de sujeito ou objeto nos casos em que não há material pragmático ou semântico disponível. Os autores centram suas análises nos expletivos nominais por não apresentarem qualquer motivação funcional. Segundo eles, há duas circunstâncias em que os expletivos nominais podem ocorrer na função de sujeito: em contextos em que há certo potencial referencial, como em (118); ou em contextos puramente sintáticos, como em (119):

(118) It is strange that she hasn't called. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 17-18)
'É estranho que ela não tenha ligado.'
(119) It is raining. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 17-18)
'Está chovendo.'

Em (118), o pronome expletivo (*it*) está anunciando a oração complementar do sujeito "that she hasn't called" e, nesse sentido, tem algum potencial referencial. Em (119), por outro lado, o expletivo (*it*) está presente por razões puramente sintáticas. Os verbos meteorológicos em inglês não têm nenhum argumento semântico; o que significa que não há material interpessoal e representacional disponível para preencher a posição do sujeito. A língua inglesa,

[79] Os exemplos do tagalog, assim como os do inglês, apresentados nessa seção foram retirados de Hengeveld e Leufkens (2018, p. 17-18). E, posteriormente, adaptados para o português.

no entanto, exige que essa posição seja preenchida e, portanto, insere o pronome expletivo.[80] A operação que conduz à situação opaca exemplificada em (119) pode agora ser representada como em (120):

(120) $NM{:}(\emptyset)_{Sbj} \rightarrow (Np_i{:}\ (Nw_i{:}\ \textit{it}\ (Nw_i))\ (Np_i))_{Sbj}$

Nossa análise focaliza ocorrências com predicados que indicam fenômenos da natureza, e a existência ou ausência de expletivos nominais para as funções de sujeito e objeto.

4.5.2 Gênero

As línguas podem distinguir diferentes gêneros em seu léxico nominal de duas maneiras fundamentalmente diferentes. Na primeira, o significado de um substantivo estabelece o gênero, e o sistema de gênero, por sua vez, é semântico. Na segunda, o gênero de um substantivo é arbitrário, e o sistema de gênero é gramatical.

Uma língua que exibe o primeiro tipo de sistema de gênero é *kunwinjku*, que apresenta quatro gêneros com a mesma base semântica. Seu potencial semântico é claramente demonstrado de (121) a (123), no qual a adição de diferentes marcadores de gênero ao lexema *gohbanj* (‘velho’) leva a interpretações diferentes. Aqui estão ilustrados os gêneros masculino (I), feminino (II) e vegetal (III), respectivamente, nos exemplos a seguir (EVANS, 2003, p. 186):

(121) na-gohbanj
velho homem velho

(122) al-gohbanj
velho mulher velha

(123) an-gohbanj
velho árvore velha

Uma língua que exibe um sistema de gênero gramatical é o holandês, como demonstrado em:

(124) de jongen
DEF·COMM menino
O menino.

[80] Hengeveld e Leufkens (2018, p. 19) afirmam que, em seu estudo, concentram-se apenas no uso de pronomes expletivos com predicados climáticos.

(125) het meisje
DEF.NEUT menina
A menina.

(126) de boom
DEF.COMM árvore
A árvore.

(127) het bos
DEF.NEUT floresta
A floresta.

O holandês tem dois gêneros morfológicos, um gênero comum e um gênero neutro. Embora a maioria dos substantivos com um referente humano caia na classe comum, como em (124), nem sempre é esse o caso, como em (125). Os substantivos dentro do mesmo domínio semântico podem ser diferentes em gênero. Assim, 'árvore' em (126) tem gênero comum, enquanto 'floresta' em (127) tem gênero neutro.

O gênero semântico é transparente e a atribuição de gênero semântica é, portanto, uma operação transparente no mapeamento do Nível Representacional no Nível Morfossintático. O gênero gramatical, por outro lado, é opaco, e por isso deve ser visto como uma propriedade inerente do substantivo. Uma vez que o gênero gramatical é uma propriedade formal dos substantivos, ele é atribuído no Nível Morfossintático, como representado em (128), no qual (c) indica gêneros comuns e (n) gêneros neutros:

(128) NM: $Ns_i \rightarrow {}^{C}Ns_i$
$Ns_j \rightarrow {}^{N}Ns_j$

Portanto, uma língua é considerada opaca se apresentar manifestação de gênero gramatical, e transparente se apresentar um sistema nominal motivado semanticamente ou até mesmo se não apresentar qualquer classificação nominal. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2018, p. 21), muitos sistemas de gênero se encaixam nos dois tipos, mas em diferentes graus; todavia, os autores optam por classificar como semântico apenas os sistemas que não apresentam qualquer grau de arbitrariedade. Assim também, seguindo Paula (2019), procederemos neste trabalho.

4.5.3 Acordo no sintagma[81]

O acordo no sintagma, como definido por Leufkens (2015, p. 55-56), consiste na "concordância entre o núcleo e seu(s) modificador(es), ou seja, uma propriedade formal do núcleo é copiada em seu(s) modificador(es), como gênero e número". Em 'as abelhas', por exemplo, percebe-se a repetição da noção de número (plural) em mais de um elemento do sintagma. Essa dupla marcação configura-se como exemplo de um caso de cópia, fenômeno que ocorre dentro de um único sintagma.

O termo *acordo no sintagma* é, então, usado para a operação em que um traço de um substantivo é copiado para outros elementos do sintagma nominal. Os exemplos (129) e (130) ilustram o fenômeno em espanhol, conforme discutidos por Hengeveld e Leufkens (2018, p. 22):

(129) la casa viej-a
DEF.F-SG casa.$_F$ velho-$_F$
A casa velha.

(130) el árbol viej-o
DEF.M-SG árvore velho-$_M$
Á árvore velha.

O nome 'casa' em (129) desencadeia a concordância de feminino entre o artigo e o adjetivo, enquanto 'árbor', em (130), desencadeia acordo de masculino. O artigo e o adjetivo exibem assim duas formas diferentes que não se correlacionam com uma diferença de significado. Esta é uma situação não transparente. Esta operação ocorre no Nível Morfossintático e é representada esquematicamente em (131) para a concordância de gênero em (131):

(131) NM: (Np_i: [(Gw_i: $_{DEF}$ (Gw_i)) (Nw_i: ($^{fem}Ns_i$: casa- (Ns_i)) (Nw_i))
(Ap_i: (Aw_i: [(As_i: v$_i$ej- (As_i)) (Aff_i)] (Aw_i)) (Ap_i))] (Np_i)) →
(Np_i: [($Gw_{i:\ DEF}$ **<fem>** (Gw_i)) (Nw_i: ($^{fem}Ns_i$: casa (Ns_i)) (Nw_i))
(Ap_i: (Aw_i: [(As_i: viej- (As_i)) (Aff_i: **<fem>** (Aff_i))] (Aw_i)) (Ap_i))] (Np_i))

[81] Opta-se aqui pelo termo *acordo*, já consagrado em especial na literatura linguística do português, para a definição de *agreement* em oposição a *concord*. Hengeveld e Mackenzie (2008) e Leufkens (2015) empregam o termo *concord* para tratar da concordância que ocorre nos níveis mais altos, especificamente, entre os níveis de formulação, conforme discutido nos critérios de *concordância de número* e *concordância de negação*. Por outro lado, o termo *agreement* faz referência a um processo de cópia que ocorre apenas no Nível Morfossintático, conforme tratado nessa seção. Assim, também de modo a diferenciar os dois fenômenos, empregamos *concordância* como sinônimo de *concord* e *acordo* como sinônimo de *agrément*.

O artigo definido é aqui representado como uma Palavra Gramatical na forma do espaço reservado DEF, cuja forma final só pode ser decidida quando o procedimento de cópia tiver ocorrido. A propriedade <fem> da raíz do substantivo Ns_i é copiada para este espaço reservado, bem como para a posição da palavra adjetival Aw_i.

O acordo no sintagma é também visto como a cópia da propriedade semântica de número, que pode ser expresso lexicalmente, por meio de um quantificador ou numeral, e/ou gramaticalmente, por meio de afixos, morfemas ou partículas indicadoras de plural. Segundo Leufkens (2015, p. 56-57), quando um numeral é utilizado com a função de indicar mais de um, será redundante a utilização de uma marca gramatical de plural, como é o caso do português em '*quatro* morango*s*'. Desse modo, infere-se que é suficiente para indicar a noção de plural o uso de apenas uma das estratégias. No português padrão, no entanto, a dupla marcação de plural é obrigatória, já que ocorre por meio do sufixo *-s*, juntamente com o numeral no sintagma, configurando assim o que Leufkens (2015) chama de uma relação não-transparente entre a propriedade semântica de número no Nível Representacional e sua expressão morfossintática realizada por meio de mais de duas formas no Nível Morfossintático.

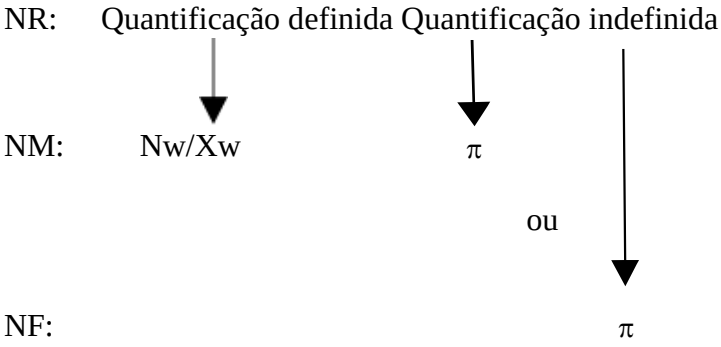
Leufkens (2015) não faz distinção entre marcas de quantificação definida (quantificador ou numeral) e indefinida (morfemas indicadores de pluralidade), pois, para ela, ambas compõem uma única informação. Assim, em '*três* coelhos', por exemplo, ocorre concordância de número, porque há expressão da pluralidade por meios lexicais e por meios gramaticais, ou seja, uma relação de um-para-dois. Entretanto, Câmara et al. (2017), com base nos postulados de Guimarães (2007) e Castilho (2010), apresentam uma abordagem inovadora, na qual consideram o fenômeno de concordância de número com base em quantificação definida e indefinida. A primeira, segundo as autoras, é expressa por meio de numerais, principalmente cardinais, enquanto a segunda indica apenas a distinção entre um e mais de um de modo impreciso, sendo expressa por meios gramaticais como afixos, partículas e morfemas.

Câmara et al. (2017), ao estudar línguas indígenas, propõem que as noções de quantificação definida e indefinida sejam igualmente formuladas no Nível Representacional, porém, uma vez que são responsáveis por indicarem noções distintas, devem ser expressas, obviamente, de formas distintas:

> Quando o falante deseja ser preciso, escolhe palavras lexicais (Nw), como os numerais; quando deseja expressar simplesmente a noção de mais de um, utiliza expressões gramaticais, como afixos (Aff) e palavras gramaticais (Xw), ou operadores de subida/queda, do nível fonológico. (CÂMARA et al., 2017, p. 256)

Essa proposta considera que não há opacidade, mas uma relação de um-para-um entre significado e forma. Assim, observa-se uma relação de transparência entre o Nível Representacional e o Nível Fonológico, já que, no Nível Morfossintático, a quantificação definida é expressa por meios lexicais, enquanto a quantificação indefinida é expressa por meios gramaticais e/ou prosódicos, no Nível Fonológico, conforme a representação em (132)[82]:

(132)



Neste estudo optamos pela abordagem de Câmara et al. (2017), uma vez que, como veremos, a distinção entre quantificação definida e indefinida é fundamental para a descrição das línguas indígenas estudadas.

A ocorrência de acordo no sintagma atribui às línguas uma característica opaca, visto que uma propriedade do nome é copiada em outro ou outros elementos do sintagma, em uma operação sem motivação pragmática ou semântica, ou seja, estritamente formal.

O presente capítulo teve como objetivo oferecer um panorama geral de aspectos teóricos relevantes para a análise de dados aqui desenvolvida. Foi necessário um recorte de fundamentos mais importantes para a compreensão dos procedimentos metodológicos e de análise, porém, mais informações podem ser encontradas nos autores funcionalistas aqui citados e também devidamente referenciados ao final deste trabalho.

[82] Relação de quantificação entre os níveis. Retirado de Câmara et al. (2017, p. 257).

5 METODOLOGIA

Considerando a GDF como aparato teórico e os critérios para se determinar a transparência e opacidade nas línguas, conforme definidos por Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), procedeu-se à análise das línguas a partir da consideração dos traços compartilhados entre elas. De acordo com a teoria, esses termos – transparência e opacidade – não são entendidos como conceitos opostos em uma relação estática, mas sim como um *continuum*, em que, de acordo com o critério, as línguas podem ser mais ou menos transparentes. A análise, portanto, depende da natureza das relações transparentes ou opacas dentro e entre as línguas.

Observa Paula (2019, p. 51) que a análise sob o escopo da GDF permite verificar que os traços transparentes são dependentes, mas mantêm relações implicacionais de modo que demonstram um grau maior ou menor de transparência, como é possível observar pelas relações entre os níveis de análise. Assim, considerando que a transparência é produto da organização entre níveis e camadas da teoria, é possível observar as relações que se estabelecem em cada critério de análise, investigando, assim, as implicações que as violações da relação de um-para-um geram em outros níveis e também na observação comparativa entre as línguas em análise.

Partindo dessa concepção de transparência, a proposta aqui, como já afirmado na *Introdução*, é analisar o compartilhamento de traços entre as línguas de uma mesma família, verificando o que elas têm em comum.[83]

Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: i) determinar as propriedades de cada língua, de acordo com nove critérios – aposição, referência cruzada, relações gramaticais, concordância na oração, concordância de negação, expletivos, gênero gramatical; acordo sintagmático; descontinuidade; ii) comparar as línguas de modo a determinar as propriedades que são compartilhadas entre elas.

5.1 Material

Uma das maiores dificuldades de se analisar línguas indígenas é a busca por materiais e amostras que contenham dados que possibilitem a análise. Dessa forma, as línguas que compõem a amostra devem ser selecionadas de modo a representar a família linguística,

[83] Este estudo é desenvolvido similarmente ao de Paula (2019), intitulado *Transparência e Opacidade nas Línguas Indígenas da Família Naduhup*, defendido também no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto.

considerando a maior parte de seus traços constitutivos e a maior quantidade de línguas.

Nesse âmbito, de acordo com Seki (2000, p. 245), o estudo relacionado às línguas indígenas traz em seu bojo um par de contribuições fundamentais: a científica e a social. Sob a égide científica, é essencial a compreensão da natureza e da diversidade das línguas, ao confirmar hipóteses e explicar fenômenos até então desconsiderados. Sob o ponto de vista social, o trabalho com línguas indígenas é também o mesmo com línguas minoritárias, o que contribui para a sua preservação e/ou revitalização. Dessa forma, na seleção da amostra para essa pesquisa, considerou-se o critério proposto por Hengeveld e Dall'Aglio Hattnher (2015) para seu estudo sobre os tipos de evidencialidade nas línguas nativas do Brasil. A amostra organizada pelos autores é constituída por línguas relevantes com uma descrição gramatical acessível e o mais completa possível, envolvendo diferentes aspectos da língua. Desse modo, o critério de seleção para a amostra passa a ser a quantidade de informação e exemplos disponíveis no material, pois lidamos com critérios que abarcam todos os níveis de análise da língua (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico) e a dificuldade reside justamente em selecionar materiais em que a descrição seja completa o suficiente para envolver todos esses níveis. Com base nesse critério, foram selecionadas quatro línguas da família Tupi-Guarani: guajá, kamaiurá, kaiowá, kokama, cujo material permite a análise aqui pretendida.

Para a língua guajá, foi selecionada a gramática *Sobre a Morfologia e a Sintaxe da Língua Guajá (Família Tupi-Guarani)*, de Marina Maria Silva Magalhães, de 2007. Para a língua kamaiurá, a *Gramática do Kamaiurá*: Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu, de Lucy Seki (2000). Para o Kokama, *A Grammar of Kokama Kokamilla*, de Rosa Vallejos Yopán, de 2010. A língua kaiowá teve como material de análise a tese de doutorado intitulada *Aspectos Morfossintáticos da língua kaiowá (Guarani)*, de Valéria Faria Cardoso, 2008.

É importante destacar ainda que, tendo em vista a diversidade de fontes bibliográficas, abordagens teóricas e da amostra selecionada, foi necessário padronizar as glosas, de acordo com as regras do *Leipzig Glossing Rules*[84], também adotadas por Hengeveld e Mackenzie (2008).

5.2 Percurso metodológico

De posse do corpus de análise, constituído pelas gramáticas selecionadas, passamos à

[84] Apesar de ser uma padronização bem completa, não foi possível encontrar todas as referências correspondentes das línguas no *Leipzig Glossing Rules*. Situações assim foram devidamente indicadas em notas de rodapé e mantidas tal como no exemplo original. As glosas originais podem ser conferidas nos trabalhos devidamente indicados na Referência Bibliográfica.

aplicação dos critérios de transparência, conforme definidos por Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), de modo a tornar possível a comparação entre as línguas da família, verificando os traços compartilhados e estabelecendo as hierarquias implicacionais de transparência para a família Tupi-Guarani.

5.3 Critérios de análise

Em um estudo a respeito da transparência nas línguas, Hengeveld e Leufkens (2018), no artigo *Transparent and non-transparent languages*, chegam a um conjunto de treze critérios, aplicados em diferentes línguas. Neste estudo, no entanto, devido à insuficiência de descrição fonológica nas quatro línguas investigadas, foram excluídos os critérios fonológicos, ficando apenas os relacionados aos níveis interpessoal, semântico e morfossintático.

Como observado na *Fundamentação Teórica*, dentre os fenômenos linguísticos que caracterizam opacidade/transparência nas línguas, serão aqui utilizados nove deles, conforme assim definidos:

1) Aposição: refere-se àquelas estruturas formadas pela combinação de dois ou mais elementos nominais, em relação de equipolência, que fazem referência a uma mesma entidade. Dessa forma, como destaca Leufkens (2015, p. 51), trata-se de uma relação de muitos-para-um, em que dois ou mais Subatos referenciais distintos, de mesmo estatuto no Nível Interpessoal, fazem referência a uma única entidade, um Indivíduo, no Nível Representacional;
2) Referência cruzada: ocorre na oração quando há a manifestação de uma única entidade por meio do pronome ou nome e também por meio de uma marca no verbo, resultando em uma relação de um-para-dois entre os níveis Interpessoal e Representacional, tendo em vista que um mesmo Indivíduo (Nível Representacional) é referenciado por dois Subatos referenciais (Nivel Interpessoal);
3) Relação gramatical: diz respeito ao alinhamento gramatical entre unidades pragmáticas/semânticas e unidades sintáticas. Em um alinhamento transparente, unidades dos níveis Interpessoal e Representacional são expressas sempre da mesma forma independente da configuração sintática, enquanto, em um alinhamento não-transparente, unidades dos níveis mais altos recebem expressão distinta a depender da configuração sintática;
4) Concordância na oração: diz respeito a uma operação de cópia que ocorre estritamente no Nível Morfossintático; as propriedades do argumento são copiadas no predicado;
5) Concordância de negação: é a expressão de uma única negação semântica em múltiplos

elementos morfossintáticos negativos;
6) Elementos expletivos: são elementos vazios que, no Nível Morfossintático, ocupam posições obrigatórias para as quais não há nenhum elemento interpessoal ou representacional disponível. Dito de outro modo, são elementos vazios de informação pragmática e semântica, que apenas preenchem uma posição obrigatória formalmente, sendo assim uma forma sem contraparte nos níveis mais altos.
7) Gênero gramatical: apresenta uma forma sem contraparte semântica ou pragmática, e "forma baseada na forma". Uma vez que é uma propriedade puramente formal dos nomes, ele é atribuído dentro do Nível Morfossintático;
8) Acordo sintagmático: acordo no sintagma é definido como um processo de cópia de determinada propriedade de um nome para os outros elementos do sintagma;
9) Descontinuidade: refere-se à quebra da integridade de domínio na relação entre os níveis de formulação, Interpessoal e Representacional, e os níveis de codificação, Morfossintático e Fonológico. Assim, ocorre descontinuidade quando uma mesma unidade pragmática ou semântica e codificada de modo fragmentado nos níveis mais baixos, Morfossintático e Fonológico, resultando em uma relação de um-para-muitos.

5.4 Hipóteses

Este trabalho parte do pressuposto de que todas as línguas apresentam opacidade em certa medida. Além disso, parte-se também da ideia de que a distribuição das propriedades opacas e transparentes nas línguas não é aleatória, havendo certa sistemacidade. Estudos anteriores, como Hengeveld (2011a) e Leufkens (2015), mostram que algumas propriedades, como gênero gramatical e cópia de tempo, ocorrem somente em línguas com alto grau de opacidade, ao passo que outras propriedades, como a aposição são encontradas em todas as línguas analisadas. Esses estudos, então, comprovam que há uma ordem implicacional em que essas propriedades aparecem nas línguas, e mais, atestam que essa ordem também se reflete na diacronia e na aquisição de determinada língua.

Como destaca Hengeveld (2011a), o conceito de hierarquia implicacional está fortemente associado à tipologia linguística. As hierarquias são ferramentas para a detecção de padrões nas restrições à variação entre as línguas. Em um estudo piloto a respeito das relações implicacionais transparentes e não transparentes, Hengeveld (2011a) observa a existência de um padrão, segundo o qual as línguas podem diferir sistematicamente em seus graus de transparência. No Quadro 2, há uma seleção de alguns fenômenos indicadores de transparência

e uma seleção de idiomas - holandês (Du)[85], português (Po), quéchua do Huallaga (Qu), tâmil (Ta), kharia (Kh) e malaio do Sri Lanka (Sr):

Quadro 2 – Relações implicacionais de transparência

Critério	Du	Po	Qu	Ta	Kh	Sr
Elemento expletivo	+	-	-	-	-	-
Gênero gramatical	+	+	-	-	-	-
Alçamento	+	+	+	-	-	-
Descontinuidade	+	+	+	+	-	-
Relação gramatical	+	+	+	+	+	-
Adaptação fonológica[86]	+	+	+	+	+	+

Fonte: Elaborado pela autora.

Os sinais positivos mostram que as línguas apresentam os traços descritos e, por isso, são opacas com relação ao critério. Em oposição, os sinais negativos mostram ausências que são fatores determinantes para a transparência da língua. Assim, o quadro revela que, se uma língua é opaca em relação a determinado critério, também será opaca em todos os outros critérios inferiores, ou seja, o português é opaco com relação gênero gramatical e, consequentemente, será opaco com relação a todos os outros fenômenos que o seguem (alçamento, descontinuidade, relação gramatical e adaptação fonológica), apresentando todos esses traços. Em contrapartida, se a língua é transparente em relação a determinado critério, também será transparente em relação a todos os outros mais elevados no quadro. O kharia, como observa Hengeveld (2011a), é transparente com relação à descontinuidade, sendo, portanto, também transparente em relação a alçamento, gênero gramatical e elemento expletivo, ou seja, a língua não apresenta esses traços.

A maioria dos estudos anteriores a respeito da transparência centraram suas análises em amostras tipológicas que considerassem a maior variedade possível de línguas. A inovação deste trabalho reside em tratar da transparência olhando especificamente para uma determinada família linguística, a família Tupi-Guarani.

Dessa forma, espera-se verificar como as propriedades opacas se comportam nas línguas de uma mesma família, averiguando se é possível o estabelecimento de uma hierarquia implicacional dos critérios de transparência dessas línguas indígenas, de tal modo que seja possível classificá-las em mais ou menos transparentes. Portanto, considerando que as

[85] Será preservada aqui a notação da tabela original para cada língua, conforme apresentada em Hengeveld (2011a, p. 07).

[86] Como já observamos, aspectos fonológicos não serão trabalhos no presente estudo, uma vez que não há disponibilização de material de análise nas gramáticas selecionadas.

propriedades opacas e/ou transparentes não aparecem aleatoriamente nas línguas, a hipótese que norteia a pesquisa é a de que línguas pertencentes a uma mesma família compartilham os mesmos traços de transparência ou de opacidade.

Para além da contribuição com a teoria que embasa este trabalho, espera-se também contribuir para a preservação das línguas indígenas, em especial, da família Tupi-Guarani.

6 TRAÇOS OPACOS E TRANSPARENTES DAS LÍNGUAS GUAJÁ, KAMAIURÁ, KOKAMA E KAIOWÁ

Neste capítulo, são apresentadas as análises das propriedades gramaticais das línguas guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá de acordo com os critérios selecionados. É valido observar que os critérios referentes ao Nível Fonológico e o paralelismo deste nível com os demais não foram aqui contemplados pela escassez de material que inviabiliza a análise. Assim, esta tese contempla a análise de nove critérios, conforme observado no capítulo de *Metodologia*: aposição, referência cruzada, relações gramaticais, concordância na oração, concordância de negação, elementos expletivos, gênero gramatical, acordo no sintagma e descontinuidade.

6.1 Aposição

Hengeveld e Leufkens (2018, p. 10) observam que o fenômeno da aposição ocorre quando há a combinação de dois ou mais elementos nominais que fazem referência a uma mesma entidade. Em outras palavras, é uma relação em que dois ou mais Subatos Referenciais distintos, de mesmo estatuto no Nível Interpessoal, fazem referência a uma única entidade, um Indivíduo, no Nível Representacional, configurando, assim, uma relação de muitos-para-um.

Apesar de Hengeveld e Leufkens (2018, p. 10) destacarem que a aposição parece não ter restrições nas línguas do mundo, e por tal razão não constitui um critério produtivo de análise, na presente pesquisa optou-se pela inclusão deste critério com o objetivo de verificar como as línguas em análise referenciam uma única entidade por diferentes elementos nominais, para verificar se, de fato, é um recurso na língua e, assim, confirmar a tese de que esse é um fenômeno comum a todas as línguas.

Ao realizar o levantamento de dados, observamos que, tal como Paula (2019, p. 91), nenhuma das gramáticas selecionadas para apoio na fase de coleta e análise dos dados apresenta uma seção específica e de fácil identificação para a descrição do fenômeno de aposição. Dessa maneira, a seleção de dados foi feita a partir da leitura dos exemplos, dentro dos quais se buscou casos que apresentassem referência múltipla de uma mesma entidade.

6.1.1 Guajá

No guajá, foram encontrados alguns exemplos que indicam tratar-se aposição, conforme exemplificam (132) a (134):

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 160)

(132) Xa'ahõxiká -mỹ **n-imá-**, **ka'í-a**,
Xa'ahõxiká -antiga R[1]-animal.de.criação- macaco-prego- NMLZ
karaí-a –xá
não.índio- NM -ver
O bicho de estimação da falecida/antiga Xa'ahõxiká, um macaco-prego, viu o não-índio.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 160)

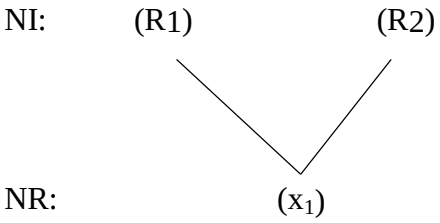
(133) **ha=r-imi-ár-a** **xahú-a**
1=R[1]- NMLZ-prender- NMLZ porcão-NMLZ
A minha presa, o porcão.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 160)

(134) a-xá **kawahá**, karaí **n-imá**
1-ver cavalo não.índio R[1]-animal.de.criação
Eu vi o cavalo, animal de criação do não-índio.

Em (132), os Subatos Referenciais *n-imá*, ('animal de estimação') e *ka'í- a* ('macaco-prego') fazem referência à mesma entidade no Nível Representacional. De modo semelhante, em (133), os Subatos *ha=r-imi-ár-a* ('a minha presa') e *xahú-a* ('o porcão') referenciam o mesmo Indivíduo. Em (134), *kawahá* ('cavalo') e *imá* ('animal de criação') refere-se à mesma entidade do Nível Representacional.

Para os exemplos de (132) a (134), há a seguinte representação, de (135) a (137), respectivamente.



(135) (n-imá/ka'í-a)
(136) (ha=r-imi-ár-a/xahú-a)
(137) (kawahá/imá)

Os exemplos, ainda que escassos, mostram, portanto, que em guajá há o fenômeno de aposição, ou seja, dois Subatos Referenciais do Nível Interpessoal fazem referência a um único Indivíduo no Nível Representacional; o que significa que, nesse aspecto, guajá é opaca.

6.1.2 Kamaiurá

Nos dados da língua kamaiurá, a ocorrência expressa em (138) indica tratar-se de um caso de aposição, já que os Subatos Referenciais *'am* ('aqui'), *jakare-p* ('no Jacaré') e *jawarun-im* ('no Diawarun') referenciam uma mesma entidade no Nível Representacional. Trata-se, no entanto, da categoria semântica lugar: o dêitico *'am* ('aqui') é referenciado por dois elementos nominais: *jakare-p* ('no Jacaré') e *jawarun-im* ('no Diawarun').[87]

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 78)

(138)	'aɳ	o-'upe	**'am**	**jakare-p**	**jawarun**-im
	agora	3-estar/$_{GER}$	aqui	$_{NPR–LOC}$ [88]	$_{NPR–LOC}$

Agora eles estão aqui, no Jacaré, no Diawarun.

O exemplo (138) tem a representação em (139):

(139) NI: (R_1) (R_2) (R_3)

NR: (x_1)

(am/jakare-p/jawarun-im)

Tomando esse exemplo, podemos também inferir que a aposição é um recurso do Kamaiurá, visto que vários Subatos Referenciais podem ser relacionados a uma entidade; em outros termos, permite aposição, o que lhe dá o traço de língua opaca.

6.1.3 Kokama

Na língua kokama, o fenômeno de aposição ocorre nos exemplos (140), em que *ajan awa=pura=n=uy* ('essas pessoas') e *profesor=pura=n=uy* ('professores'), dois Subatos Referenciais, fazem referência a um mesmo Indivíduo no Nível Representacional; e em (141) o fenômeno se repete, com *rama=kana* ('os outros') e *yuritin=pura=kana* ('os que ficaram'), como mostra a representação respectiva em (142).

[87] Segundo Seki (2000, p. 78), *'am* é um advérbio locativo, em grande parte relacionado à função demonstrativa, que pode tanto significar *aqui* quanto *este*.

[88] De acordo com Seki (2000), *Npr* indica "nome próprio". Uma vez que não há correspondência na GDF, tal abreviação será aqui mantida.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 190)

(140) in=umi **ajan awa**=pura=n=uy
3$_{PL}$=ver essa pessoa=$_{FOC}$=$_{PL.F}$=$_{PST}$

profesor=pura=n=uy calle=kuara
professor=$_{FOC}$=$_{PL.F}$=$_{PST}$ rua=$_{INESS}$
Eles viram essas pessoas, professores, na rua.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 190)

(141) kantunyara **rama=kana** **[yuritin]=pura=kana**
amanhã os outros=$_{PL.M}$ ficar. $_{NMZL}$=$_{FOC}$=$_{PL.M}$

ray kumit.saka
também falar.$_{REI}$
No próximo dia, os outros, os que ficaram, falaram.

(142) NI: (R_1) (R_2)

NR: (x_1)
ajan awa=pura=n=uy/profesor=pura=n=uy
rama=kana/yuritin=pura=kana

Podemos afirmar, portanto, que a língua kokama é opaca no que se refere ao fenômeno de aposição, já que há duas referências a uma mesma entidade, ou seja, dois Subatos Referenciais (R) no Nível Interpessoal correspondendo a um único Indivíduo (x) no Nível Representacional.

6.1.4 Kaiowá

Embora tenhamos procurado em todo texto de Cardoso (2008), não foram encontrados exemplos de aposição nessa língua; o que impede extrair conclusões referentes a esse fator nessa língua, verificamos que, em guajá, kamaiurá e kokama, ocorre o fenômeno de aposição; o que nos permite afirmar que esse critério atribui opacidade a essas línguas. Uma vez que esse fenômeno se mostra produtivo em três línguas, esse critério contribui para o objetivo geral do presente trabalho, que é observar o compartilhamento de traços de línguas de uma mesma família. O Quadro 3 resume o resultado da análise desse critério, em que o sinal positivo (+) indica a presença do fenômeno de aposição nas quatro línguas.

Quadro 3 – Aposição

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Aposição	+	+	+	?

Fonte: Elaborado pela autora.

6.2 Referência cruzada

A referência cruzada, conforme visto, ocorre na oração quando há a manifestação de uma única entidade por meio de nome ou pronome, além de uma marca no verbo. Dessa maneira, há uma relação de um para dois entre o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, já que um mesmo Indivíduo (Nível Representacional) é referenciado por dois Subatos Referenciais (Nível Interpessoal).

6.2.1 Guajá

Na língua guajá, ocorre a expressão da entidade, referida como sujeito explícito, por meio pronominal, como em (143) e (144), exemplificado respectivamente por *nijã* (‘você’) e *jahá* (‘eu’), ou lexical, como em (145), (146) e (147), com *jawár* (‘cachorro’*), kahú* (‘carro’) e *kamará*. (‘índio’). Em ambos os casos, não há manifestação dessa entidade no verbo.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(143) ha=r-ixá **nijã**
1=R_1-ver você
Você me viu.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(144) ni=n-ixá **jahá**
2=R_1-ver eu
Eu te vi.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 179)
(145) **jawár**-a i-xu’ú wy
cachorro-$_N$ REFL-morder PL
Os cachorros se morderam um(ns) ao(s) outro(s).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 203)
(146) **kahú**-a irapí i-ehé
carro-$_N$ chocar REFT-sobre
Os carros chocaram-se um com o outro.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 179)
(147) rú **kamará** xamakáj harawá
trazer índio galinha CTP
O índio trouxe uma galinha.

Também encontramos a manifestação de entidade como sujeito explícito por meio de pronome dependente, como em (148) e (149), expressos por *ni* e *ha*.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(148) **ni**=n-aty
2=R_1-forte
Você é forte.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(149) **ha**=r-ahý
1=R_1-doente
Estou doente.

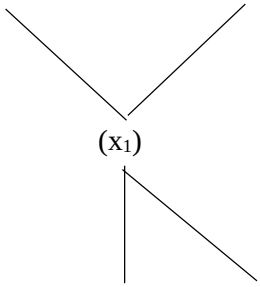
Diferente dos casos anteriores, essa língua permite a manifestação da entidade na função de sujeito como pronome independente juntamente com a marcação no verbo, como em (150) e (151), em que o sujeito é expresso pelo pronome *jahá* (‘eu’) e pela marcação de primeira pessoa, expressa pelo prefixo *a–*, clítico dos verbos *japó* (‘fazer’) e *mitika* (‘lavar’), respectivamente.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(150) **jahá** wy=n-ipá **a**-japó
eu 3=R_1-casa 1-fazer
Eu fiz a casa deles.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(151) **jahá** ha=xirú-a **a**-mitika
eu 1=roupa-$_N$ 1-lavar
Eu lavei minha roupa.

Consideremos os casos anteriores na representação em (152), que mostra que há uma relação de um para dois entre os Nível Interpessoal e Nível Representacional, tendo em vista que um mesmo Indivíduo (x_1) é referenciado por dois Subatos Referenciais (Nível Interpessoal), que pode também ser expresso por duas formas no Nível Morfossintático: por pronome e por afixo na raiz verbal.

(152) NI: (R_1) (R_2)



NR: (x_1)

NM: (Xp_1: lexical/pron) (Aff_1)

Desse modo, podemos dizer que há referência cruzada na língua guajá, já que os exemplos mostram que a língua oferece a possibilidade de ocorrer, na oração, a manifestação de uma única entidade de várias maneiras, sem a obrigatoriedade de concomitância: por meio apenas de pronome, nome, ou também por meio de uma marca no verbo. Isso significa que a língua é opaca com relação a este aspecto.

6.2.2 Kamaiurá

No kamaiurá, encontram-se casos de manifestação do sujeito por meio do clítico de terceira pessoa *o–*, como em (153) e (154), ou por meio de pronome, como em (155), expresso por *o* (pronome indicador de 3ª pessoa*)*, com o clítico indicador de coletivo *–awa*, anexado ao verbo *tym* (‘enterrar’).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(153) **o**-ket=awa je ko’
3-dormir=$_{PL}$ $_{REP}$ $_{FS}$[89]
Eles estavam dormindo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(154) **o**-jo-mono=awa
3-$_{REC}$-enviar=$_{PL}$
Eles viajaram. [Lit. “enviaram-se mutuamente”]

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(155) **o**-jaje-a tym=**awa** je
3-tia-$_{N}$[90] enterrar=$_{PL}$ $_{REP}$
Enterraram a tia deles.

[89] Para Seki (2000), FS indica fim de sentença. Uma vez que não há correspondência na GDF, manteremos a marcação da autora.
[90] Para Seki (2000), N indica caso nuclear. Na GDF, não há correspondência para marcação de caso nuclear. É importante observar que N para a GDF indica neutro. Por falta de opção, mantivemos a marcação da autora para caso nuclear nos exemplos de kamaiurá.

Outra possibilidade de marcação de Subatos Referenciais é a encontrada nos exemplos (156) e (157), em que a expressão do sujeito lexical ocorre juntamente com a marcação no verbo. Em (156), o sujeito lexical *je=ʻapo-a* (‘minhas coisas’) é também marcado pelo clítico *o–*, indicador de terceira pessoa, anexado ao verbo *kwap* (‘estar’). Em (157), por sua vez, o sujeito lexical *yawataj* (‘formigas’) também é marcado pelo clítico *o–*, anexado ao verbo *eʃ* (‘sair’).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(156) **je** **=ʻapo** **-a** ʻa **o**-kwap
1.SG =pertence -N PROX[91] 3-estar/PL
Minhas coisas estão aqui.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(157) **yawataj-a** **o**-eʃ-hem o-jo-akyheri
formiga-N 3-sair-RED 3-REFL-atrás
As formigas estão saindo uma após a outra [do formigueiro].

Outra possibilidade de expressão de Subatos Referenciais na língua kamaiurá é a encontrada em (158) e (159), em que os sujeitos são marcados por pronome independente, respectivamente, por *ije* (‘eu’) e por *oro* (‘nós’), e também no verbo, respectivamente pelo clítico *a–*, de primeira pessoa do singular, no verbo *je’eɳ* (‘falar’), e por *–oro-*, (‘nós’), no verbo *jomono* (‘ir’).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 62)
(158) **ije** **a**-je’eɳ ene ere-karãj
eu 1SG-falar você 2SG-escrever
Eu falo e você escreve.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 62)
(159) **oro** t-**oro**-jomono
1PE EX-1PE-ir
Nós é que vamos.

Para exemplificar, consideremos a representação em (160):

(160) NI: (R_1) (R_2)

NR: (x_1)

NM: (Xp_1: lexical/pron) (Aff_1)

Como em guajá, em kamaiurá, há também a representação de uma relação de um para dois entre o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, em que um mesmo Indivíduo (x_1) é referenciado por dois Subatos Referenciais (Nível Interpessoal), que, no Nível Morfossintático, podem também ser expressos por mais de uma forma: por sintagma nominal e por afixo na raiz verbal.

Desse modo, podemos dizer que há referência cruzada na língua kamaiurá, o que lhe dá o traço de opacidade.

6.2.3 Kokama

No kokama, encontramos casos de expressão do sujeito como pronome independente, sem marcação no verbo, conforme mostra (161), com o pronome *inu* (‘elas’).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 531)

(161)	yaepe	**inu**	tima	eyu	tewe
	lá	$3_{PL.F}$	$_{NEG}$	comer	sal

Lá, elas não comem sal.

Observa-se que o pronome de 3ª pessoa do plural – feminino (*inu*) –, que ocupa a posição de sujeito, não é marcado no verbo *eyu* (‘comer’). O mesmo se nota em (162), exemplo com duas orações, em que o sujeito se manifesta apenas como pronome *ra* ou *r*, respectivamente nos verbos *eyu* (‘comer’) e *ukiri* (‘dormir’).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 641)

(162)	**ra**	eyu	ikian	tsu	memukin	npu	**r**=ukiri
	$3._{SG.M}$	comer	esse	carne	tostada.$_{NMLZ}$	depois, $3_{SG.M}$=dormir	

irakari=kuara
mosquito=$_{INESS}$
Depois de ele comer a carne que está tostada, ele dorme na rede de mosquito.

Já os exemplos (163) e (164) mostram que o sujeito lexical não precisa ser retomado no verbo. Na primeira oração, em (163), há apenas o sujeito lexical *kuarachi* (‘sol’), que não é retomado no verbo *aki-ari* (‘entrar’); o mesmo se observa na segunda oração, em que o sujeito é expresso pelo pronome de primeira pessoa *tana*, que também não é retomado no verbo *yawachima* (‘chegar’). Em (164), o sujeito lexical *ikian uka-yara* (‘o dano da casa’) também não é expresso no verbo *yawachima* (‘chegar’).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 343)

(163)	ay	**kuarachi**	aki-ari	utsu-n	**tana**
	ja	sol	entrar-PROG	ir-REL	1.PL.EX.M
	yawachima	raepe			
	chegar	lá			

Quando o sol já estava se pondo, nós chegamos aqui (ao pôr do sol).

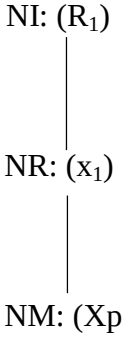
Kokama (YOPÁN, 2010, p. 461)

(164)	raepe	**ikian**	**uka-yara**	yawachima
	ja	esse	casa-dono	chegar

Então, o dono da casa chega.

A análise indica que a língua kokama não apresenta o fenômeno de referência cruzada, já que a marcação de sujeito se faz apenas uma vez, ou por meios gramaticais ou por meios lexicais. Não há dupla marcação, já que o verbo não apresenta marcas de pessoa. A entidade é referida apenas por pronome ou por nome, ou seja, há uma relação transparente na medida em que um único Subato, no Nível Interpessoal, corresponde a um único Indivíduo (x_1), no Nível Representacional, que, por sua vez, é expresso por uma única forma no Nível Morfossintático, conforme se representa em (165):

(165)



Visto que não há dupla referência e nem dupla expressão de um mesmo Indivíduo, não

há referência cruzada e, portanto, a língua é transparente com relação a esse critério.

6.2.4 Kaiowá

No kaiowá, Subatos de Referência, na função sujeito, podem se manifestar por meio de pronomes independentes, tal como em (166), (167) e (168), respectivamente por *ne* (‘você’), *haʔe* (‘ele’), e *ʃe* (‘eu’). Em todos os exemplos, não há marca nos verbos, *apɨ* (‘queimar’) e *nupã* (‘bater’). Na verdade, é o objeto que é marcado no verbo, como em (166) e (168), em que respectivamente *ʃe*, pronome de primeira pessoa, e *ne*, de segunda pessoa, são marcados no verbo; o que não configura exemplo de referência cruzada.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 69)
(166) [‘ndɛ ʃeɾa’pɨ]
ne **ʃe**-ɾ-apɨ
você $1_{SG\text{-}REL}$-queimar
Você me queimou.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 69)
(167) [ha’ʔe nẽnũ’pã]
haʔe **ne**-nupã
ele 2_{SG}-bater
Ele te bate.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 70)
(168) [‘ʃe ɾoinũ’ pã ʃe’pɔ ru’pɨ]

ʃe	ɾo- i- nupã	ʃe-po	ɾupɨ
eu	$12_{SG\text{-}\ REL}$-bater	1_{SG}-mão	INS

Eu te bato com minha mão.

Entretanto, há casos em que há a expressão do Subato Referencial por meio de pronome sujeito concomitantemente a uma marcação no verbo, conforme mostram (169) e (170), em que o pronome sujeito *ʃe* (‘eu’) e o clítico de primeira pessoa *a-* é anexado ao verbo *nũpã* (‘bater’), em (169), e ao verbo *wɨʔa* (‘alegrar’), em (170). Em (171), o sujeito pronominal de segunda pessoa é expresso pelo por *ne* e pelo clítico *ɾe*, anexado ao verbo *puɾaheɳ* (‘cantar’). Em (172), o sujeito é expresso por *ɳãne* (‘nós’) e é marcado no verbo *ɾipaɾa* (‘correr’) com o clítico *ɳa*, indicador de primeira pessoa de plural. Por fim, em (173), *haʔe* é um pronome independente para terceira pessoa, acompanhado da partícula plurarizadora, que indica o sujeito como sendo “eles”, que também é marcado no verbo *poɾaheɳ* (‘cantar’) por meio do clítico *o-* de terceira pessoa.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 68)
(169) [‘ʃe aĩ nũ’ pã iʃu ‘pe]
ʃe **a-** i- nũpã i-ʃupe
eu 1SG- REL-bater 3-REL-ACUS
Eu bato nele.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 72)
(170) [‘ʃe avɨ’ʔa]
ʃe **a-** wɨʔa
1SG 1SG-alegrar
Eu sou alegre.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 73)
(171) [‘nde ɾepuɾa’hej]
ne **ɾe-** puɾaheɳ
2SG 2SG-cantar
Você canta.

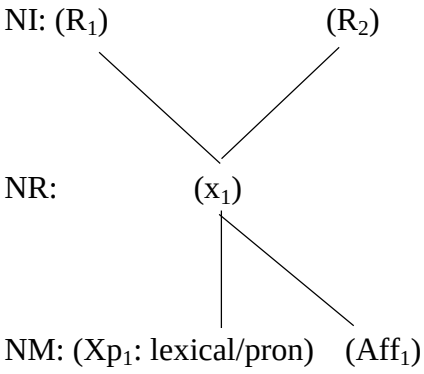
Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 73)
(172) [nã’nde dʒaɾipa’ɾa]
ɳãne **ɳa-**ɾipaɾa
1PL(incl) 1PL-correr
Nós corremos.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 73)
(173) [haʔe’kweɾɨ opɔɾa’hej]
haʔe **kweɾɨ** **o-**poɾaheɳ
3 PL 3-cantar
Eles cantam.

Em kaiowá, é possível também que o Subato Referencial, representante da função sujeito, se expresse ao mesmo tempo lexicalmente e por marca no verbo. No caso de (174), o sujeito lexical *mĩˈtã kwɛɾɨ* (‘as crianças’) é também marcado no verbo *aɲhu* (‘amar’) por meio do clítico de terceira pessoa *o-*, tendo a representação em (175).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 126)
(174) mĩˈtã kwɛɾɨ ohaiˈhu eteɾej dʒuˈsɛpe
mĩˈtã **kwɛɾɨ** **o**-h-aɲhu eteɾeɲ ɲuse-pe
criança PL 3-DIR-amar muito Jose-ACUS ‘
As crianças amam muito José.

(175)



Como vemos, nessa língua, há uma relação de dois para um entre o Nível Interpessoal e o Nível Representacional, tendo em vista que um mesmo Indivíduo (x_1), é referenciado por dois Subatos, que podem, mas não obrigatoriamente, ser codificados concomitantemente por duas formas no Nível Morfossintático, sintagma nominal e por afixo na raiz verbal. Desse modo, podemos dizer que há referência cruzada na língua kaiowá, o que lhe garante a opacidade.

No que diz respeito, então, à referência cruzada, é possível atestar que as línguas guajá, kamaiurá e kaiowá podem apresentar marcação de pessoa nos verbos concomitantemente ao uso de pronomes e/ou sintagmas nominais, sem, no entanto, ser obrigatório – o que lhes atesta características de opacidade. O fenômeno, porém, não foi verificado na língua kokama; isso indica que essa língua, diferentemente das outras três, é transparente no que se refere à referência cruzada.

Quadro 4 – Referência Cruzada

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Referência Cruzada	+	+	-	+

Fonte: Elaborado pela autora.

6.3 Relações gramaticais

Segundo Bickel (2011, p. 1), “o que é crucial sobre a noção tradicional de relações gramaticais é que elas (a) são identificadas por propriedades sintáticas, e (b) relacionam um argumento a uma oração”. Cardoso (2008, p. 3), por seu turno, observa que as relações gramaticais são, com frequência, refletidas e compreendidas como relações entre argumentos e predicados em nível de estrutura linguística, independentes de motivações semânticas e pragmáticas. Todavia, na descrição linguística, o relevante é reconhecer que as relações

gramaticais têm funções universais na comunicação e, ao mesmo tempo, podem ser definidas em termos de propriedades formais específicas de cada língua. Segundo a autora, as relações gramaticais nas línguas são realmente direcionadas semanticamente e não são correlatas com sujeito e objeto, o que reitera a observação de Klimov (1974) de que a oposição lexical entre os verbos de línguas da família Tupi-Guarani não está associada à transitividade da ação, mas sim à atividade e inatividade verbal, ou seja, a uma categoria semântica, sendo, portanto, classificados em ativos e inativos.

Para Hengeveld e Mackenzie (2011) e Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017)[92], o alinhamento gramatical entre unidades pragmáticas/semânticas e unidades sintáticas se referem às relações gramaticais. Para os autores, unidades dos níveis Interpessoal e Representacional são sempre manifestas da mesma maneira, independentemente da configuração sintática, em um alinhamento transparente, enquanto unidades dos níveis mais altos recebem expressão distinta a depender da configuração sintática, em um alinhamento não-transparente. Assim considerando, investigamos categorias como sujeito, objeto direto e objeto indireto, centrando a análise na interface entre o Nível Representacional e o Nível Morfossintático, ou seja, verificamos como as funções semânticas de Ativo, Inativo e Locativo se alinham com as funções sintáticas de sujeito, objeto e oblíquo.

Portanto, na análise aqui desenvolvida, as categorias descritas por Magalhães (2007), Seki, (2000), Yopán (2010) e Cardoso (2008), respectivamente para as línguas guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá, como sintáticas – sujeito, objeto direto e indireto – foram reanalisadas, em termos de GDF, como categorias semânticas – Ativo, Inativo e Locativo.

6.3.1 Guajá

Magalhães (2007, p. 188) afirma que, no guajá, os verbos são classificados como transitivos e intransitivos, conforme o número de argumentos que admitem, e que os argumentos podem não estar expressos.

Sintaticamente, os verbos transitivos são bivalentes, podendo ocorrer com até dois sintagmas, marcados com sufixo nominal, mas não com função sintática. Desse modo, a ordem é que indica qual dos sintagmas é o agente (Ativo) e qual é o paciente (Inativo), sendo então respectivamente interpretados com a função de sujeito e de objeto, conforme mostra (176), em que o sintagma em posição inicial da oração *wari-a* (guariba) é um argumento Ativo, enquanto

[92] Para maiores explicações, conferir capítulo 4 (Metodologia).

makú (banana), que se coloca posposto a ele, é Inativo.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

(176)	**warí**-a	**makú**-a	pyhý
	guariba-N	banana-N	pegar
	O guariba pegou a banana.		

Magalhães (2007, p. 188) interpreta os verbos *kijé* (‘temer’) e *mumu* (‘ensinar’) como verbos intransitivos que, além do argumento nuclear, cuja pessoa é expressa por meio dos prefixos pessoais nominativos, admitem um ou mais complementos indiretos, marcados por posposições *(-já, -iá* etc.). Entendemos, no entanto, que esses verbos exigem dois argumentos, sendo um deles o Inativo e o outro o Locativo. Em (177), por exemplo, *kijé* (‘temer’) tem o argumento Inativo marcado no verbo pelo prefixo de primeira pessoa *a-*, e o argumento Locativo (Ablativo) marcado pela posposição *-iá* (‘de’).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

(177)	a-**kijé**	ha-já,	a-kijé	tukú	r-iá
	1-temer	R-de	1-temer	gafanhoto	R-de
	Eu tenho medo dele, eu tenho medo do gafanhoto.				

O guajá admite ainda construções com três argumentos, conforme se observa em (178). O argumento Ativo do verbo *mumu* (‘ensinar’) está expresso na primeira posição pelo sintagma *Marina -mén-a* (‘marido de Marina’), o Locativo vem expresso em último lugar, por meio do pronome *are=pyrý*, ficando o Inativo na forma de oração.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 262)

(178)	Marina-mén-a	-**mumu’ũ**	ma’ápiruhú	-japi-há	are =pyrý
	Marina-marido-N	- ensinar	bola	-atirar	123=junto
	O marido da Marina nos ensinou a jogar bola.				

Em construções intransitivas, com predicado como *keré* (‘dormir’), o único argumento, quando se tratar da primeira pessoa e da segunda pessoa, além de expresso por pronomes livres (respectivamente *jahá* e *pijã*), é também marcado no verbo, conforme exemplificam (179) e (180), marcados respectivamente por *a-* e *pi*, o que não acontece, no entanto, com a terceira pessoa, como mostra (181).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(179) jahá a-**keré** mixik-a'ĩ tá
eu 1-dormir pouco-ATEN PROJ
Eu vou dormir um pouquinho.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(180) pijã pi-**keré**-í pyhã
vocês 23-dormir–NEG de noite
Vocês não dormiram de noite.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(181) i-mymýr-a **keré**
R-filho-N dormir
O filho dela está dormindo.

Segundo Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017), guajá expressa o sujeito pronominal por meio de pronomes livres ou de clíticos prefixados ao verbo. Os primeiros (pronomes livres) são utilizados para codificar o argumento sujeito de predicados verbais, conforme (182), (183) e (184), expressos por *jahá*, *nijã* e *jahá*, respectivamente, que configuram exemplos de argumento Ativo; os segundos (clíticos), *ni*, *há*, *a-* e *há*, são utilizados para marcar o argumento Inativo das orações transitivas, como em (182), (183), (184) e (185).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(182) **jahá** **ni**=r-ixá
1SG 2SG=R-ver
Eu te vi!

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 50)
(183) **nijã** **ha**=r-ixá
2SG 1SG=R-ver
Você me viu.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(184) **jahá** **a**-keré tapó ha=kahá-pe
eu 1-dormir POSS 1=rede-LOC
Eu dormi na minha rede.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)
(185) **ha**=r-ahý
1SG=R-doente
Eu estou doente.

Apesar de essas ocorrências permitirem interpretar que há uma relação de transparência

entre os papéis semânticos e a forma de expressão do sujeito, a existência de enunciados como (186) contraria essa expectativa:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 52)

(186)	ha=2-mén-a	2-já'ó	tá	**ha**=2-jahó=mehe
	1_{SG}=$_{R}$-marido-$_{NMLZ}$	3-chorar	$_{IMPF}$	1_{SG}=$_{R}$-ir=quando
	Meu marido vai chorar quando eu for embora.			

Segundo Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017), o exemplo (187), apresentado por Magalhães (2007), mostra que não há uma relação transparente entre o sistema pronominal e a expressão dos papéis Ativo e Inativo, pois, embora os pronomes livres apresentem a tendência de codificar o sujeito Ativo, como demonstrado em (188) e (189), e os clíticos, o sujeito Inativo, como em (189), o exemplo (190) ilustra o uso de um pronome clítico *a* codificando um sujeito Ativo. Nesse caso, a expressão do sujeito não é mais determinada pelo papel do argumento, mas pelas propriedades sintáticas da oração, isto é, pelo fato de ser uma oração subordinada.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)

(187)	**jahá**	ni=r-ixá
	1_{SG}	2_{SG}=$_{R}$-ver
	Eu te vi!	

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 50)

(188)	**nijã**	ha=r-ixá
	2_{SG}	1_{SG}=$_{R}$-ver
	Você me viu.	

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 262)

(189)	**Marina-mén-a**	-mumu'ũ	ma'ápiruhú	-japi-há	are =pyrý
	Marina -marido-$_{N}$	- ensinar	bola	-atirar	123=junto
	O marido da Marina nos ensinou a jogar bola.				

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 50)

(190)	**a**-jã	tamá	wý	r-ehé
	1-cantar	$_{POSS}$	chão	R_1-sobre
	Eu cantei (em pé) no chão.			

Nossa interpretação, no entanto, diverge da de Dall'Aglio Hattnher, Nagamura e Parra (2017). Os dados revelam que, em guajá, o argumento Ativo, seja de verbos transitivos, seja de intransitivos, são expressos por meio de pronomes livres, quando se trata da primeira e da segunda pessoa, conforme exemplificam (187) e (188); por meio de sintagmas lexicais, quando

indicam terceira pessoa, como em (189); e de prefixos relacionais quando em predicações intransitivas, já que, nesses casos, a pessoa é identificada pelos pronomes pessoais dependentes que são associados ao verbo por meio dos prefixos relacionais, tal como exemplificado em (190):

Já o argumento Inativo, seja na função de sujeito de verbo intransitivo, seja na de objeto de verbo transitivo, é sempre representado por um clítico, conforme se observa respectivamente em (191) e (192), retomados a seguir.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.52)
(191) **ha**=r-ahý
1$_{SG}$=$_{R}$-doente
Eu estou doente.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(192) jahá **ni**=r-ixá
1$_{SG}$ 2$_{SG}$=$_{R}$-ver
Eu te vi!

Quando, no entanto, os dois argumentos de verbo transitivo forem lexicais, a ordem nos fornece pistas de qual é o argumento Ativo e qual o Inativo, conforme exemplifica (193), retomado a seguir, em que a ordem é Ativo-Inativo-Predicado.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(193) **warí-a** **makú-a** pyhý
guariba-$_{N}$ banana-$_{N}$ pegar
A **I** **V**
O guariba pegou a banana.

O argumento Locativo, por seu turno, é sempre marcado por adposição (o ablativo por *já* ou *iá*, o perlativo por *ipí* e o alativo por *pé*), conforme se observa, respectivamente, em (177), retomado a seguir, (194) e (195).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(177) a-kijé tukú r-**iá**
1-temer gafanhoto $_{R}$-de
Eu tenho medo de gafanhoto.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(194) iká-pyr-y'ým-a wyhý ka'á r-**ipí**
matar-$_{NMLZ–NEG}$ correr mato $_{R}$-por
O (veado) que não foi matado fugiu pelo mato.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 188)
(195) ha=py' r-a a-xak-aká tá ni=**pé**
1= pulseira-$_{N}$ 1-ver-$_{CAUS}$ $_{PROJ}$[93] 2=para
Vou mostrar minha pulseira para você.

Dessa forma, a função semântica dos argumentos é codificada morfossintaticamente: o Ativo ocupa sempre a posição inicial da oração, sendo expresso por pronomes livres quando primeira e segunda pessoa, e por sintagmas lexicais quando terceira pessoa; já o Inativo, quando lexical, se coloca depois do Ativo, e quando não lexical, é sempre representado por clítico prefixado ao verbo. O Locativo, por seu turno, sempre será assinalado por posposição.

6.3.2 Kamaiurá

Conforme já apontado, Klimov (1974) considera que a principal oposição lexical entre os verbos de línguas da família Tupi-Guarani não está associada à transitividade da ação, mas sim à atividade e inatividade verbal. Assim, os verbos são classificados em ativos e inativos.

Seki (2000, p. 65), no entanto, considera que há uma distinção clara de quatro subclasses de verbos em kamaiurá: transitivo (Ativo), verbo com propriedade de dois lugares com argumento Ativo (196); intransitivo ativo, verbo com propriedade de dois lugares com argumento Locativo (197); intransitivo descritivo, predicações dinâmicas de um lugar em que o argumento pode ser tanto Ativo quanto Inativo (198); e cópula[94], verbo de propriedade de um lugar com predicado não verbal (199).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 67)
(196) a–kwahaw=in je=**pyhyk**-aw-a
1_{SG}-saber=$_{POT}$ 1_{SG}=segurar-$_{NOM\text{-}N}$
Eu sei que ele vai me segurar.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 68)
(197) a–kwahaw=in i-**tu**-aw-a
1_{SG}-saber=$_{POT}$ 3_{SG}-vir-$_{NOM\text{-}N}$
Eu falo que ele vem.

[93] Segundo Magalhães (2007), PROJ indica partícula de aspecto projectivo. Como não há correspondência na GDF, manteremos a glosa da autora

[94] É relevante observar que o que a autora denomina "cópula" refere-se a vários tipos de construções: (i) identificacional; (ii) predicação monovalente com propriedade nominal (nome ou adjetivo); e (iii) classificacional, conforme descritas no capítulo de *Fundamentação Teórica*.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 68)
(198) a–**kwahaw**=in ne=katu-taw-a
1SG-saber=POT 2SG=bom-NOM-N
Eu sei que você é bom.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 68)
(199) kara'iw-a a-**ko**
não-índio-N 1SG-CÓP
Eu sou não-índio.

Nossa análise mostra que, com propriedades de dois lugares, ou seja, com verbos transitivos ativos, como (200) e (201), o argumento Ativo, respectivamente *mõi-a* ('cobra') e *tapi'ir-a* ('anta'), ocupam a primeira posição na oração, seguido do argumento Inativo *wararuwijaw* ('cachorro') e *ta'ýj* ('menina'). Observa-se, portanto, que todos são marcados com sufixo nominal, mas não com função semântica nem sintática. O que define a função semântica é a ordenação dos constituintes na oração: Ativo – Inativo – Verbo (doravante, AIV).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 166)
(200) **mõi-a** **wararuwijaw**-a o-u'u
cobra-N cachorro-N 3SG-morder
A **I** **V**
A cobra mordeu o cachorro.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 166)
(201) **tapi'ir-a** **ta'yj**-a w-eraha
anta-N menina-N 3SG- levar
A **I** **V**
A anta levou a menina.

O argumento Ativo pode se manifestar como um pronome livre, como em (202), representado pelo demonstrativo *a'e* ('esse'), ou como um clítico, conforme *je* ('me') em (203), retomado por conveniência:

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 64)
(202) **a'e**-a rak o-'awyky 'aŋ-a
esse-N AT 3SG-fazer este-N
Ele fez isto.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 67)
(203) a-kwahaw=in **je**=pyhyk-aw-a
1SG-saber=POT 1SG=segurar-NOM-N
Eu sei que ele vai me segurar.

Em construções passivas, porém, o Inativo assume a posição inicial e, segundo a autora, é acentuado fonologicamente no sufixo nominal, conforme (204) e (205). Em (204), o Ativo se apresenta na segunda posição da oração, entre o Inativo e o predicado. Em (205), o Inativo assume a posição inicial, e o Ativo se coloca na posição final da oração.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 166)

(204)	mõi-**á**	**wararuwijaw**-a	o-u'u
	cobra-$_{N}$	cachorro-$_{N}$	3$_{SG}$-morder
	I	**A**	**V**

A cobra foi mordida pelo cachorro.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 166)

(205)	kunu'um-**á**	o-mojoroaip	**galvão-a**
	menino-$_{N}$	3$_{SG}$-enganar	$_{N.PR.}$-$_{N}$
	I	**V**	**A**

O menino foi enganado por Galvão.

O predicado de dois lugares com argumento Locativo, a que a autora denomina de intransitivo ativo, apresenta esse argumento sempre marcado por posposição. Em (206), (207) e (208), a posposição *wi* assinala o ablativo em (206); indicando a origem do medo do sujeito *–i*, *rupi* marca o perlativo em (207) indicando o percurso feito pelo sujeito expresso por *oro*, e *katy* indica o alativo em (208), indicando a meta/objetivo do sujeito, expresso por *-a*:

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 75)

(206)	moĩ-a	**wi**	e-wiá
	cobra-$_{N}$	$_{ABL}$	3$_{SG}$-ter.medo-$_{CIRC}$

Ele tem medo de cobra.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 75)

(207)	oro-'yahap	muruɳaw-a	´ar	**rupi**
	1$_{PL}$-atravessar	ponte-$_{N}$	superfície-$_{N}$	$_{PER}$

Nós atravessamos pela ponte.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 75)

(208)	o'iran	a-ha	Kamajura	r-etam-a	**katy**=n
	amanhã	1$_{SG}$-ir	$_{K}$[95]	$_{REL}$-aldeia-$_{N}$	$_{ALL}$=$_{INTENT}$

Amanhã irei à aldeia Kamaiurá.

Assim também se apresenta o argumento Locativo em predicações de três lugares, o Inativo assume a primeira posição na oração, já que o Ativo é prefixado ao verbo, tal como se

[95] A autora não faz referência a essa abreviatura/convenção. Acreditamos, porém, que se refere aos Falantes da língua kamaiurá. Por não termos sigla correspondente na GDF, manteremos a glosa da autora

verifica em (209):

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 64)

(209)	**ywyrapar-a**	**o**-me'eŋ	kara'iw-a	**upe**
	arco-N	3SG-dar	não-índio-N	ALL
	Ele deu o arco ao não índio.			

Desse modo, a análise mostra que, em predicações de dois e três lugares, o Locativo é marcado por posposições em oposição ao Ativo e Inativo, que são marcados apenas pela posição que assumem na oração.

Em predicações de um lugar com predicado verbal, como (210) a (212), o único argumento pode tanto ser Ativo quanto Inativo, a depender da dinamicidade do predicado. Nos exemplos (210) e (211), os predicados *maraka* ('cantar') e *jan* ('correr') são dinâmicos, por isso denominados pela autora de intransitivos descritivo, e envolvem entidades com papel semântico de Ativo, no caso, *i*[96] ('ele') e *kunu'um-a* ('menino') respectivamente. Por outro lado, no exemplo (212), o predicado *ker* ('dormir') é não-dinâmico e envolve entidades com papel semântico Inativo, em que *ka* é [-din] e, no caso, *i* ('ele').

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 78)

(210)	toryw-amue	**i**-maraka-w
	festa-SBJV	3SG-cantar-CIRC
	Ele cantou no tempo da festa.	

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 78)

(211)	**kunu'um**-a	o-jan	õj-awa-ramue
	menino-N	3SG-correr-CIRC	3SG-chamar-PL-SBJV
	O menino correu quando o chamaram.		

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 78)

(212)	mojepete	**i**-ker-i
	um	3SG-dormir-CIRC
	Ele dormiu um [dia].	

Em propriedade de um lugar com predicado não verbal, denominado pela autora de cópula, o único argumento Inativo pode se manifestar como pronome livre *ije*, como clítico *je* ou lexical *i-'ajur-a*, conforme respectivamente mostram (213), (214) e (215).

[96] Segundo Seki (2000), no paradigma de pronomes clíticos, a ausência deles é suprida pelo prefixo relacional {i-}.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 62)
(213) **ije** morerekwat
eu chefe
Eu sou chefe.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 62)
(214) **je**=katu
eu=bom
Eu sou bom.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 67)
(215) **i-'ajur-a** i-huku
3_{SG}-pescoço 3_{SG}-comprido
Seu pescoço é comprido.

Considerando a análise dos exemplos, verificamos que a relação entre argumentos e predicados em kamaiurá é de ordem semântica, sendo codificada no Nível Morfossintático pela posição: em propriedades de um lugar, independentemente de ser Ativo ou Inativo, o argumento se coloca em primeira posição na oração; em propriedades de dois lugares, distinguem-se Ativo e de Inativo pela posição assumida: Ativo em posição inicial da oração seguido pelo Inativo (AIV), ordenação que só é alterada em construções passivas, já que o Inativo, com o sufixo de caso acentuado, assume a posição inicial, e o Ativo, a seguinte ou a posição final da oração. O Locativo, por seu turno, tanto em predicações de dois quanto de três lugares, é necessariamente marcado por posposições: *wi* (ablativo), *rupi* (perlativo), *katy* e *upe* (alativo).

Desse modo, conforme vimos, as línguas não marcam a distinção entre sujeitos e objetos, visto não ser relevante, mas entre argumentos Ativo e não-ativo (Inativo e Locativo). Assim, esse critério mostra-se irrelevante e não se aplica à língua analisada, já que elas não apresentam um alinhamento sintático, mas sim semântico.

6.3.3 Kokama

De acordo com Yopán (2010, p. 510), em kokama não há indexação dos participantes nucleares ao verbo e nem ao auxiliar e tampouco marcação de caso. Assim, segundo o autor, a ordem dos constituintes e as formas pronominais tornam-se cruciais para a determinação da função semântica dos argumentos (Ativo e Inativo).

O autor afirma que, diferentemente de guajá e kamaiurá, em construções transitivas, o clítico temporal, em kokama, só pode ser anexado ao objeto, ou seja, o objeto é sempre marcado, como em (216), expresso por *uy*; já em construções intransitivas, o clítico temporal

uy é anexado ao verbo, tal como mostra o exemplo (217):

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 771)
(216) mui karuta mijiri=**uy** ku=kuara
cobra morder Miguel=PST fazenda= INESS
A cobra mordeu Miguel na fazenda.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 771)
(217) mui yapan=**uy** ku=kuara
cobra correr=PST fazenda= INESS
A cobra escapou da fazenda.

Há que se observar que, segundo Yopán (2010), kokama se caracteriza por não apresentar cópula em construções Locativa (218), Possessiva (219), Equativa[97] (220), Classificacional (221) e Existencial (222).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 455)
(218) r=tsuwɨ tuyuka=ri
3SG.M=sangue chão=DIF
Seu sangue está no chão.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 450)
(219) emete y=irua
existir SG.F=parceiro
Ela tem um parceiro. (Lit. Seu parceiro existe.)

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 424)
(220) uri ta ami
3SG.M 1SG.M avô
Ele é meu avô.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 425)
(221) etse kukama wayna
1SG.F kukama mulher
Eu sou uma mulher Kukama.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 442)
(222) emete ikian wayna kuatiashira-yara-ra Arirama
existe essa mulher último.nome-possessivo-VZR último.nome
Existe uma mulher, seu último nome é Arirama.

[97] Ou seja, Identificacional, em que o sujeito e o predicado podem permutar suas posições, sem prejuízo semântico, conforme apresentado na *Fundamentação Teórica*.

Predicações de um lugar, com predicado não verbal, também não apresentam cópula, conforme demonstra *nua* (‘grande’) em (223) e (224). Nesse caso, o único argumento Inativo *uni* ocupa a posição inicial seguido do predicado não verbal.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 771)

(223)	**uni**	nua	tɨma	ukua	-utsu	ikuminan
	água	ser.grande	NEG	costumar[98]	FUT	agora

A maré está alta, não vai embora tão cedo.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 771)

(224)	**uni**	nua
	água	ser.grande

A maré está alta.

Em predicações de dois lugares, os argumentos Ativo e Inativo, quando lexicais ou pronominais, são indicados pela posição: o Ativo ocupa a posição inicial, e o Inativo, a pós-verbal, como em (225) e (226). É o argumento Inativo que recebe o clítico determinante do tempo verbal *uy*:

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 498)

(225)	**ay**	inupa	**tsa**	**ena(=uy)**	ɨwɨra=pu
	3SG.M	bater	1SG.F	marido=PST	pau=INS

Ele bateu no meu marido com um pau.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 498)

(226)	**mui**	karuta	**jiri(=uy)**	u=ka
	cobra	morder	Miguel=PST	fazenda=LOC

A cobra morde (mordeu) Manuel na fazenda.

Quando pronominal, o Inativo pode ser expresso por meio de um clítico, que também se coloca em posição pós-verbal (enclítica), como mostra (227), expresso por *ay*.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 212)

(227)	ya	inup=**ay**
	3SG.F	bater=3SG.F

Ela bate nela.

Já o Locativo, em predicações de dois lugares, é sempre marcado por posposição. Esses marcadores aparecem anexados ao elemento mais à direita da oração. Os exemplos (228), (229)

[98] Na glosa, o verbo é *use.to*. Entende-se que a ideia é que é padrão recorrente a maré demorar a baixar quando está muito alta.

e (230) ilustram esses casos. Em (228), a função Locativo/alativo é marcada pela posposição *=ka*, no sintagma *ta=mama uka* (‘casa da minha mãe’). Em (229), o Locativo/inessivo, isto é, que indica o local em que acontece uma ação, é sinalizado por *=kuara* que se pospõe a *uni* (‘água’). Em (230), o Locativo/perlativo é indicado pela posposição *=ri* em *tseweka* (‘sua barriga’).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 163)
(228) raepe ra yamachima ta=mama uka=**ka**
Então ele chegar 1$_{SG.M}$=mãe casa=$_{ALL}$
Então, ele chega na casa da minha mãe.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 163)
(229) na a~~ɨ~~ manta upuri uni=**kuara**
desse.modo tigre pular/cair água=$_{INS}$
Desse modo, o tigre pulou/caiu na água.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 163)
(230) ta ti~~k~~i~~ɨ~~ atsapaitaki na=tseweka=**ri**
1$_{SG.M}$ amarrar pedra 2$_{SG}$=barriga=$_{PER}$
Eu irei apertar a pedra ao redor da sua barriga.

Em construções intransitivas, o argumento, Ativo ou Inativo, também ocupa a posição inicial e, nesse caso, o clítico marcador de tempo *uy* é opcionalmente anexado ao predicado verbal, como em (231), (232) e (233), ou ao predicado nominal, como em (234).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 498)
(231) **tsa** **mimira** yapanka=**uy** in=tewepa=rupe
1$_{SG.M}$ filho da mulher correr=$_{PST}$ 1$_{PL}$=tenda=$_{LOC}$
Meu filho correu até nossa tenda.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 498)
(232) **tsa** **mi~~ɨ~~mira** (=**uy**)
1$_{SG.F}$ filho dormir=$_{PST}$
Meu filho dorme (dormiu).

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 498)
(233) **t=ami** umanu(=**uy**) na=ka
1$_{SG.M}$=avô morrer=$_{PST}$ Lagunas=$_{LOC}$
Meu avô morre/está morrendo (morreu) em Lagunas.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 498)
(234) eskuera=ka, **tsa=pura** yami~~ɨ~~ma=**tsuri**
escola=$_{LOC}$ 1$_{SG.F}$=$_{FOC}$ estar.triste=$_{PST}$
Na escola, eu estava triste.

Assim sendo, as funções semânticas são marcadas morfossintaticamente, ou pela posição ou pelo uso de posposições: quando se trata de uma propriedade de um lugar, independentemente de ser Ativo ou Inativo, o argumento ocupará sempre a posição inicial; quando se trata de uma propriedade de dois lugares, o argumento Ativo ocupa a posição inicial e o Inativo, a pós-verbal, e receberá o clítico determinante de tempo verbal. O Locativo, por seu turno, é necessariamente marcado por posposição (*ka*, *rupe*, *kuara* e *ri*).

A análise sugere, então, que a distinção entre os tipos de argumentos não é sintática, mas sim semântica: em predicações de dois lugares, o argumento Ativo se posiciona no início da oração e o Inativo, após o predicado. O Locativo, por sua vez, é sempre marcado por posposição. Em predicações de um lugar, o único argumento, Ativo ou Inativo, coloca-se em posição inicial da oração.

6.3.4 Kaiowá

Cardoso (2008), seguindo Seki (2000), distingue quatro subclasses de verbos no kaiowá: transitivo (Ativo), propriedade de dois lugares com argumento Ativo; intransitivo ativo, propriedade de um lugar com argumento Ativo; intransitivo inativo, propriedade de um lugar com argumento Inativo, e cópula, com predicado não ativo, conforme se observa, respectivamente, nos exemplos (235), (236), (237) e (238):

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 68)
(235) ‘ʃe **a-ĩ -nũ’pã̃** i-ʃu’pe
Eu $1_{SG\text{-}REL}$-bater $3_{SG\text{-}ACUS}$
Eu bato nele.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 127)
(236) ɲuse o **-ɾipaɾa** woɲ
José 3_{PL}-correr sempre
José corre sempre.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 127)
(237) haʔe woɲ i-**kɨɾa**
ele mesmo 3_{SG}-engordar
Ele engordou mesmo.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 128)
(238) na-**haʔe**-i ʃe-mɛ̃ ‘mbɨ
NEG-ser–NEG 1SG-filho
Ele não é meu filho.

Os verbos transitivos apresentam, prototipicamente, dois argumentos e se diferenciam morfossintaticamente das outras subclasses verbais e de elementos de outras classes de palavras pela possibilidade de receberem prefixo da série III (*portmanteau*).[99] Nessas construções, os morfemas *-ʃupe* e *-pe* marcam o caso sintático Acusativo, conforme exemplificam (239) e (240).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 68)
(239) ‘oɾe ɾo-ĩ-nũ’pã i-**ʃu’pe** kwɛ’ɾɨ
nós 1PL-REL-bater 3SG-ACUS PL
Nós batemos nele.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 68)
(240) ɲose o-ɳuka pedɾo-**pe**
José 3PL-matar Pedro-ACUS
José matou Pedro.

Seguindo Dixon (1994), Cardoso (1998, p. 72) considera que há uma dupla forma de marcar o sujeito de verbos intransitivos como *Split-S*, ou seja, “Sujeito intransitivo cindido”, uma vez que o sujeito desse verbo se comporta como sujeito de verbo transitivo, sendo marcado pelos clíticos da Série I, o que resulta em *sujeito do verbo intransitivo=sujeito do verbo transitivo;* quando, no entanto, o sujeito do verbo intransitivo se comporta como objeto é marcado por clíticos da Série II, ou seja, *sujeito do verbo intransitivo=objeto transitivo*.

Desse modo, os marcadores de categoria de número/pessoa de verbos intransitivos e transitivos de sentenças independentes da língua kaiowá, podem ser organizados em paradigmas de acordo com as séries:

a) Séries I em verbos intransitivos ativos;
b) Série II em verbos intransitivos inativos (descritivos);
c) Série III em verbos transitivos ativos.

A concordância de pessoa entre um dos argumentos e o verbo indica o sujeito da oração. Desse modo, o sujeito é morfossintaticamente não marcado enquanto os argumentos não

[99] Segundo Cardoso (2008), os prefixos da série III (*portmanteau*) são marcadores simultâneos das funções de sujeito e de objeto de verbos transitivos; o prefixo {**–i**} denota voz direta.

sujeitos o são. Há, portanto, um alinhamento St=Si em oposição a O, entendendo-se O como argumentos não sujeitos.

Sob o ponto de vista teórico aqui adotado, os exemplos de (239) e (240) sugerem que o argumento Ativo nunca é marcado, enquanto o Inativo é marcado por *-ʃupe* se o núcleo for um pronome de terceira pessoa, e por *-pe*, se o núcleo for lexical, que podem, no entanto, ser dispensáveis quando as orações transitivas obedecem à ordem Ativo-Verbo-Inativo (ou SVO), postulada como a preferencial em kaiowá, conforme (241):

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 68)

(241)	mĩtã	kũɲmaʔe	o-ɲuka	moɲ
	criança	macho/homem	3_{SG}-matar	cobra

O menino matou a cobra.

Por outro lado, em predicações transitivas constituídas de um argumento Ativo e um Locativo, o Locativo é que é marcado. O Locativo/ablativo, como no exemplo (242), é marcado por *ŋwi*, enquanto *we* marca o Locativo/alativo, como exemplifica (243).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 115)

(242)	haʔe	o-kɨhɨɲe	moɲ	**ɲwi**
	haʔe	3- ter medo	cobra	ABL

Eles têm medo de cobra.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 115)

(243)	haʔe	o-mẽʔẽ	hu ʔɨ	ɲãnde	**we**
	haʔe	3- dar	flecha	$1_{PL(INCL)}$	ALL

Ele dá a flecha para nós.

É necessário observar que não foram encontrados exemplos com predicações de três lugares, o que parece indicar que o kaiowá escolhe molde de predicação de até dois lugares.

Os verbos intransitivos, como já observado, podem ser ativos e estativos. Os verbos intransitivos ativos marcam a categoria de pessoa e número com os prefixos da série I[100], no que se equiparam aos verbos transitivos, mas, distintivamente deles, não ocorrem com prefixos da série III, não admitem pronomes clíticos da série II[101], bem como não admitem prefixos relacionais. Além dessas diferenças morfológicas, apresentam propriedades semânticas indicativas de ação, processo, evento e exigem um argumento com função semântica Ativo,

[100] Segundo Cardoso (2008), os prefixos da série I são responsáveis pela concordância de número e pessoa com o nome em função do sujeito de verbos transitivos.
[101] Segundo Cardoso (2008), os clíticos pronominais da série II são responsáveis pela concordância com o nome em função do objeto.

que nunca é marcado, como mostram (244) e (245), repetida aqui. Em (244), o predicado verbal *o-porá'hei* (‘cantar’) exige um argumento Ativo que é expresso pelo pronome *ha?e* (‘ele’); em (245), o argumento Ativo do verbo *ɾiparɑ* (‘correr’) constitui um nome próprio *ɲuse*. Não foram encontrados exemplos com nome comum.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 64)
(244) **ha?e** kweri o-porá'hei
ha?e PL 3-cantar
Eles cantam.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 127)
(245) **ɲuse** o-ɾiparɑ woŋ
José 3_{PL}-correr sempre
José corre sempre.

Os verbos intransitivos inativos também marcam a categoria de pessoa e número com os prefixos da série I, assemelhando-se aos transitivos, mas não ocorrem com prefixos da série III (*portmanteau*). Admitem, porém, pronomes clíticos da série II e prefixos relacionais quando o sujeito se comporta como objeto, ou seja, é Inativo. Em (237), repetida aqui, e (246), há uma propriedade de um lugar, dinâmica ou não, com argumento Inativo, visto que não tem envolvimento volitivo, e é o suporte da propriedade a ele atribuída.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 127)
(237) **haʔe** woŋ i-kɨɾa
Ele mesmo G-engordar
Ele engordou mesmo.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 64)
(246) [‘ʃe awɨ ‘ʔa]
ʃe **a**-wɨʔa
eu 1_{SG}-alegre
Eu estou alegre.

Com base nas propriedades estruturais da língua, supomos que isso também acontece quando o argumento Inativo é lexical, entretanto, não encontramos exemplos para confirmar essa hipótese.

Em resumo, os dados revelam que, em construções transitivas, o argumento Ativo nunca é marcado, opondo-se, por isso, ao Inativo, que é marcado por *–ʃupe*, para formas pronominais, ou *–pe*, para lexicais, podendo inclusive não ser marcado, e ao Locativo, que é assinalado por posposição específica, de acordo com a função semântica. Em construções intransitivas ativas

ou inativas, tanto o argumento Ativo quanto o Inativo não são marcados. Isso indica que o kaiowá distingue argumentos Ativos de argumentos não ativos.

A análise mostra que o critério sintático, considerando-se apenas marcas morfossintáticas, não oferece uma explicação sistemática para as línguas da família Tupi-Guarani. Se considerarmos, no entanto, a ordenação de constituintes na oração como uma codificação morfossintática de funções pragmáticas e semânticas, como o faz a GDF, verificamos que apresentam um sistema de alinhamento semântico/sintático, conforme mostra o Quadro 5. Guajá, kokama e kaiowá codificam as funções semânticas por meio de duas estratégias, ordenação de constituintes e marcas morfológicas, já kamaiurá o faz utilizando apenas a ordenação dos constituintes.

Quadro 5 – Codificação morfossintática de funções sintáticas e semânticas

Argumento	A			I			L		
Predicado	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Guajá	-	p^I	p^I	p^I	p^M p^I *(ha ~ iha, are, ni, pĩ, wỹ~ wyn)*	p^M	-	p^F	p^F
Kamaiurá (orações ativas)	p^I	p^I	p^M	p^I	p^M	p^I		p^M (wi) p^F (*rupi*, *katy* e *upe*)	p^M (wi) p^F (*rupi*, *katy* e *upe*)
Kamaiurá (orações passivas)	-	p^M p^F	-	-	p^I	-	-	-	-
Kokama	p^I	p^I	p^I	p^I	p^F *(=uy, =ay)*	p^M	-	-	p^F *(=ka,=kuara, =ri)*
Kaiowá	p^I	p^I	-	p^I	p^F *(=fupe, =pe)*	-	-	p^F (*ŋwi e we*)	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas quatro línguas, observa-se uma distinção entre o argumento Ativo e os não ativos (Inativo e Locativo). O argumento Ativo nunca recebe marca morfológica, podendo, no entanto, ser distinguido pela posição que ocupa na oração, qual seja, a posição inicial. Os não ativos, que incluem o Inativo e o Locativo, por sua vez, distinguem-se por morfemas em todas as línguas, com exceção da kamaiurá. São obrigatórios para o Locativo, nas quatro línguas, mas só exigidos pelo Inativo no guajá e no kokama, já que no kaiowá o Inativo é facilmente reconhecido pela posição que assume na ordem linear da oração, sem, necessariamente, necessitar apresentar um morfema.

A análise aqui efetuada revela que não há uma explicação sistemática que possa ser oferecida com base no critério sintático, para as línguas da família Tupi-Guarani. Isso também é observado por Paula (2019, p. 118), nas línguas da família Naduhup. Segundo Paula (2019), há muitos estudos que defendem o critério sintático, porém, as línguas da família Naduhup apresentam alinhamento semântico, devendo então ser caracterizadas tipologicamente como línguas *ativas*, já que, nas palavras de Pezatti, nas línguas ativas,

> O tratamento dos sujeitos e do objeto não está na base de sua função sintática propriamente, mas sim na base da função do verbo: verbos estativos requerem o sujeito no caso inativo, verbos dinâmicos requerem o sujeito no caso ativo e o objeto, se houver, no caso inativo. A morfologia é semanticamente orientada: codificando uniformemente o papel proposicional-semântico de agente, paciente e às vezes dativo, desconsidera o *status* de sujeito/tópico e a transitividade da oração. (PEZATTI, 1992, p. 62)

Da mesma maneira, as línguas da família Tupi-Guarani não marcam a distinção entre sujeitos e objetos, visto não ser relevante, mas entre argumentos Ativo e não-ativo (Inativo e Locativo), apresentando também um alinhamento semântico.

Quadro 6 – Relações gramaticais

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
relações gramaticais	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica

Fonte: Elaborado pela autora.

6.4 Concordância na oração

A concordância na oração diz respeito a uma operação de cópia que ocorre estritamente no Nível Morfossintático: as propriedades do argumento são copiadas no predicado. Como discutido na apresentação dos critérios, Leufkens (2015, p. 52) destaca que a GDF distingue a concordância oracional, como processo de cópia que resulta em elementos vazios, da referência cruzada, como operação em que uma unidade semântica é expressa múltiplas vezes sem perder valor semântico. O critério para distinção é a obrigatoriedade da dupla expressão: quando opcional, há referência cruzada e, quando obrigatória, concordância oracional.

6.4.1 Guajá

Como vimos anteriormente, guajá apresenta referência cruzada, já que há na língua a possibilidade de expressar duplamente o argumento de um predicado, sem ser obrigatório. Dessa forma, pode-se esperar, de antemão, que o guajá não apresente o fenômeno de concordância oracional (ou seja, cópia obrigatória de propriedades do argumento no predicado). Ao analisar exemplos da língua em busca de dupla marcação, encontramos casos como os de (247) a (250). Em (247), o pronome independente *jahá* (‘eu’) coocorre com o prefixo *-a*, indicador de primeira pessoa do singular no verbo *tý* (‘jogar); em (248), o pronome independente *nijã* (‘você’), que aparece ao final da frase, coocorre com o prefixo *a-*, neste caso, indicador de 2ª pessoa do singular, no verbo *manã* (‘jogar’); em (249), o pronome independente *areá* (‘nós’) é expresso juntamente com o prefixo *ari-*, indicador de primeira pessoa do plural inclusiva, é marcado no verbo *ú* (‘comer’); em (250), novamente o prefixo *ari-* ocorre, porém, dessa vez com o verbo *jahó* (‘ir’) e também em concomitância com o pronome independente *areá* (‘nós’).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 178)
(247) **jahá a**-tý manã ka'á-pe
eu 1-jogar' $_{CTF}3$[102] mato-$_{LOC}$
Eu o joguei (fazendo ir) no mato.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 178)
(248) **a**-manã ka' á-pe **nijã**
2/$_{IMP}$-jogar $_{CTF}3$ mato-$_{LOC}$ você
Jogue-o você (fazendo ir) no mato!

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 45)
(249) **areá** **ari**-ú mukurí-a pé ka'á- pe u-'ú-mixik-a'ĩ
nós 13-comer bacuri-$_{N}$ lá mato-$_{LOC}$ 3-comer-pouco-$_{ATEN}$

Junaj-a areá **ari**-'ú ha'í taté areá
Junai-$_{N}$ nós 13-comer mais de dois muitos nós
Nós comemos bacuri lá no mato. Junai comeu pouquinho. Nós comemos muito.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 47)
(250) **ari**-jahó t-akwé kytyrý **areá** kamará ahó t-itarỹ-me a'iá
13-ir atrás para nós índio ir $_{R}4$-frente-$_{LOC}$ ele
Nós fomos por último e o índio foi em primeiro (na frente).

Casos como os descritos, porém, não são obrigatórios, pois é possível encontrar exemplos como (251), em que o prefixo *ari-* ('nós') é marcado unicamente no verbo, *ú* ('comer'), que também pode ser ter o sentido de ('vir'), como em (252).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 37)
(251) **ari**-'ú harawá kahú r-apé r-ipí
13-comer $_{CTP2}$ carro $_{R1}$-caminho $_{R1}$-por
Trouxemos para comer pela estrada (pelo caminho do carro).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 37)
(252) **ari**-ú ikwã=mehẽ kahú-pe
13-vir dia.seguinte=quando carro-$_{LOC}$
Viemos no dia seguinte de carro.

Segundo Magalhães (2007, p. 178), ocorre o fenômeno de não obrigatoriedade porque, quando o contexto discursivo ou as palavras usadas na elocução não explicitam o modo (indicativo, imperativo ou subjuntivo), os pronomes independentes devem coocorrer com a

[102] Segundo Magalhães (2007), indica partícula direcional centrífuga. Uma vez que não há correspondente na GDF, manteremos tal como na gramática da autora.

forma verbal para evitar a ambiguidade. Portanto, no que se refere ao critério de concordância na oração, guajá é transparente por não apresentar obrigatoriedade de expressão de traços do argumento no predicado.

6.4.2 Kamaiurá

Como vimos, kamaiurá apresenta fenômeno de referência cruzada, pois permite expressar o argumento de verbo apenas uma vez (lexical, pronominal ou no verbo) ou mais de uma vez. Dessa forma, assim como guajá, é de se esperar que não haja o fenômeno de concordância na oração.

No kamaiurá, é possível observar casos, como em (253) e (254) em que o sujeito é expresso e também marcado no verbo por prefixos. Em (253), o sujeito *yawataj* (‘formiga’) coocorre com o prefixo *o-*, de terceira pessoa do singular, afixado ao verbo *eʃ* (‘sair’); em (254), o pronome pessoal *je*, indicador de primeira pessoa do singular, é marcado no verbo *kwaq* (‘estar’), por meio do clítico *o-*.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(253) yawataj-a **o**-eʃ-hem **o**-jo-akyheri
formiga-$_{N}$ 3-sair-$_{RED}$ 3-$_{REFL}$-atrás
As formigas estão saindo uma após a outra [do formigueiro].

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(254) **je** =‘apo-a ‘a o-**kwap**
1.$_{SG}$=pertence-$_{N}$ $_{PRÓX}$[103] 3-estar/$_{PL}$
Minhas coisas estão aqui.

No kamaiurá, porém, encontram-se casos de manifestação do sujeito por meio de clítico, como em (255), (256) e (257), retomados a seguir por conveniência. Em (255) e (256), o sujeito se manifesta por meio do prefixo de terceira pessoa *–o* e do clítico indicador de coletivo *–awa*, já em (257), o sujeito é marcado no verbo *tym* (‘enterrar’) exclusivamente pelo clítico indicador de coletivo *–awa*.

[103] Segundo Seki (2000), $_{PRÓX}$ indica próximo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(255) **o**-ket=**awa** je ko’
3-dormir=PL REP FS[104]
Eles estavam dormindo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(256) **o**-jo-mono=**awa**
3-REC-enviar=PL
Eles viajaram. [Lit. “enviaram-se mutuamente”]

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 141)
(257) **o**-jaje-a tym=**awa** je
3-tia-N[105] enterrar=PL REP
Enterraram a tia deles.

Assim, tal como ocorre em guajá, o kamaiurá não apresenta obrigatoriedade de dupla marcação e, portanto, é transparente no que tange ao critério de concordância na oração.

6.4.3 Kokama

O kokama, como vimos, expressa o argumento do verbo apenas uma vez, seja por meios gramaticais, como em (258) e (259), seja por meios lexicais, conforme (163), retomado por conveniência a seguir.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 531)
(258) yaepe **inu** tima **eyu** tewe
lá 3PL.F NEG comer sal
Lá, elas não comem sal.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 641)
(259) **ra** **eyu** ikian tsu memukin npu r=uk~~i~~r~~i~~
3.SG.M comer esse carne tostada.NMLZ depois, 3SG.M=dormir
~~i~~rakari=kuara
mosquito=INESS
Depois de ele comer a carne que está tostada, ele dorme na rede de mosquito.

[104] Para Seki (2000), FS indica fim de sentença. Uma vez que não há correspondência na GDF, manteremos a marcação da autora.
[105] Para Seki (2000), N indica caso nuclear. Na GDF, não há correspondência par marcação de caso nuclear. É importante observar que N para a GDF indica neutro. Por falta de opção, mantivemos a marcação da autora para caso nuclear nos exemplos de kamaiurá.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 461)
(163) raepe ikian **uka-yara** yawachima
ja esse casa-dono chegar
Então, o dono da casa chega.

Observa-se que os traços de 3ª pessoa de plural feminino expressos no pronome *inu* não são copiados no verbo *eyu* (‘comer’). Isso é confirmado em (259), em que o verbo *eyu* (‘comer’) preserva a mesma forma, apesar de o sujeito estar no singular.

Os exemplos mostram que a entidade é referida por pronome ou por nome sem que haja cópia da informação na morfologia verbal. Dessa forma, obviamente, não há concordância oracional nessa língua. No entanto, por expressar o argumento verbal uma única vez, mostra-se transparente com relação a esse aspecto.

6.4.4 Kaiowá

Observam-se, nos exemplos do kaiowá, casos em que o argumento verbal, expresso lexical ou pronominalmente, é também manifestado no verbo, como no exemplo (260), em que o pronome independente *ʃe* (‘eu’) é retomado por meio do indicador de primeira pessoa do singular *a-*, anexado ao verbo *nũpã* (‘bater’):

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 68)
(260) ‘ʃe aĩ nũ’ pã iʃu ‘pe
ʃe **a**-i-nũpã i-ʃupe
eu 1SG-REL-bater 3-REL-ACUS
Eu bato nele.

Há casos, no entanto, em que o argumento é expresso uma única vez, sem que seus traços sejam copiados no verbo. Os exemplos (166) e (167), retomados a seguir por conveniência, ilustram esses casos, respectivamente, os verbos *apɨ* (‘queimar’) e *nupã* (‘bater’).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 69)
(166) [‘ndɛ ʃeɾa’pɨ]
ne ʃe-ɾ-apɨ
você 1SG-REL-queimar
Você me queimou.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 69)
(167) [ha’ʔe nẽnũ’pã]
haʔe ne-nupã
ele 2_{SG}-bater
Ele te bate.

O kaiowá não apresenta concordância na oração, sendo, portanto, transparente com referência a esse aspecto.

A análise mostra que as quatro línguas, guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá, são transparentes no que se refere ao fenômeno de concordância na oração, já que em nenhuma foi observada a obrigatoriedade de dupla marcação, confirmando a observação de Hengeveld e Leufkens (2018, p. 23) de que a concordância na oração é um fenômeno relativamente raro.

Quadro 7 – Concordância na oração

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Concordância na oração	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

6.5 Concordância de negação

Como vimos na *Fundamentação Teórica,* a negação é um dos fenômenos mais complexos da linguagem humana (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 4). Seguindo Dik (1997, p. 173), os autores afirmam que a negação pode ocorrer mais de uma vez em uma única oração e que uma oração negada pode ser incorporada dentro de outra oração negada. Ocorrência dupla de negação na mesma sentença, segundo autores (HENGEVELD; MACKENZIE, 2018, p. 4), pode ser o resultado de concordância negativa ou pode ser exemplo de verdadeira negação dupla. Nesse último caso, há uma dupla ocorrência de operadores NEG no Nível Interpessoal e no Nível Representacional.

Hengeveld e Mackenzie (2018, p. 3) afirmam que a negação deve ser vista como um fenômeno identificado em todas as camadas interpessoais e representacionais. Dessa forma, essa seção se centrará na descrição da expressão da negação nas línguas da família Tupi-Guarani, um fenômeno complexo e que apresenta dados interessantes para a discussão das relações de escopo e de transparência nessas línguas.

6.5.1 Guajá

Segundo Magalhães (2007, p. 280), a língua guajá apresenta quatro morfemas negativos que se distribuem de acordo com os seguintes critérios: tipo de oração (independente ou dependente); natureza das orações independentes (manipulativas ou não), e o escopo da negação (constituinte ou predicado). Apresenta, ainda, uma palavra independente que significa 'não'. O quadro abaixo apresenta os morfemas negativos e sua distribuição.

Quadro 8 – Morfemas negativos

(*n* =) ... *–í*	predicados independentes e orações principais
ỹ	nominalizações e orações subordinadas
mẽ	orações manipulativas
rawỹ + *ipé*	constituintes
Nawanĩ	resposta livre

Fonte: Magalhães, 2007, p. 280.

A negação de predicados independentes é marcada pelo uso do morfema descontínuo formado por *(n=)* ...-*i*, como em (261) e (262), em que todo o conteúdo lexical, formado por dois Estados-de-coisas, faz parte de uma única expressão de negação.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 280)
(261) **n=**ani-xák-**í**
NEG= 2-ver$_{-NEG}$
Você não (o) viu?

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 281)
(262) **ne**= h-é-**i**
NEG = R_2-gostoso$_{-NEG}$
Não é gostoso.

Em (261) e (262), o morfema descontínuo *(n=)* ...-*i* incide sobre todo o Estado-de-coisas, negando-o. A negação é codificada, no Nível Morfossintático, pelo afixo proclítico *(n*=) e pelo enclítico -*i*, anexados ao predicado:

Há, entretanto, raras ocorrências em que há apenas o sufixo ***-í***, sem a presença do proclítico *n*=, como mostra (263).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 281)
(263) pijã pi-kere-**í** pyhá
vocês 23-dormir$_{-NEG}$ de.noite
Vocês não dormiram de noite.

Magalhães (2007, p. 280) admite a existência de morfema descontínuo para indicar a negação em guajá. Para Leufkens (2015, p. 66), o morfema descontínuo é um circunfixo, já que consiste em duas partes fonologicamente distintas, mas relacionadas a uma única unidade de significado, ou seja, a relação se estabelece entre uma unidade de significado e uma unidade morfossintática cindida em muitas partes; sendo assim, no Nível Morfossintático, trata-se de um afixo que contém duas partes descontínuas. Esse tipo de construção viola o princípio de integridade de domínio, segundo o qual unidades de um mesmo domínio ou camada no Nível Interpessoal e/ou no Nível Representacional devem ocorrer, no Nível Morfossintático, de forma justaposta (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 285). Como veremos adiante, a negação por meio de morfema descontínuo é comum nas línguas aqui analisadas.

A negação em guajá pode também ser efetuada por meio do sufixo *-ỹ* (e seus alomorfes *-y'ým-* e *-y'ỹ*, que ocorrem após temas terminados em consoante, e *-ým-* e *-ỹ*, que ocorrem após temas terminados em vogal), que nega qualquer tipo de nominalização, como (264), em que é negada *iwyr-aha-'ým-a* ('volta'), e (265) em que se nega a oração relativa *ika-pyr-y'ỹm-a a-jká* ('morto').

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 288)

(264)	karaí	iwyr-aha-'**ým**-a	ari-xá tá	are =ka'á	r-ehé
	não.índio	voltar$_{\text{–NMZR–NEG–N}}$	123-ver PROJ	123 =mata	$_{R1}$-sobre

Eu quero ver a não volta dos não-índios na nossa mata.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 288)

(265)	ma'á	ari-xá	tá?	arapahá	ika-pyr-y'**ỹm**-a	a-jká	tá
	que	2-ver	PROJ	veado	matar-$_{\text{NMZR–NEG}}$-N	1-matar	PROJ

O que você vai ver? O veado que não foi morto eu vou matar.

A partícula final *mẽ~amẽ~kamẽ* nega orações manipulativas, isto é, predicados nos modos imperativo e exortativo. O alomorfe *amẽ* ocorre após raízes terminadas por consoante, como em (266), e o alomorfe *kamẽ,* recentemente introduzido na língua, ocorre após raízes terminadas em vogal, como em (267).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 288)

(266)	amẽ	kamará	ti = jo'ók	**amẽ**
	PERM	não.índio	EXO=chorar	PROIB

Não permita que ele chore! ou Ele não pode chorar!

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 288)
(267) ni =mẽ **kamẽ**
2 = marido PROIB
Não tenha marido!

É interessante observar que nas construções permissivas, que resultam da associação da partícula permissiva *amẽ*, de posição inicial, com predicados no modo exortativo, só é possível ocorrer a negação quando o sujeito é de terceira pessoa, como exemplificado em (268):

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 288)
(268) amẽ makaritỹ-a warí r-apek-ahá ti = tũ **kamẽ**
PERM makaritỹ-N guariba R_1-sapecar-NMZR EXO=cheirar PROIB
Makaritỹa não pode cheirar guariba sapecado.

A negação de constituintes específicos dentro de uma oração ocorre por meio da partícula de modalidade epistêmica similitiva *rawỹ*, associada à palavra *ipé*, que talvez seja a posposição *-pé* 'para' com o prefixo relacional de não-contiguidade. Este tipo de construção ocorre sempre que se deseja contrastar um constituinte da oração com outro, como pode ser observado nos exemplos (269), (270) e (271).

a) *rawỹ* + *ipé* negando constituinte verbal:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 289)
(269) a-keré **rawỹ** té i-**pé** xĩ. papé a-japó tapó
1-dormir SIMIL REAL R_2-para PERF papel 1-fazer POS4
kó ha=r-ipá-pe
aqui 1= R_1-casa-LOC
Não era dormindo mesmo que eu estava. Eu estava estudando deitada aqui na minha casa. (lit. 'apesar de parecer que eu estava realmente dormindo, eu estava estudando deitada aqui na minha casa')

b) *rawỹ* + *ipé* negando constituinte adjetival:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 289)
(270) ha=kara'ahỹ **rawỹ** i-**pé** xĩ. ha=r-atỹ nuhu'ũ
1= cansado SIMIL R_2-para PERF 1= R_1-forte CON.EXP
Não é cansada que eu estou! E não é que eu sou forte?!
(lit. 'apesar de parecer cansada, e não é que eu sou forte?!')

c) *rawỹ* + *ipé* negando constituinte nominal:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 289)
(271) kamará **rawỹ** **i-pé** xĩ. jahá xipé kwý jahá
não-índio SIMIL R_2-para PERF eu FOC aí eu
Não é não-índio, sou eu aí (na foto). (lit. apesar de parecer não-índio, sou eu aí (na foto))

Quando em *negação livre*, a partícula interjetiva *nawanĩ* (‘não’) ocorre como a resposta negativa livre para uma pergunta, ou como réplica a uma afirmação incorreta, como exemplificado a seguir:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 289)

(272)	**nawanĩ**,	n=a-jahó-tár-í	jahá
	não	NEG=1-ir-PROJ–NEG	eu
	Não, eu não vou!		

Sendo assim, é possível observar que a língua guajá não manifesta dupla negação. Ela dispõe de um morfema descontínuo, *n*=...-*i*, que nega todo o conteúdo lexical que faz parte de uma única expressão de negação.

Os dados oferecidos por Magalhães (2007, p. 280), no entanto, podem ser reinterpretados, de acordo com a GDF, como segue. O que o autor denomina de “orações manipulativas” e “resposta livre” constitui, na verdade, Atos discursivos. Assim (*k*)*mẽ* é usado em Atos Discursivos com ilocução Imperativa, conforme exemplificam (266) e (267), e *nawanĩ*, constitui o conteúdo proposicional negativo do Ato Discursivo Declarativo, conforme (265).

A negação de constituintes com função pragmática contraste, por outro lado, é indicada por *rawỹ+ ipé*; em outros termos, para se estabelecer um contraste entre conteúdos comunicados, o guajá utiliza essa construção. Esses três tipos de negação ocorrem no Nível Interpessoal, já que se relacionam à interação entre Falante e Ouvinte. “Predicados independentes” e “orações principais”, por outro lado, referem-se à polaridade negativa de Estados-de-coisas independentes, que é indicada por meio do morfema descontínuo (*n* =) ... –*í*, conforme (261) e (262); já constituintes dependentes (nominalizações e orações subordinadas) são indicados pelo sufixo *ỹ*, como em (264) e (265). Trata-se, portanto, do Nível Representacional.

A reinterpretação do Quadro 8 dado por Magalhães (2007, p. 280), sob a perspectiva da GDF, produz o Quadro 9, que mostra que negação nessa língua ocorre em várias camadas dos níveis Interpessoal e Representacional, conforme propõem Hengeveld e Mackenzie (2018). A forma específica da negação de cada camada permite atribuir à língua o traço transparente.

Quadro 9 – Morfemas negativos do guajá

Nível	Camada		Codificação
NI	A	Imp	*(k)mẽ*
		Decl	*nawanĩ*
	C	Contraste	*rawỹ + ipé*
NR	EsCo		(*n* =) ... *–í*
	Constituintes		*ỹ*

Fonte: Elaborado pela autora

6.5.2 Kamaiurá

Seki (2000, p. 329) afirma que, em kamaiurá, distintos morfemas são usados para formar construções negativas. Para negar orações declarativas independentes, o kamaiurá faz uso do morfema descontínuo, um tipo de construção marcada morfologicamente, que como vimos, viola o princípio de integridade de domínio, favorecendo a opacidade.

Em kamaiurá, o morfema descontínuo *n*= ...-*ite* é composto pelo proclítico *n*= iniciando a oração, e *–ite*, por sua vez, afixado ao verbo ou ao nome que ocupa a última posição na oração. A autora observa que *n*=o pode não ser expresso. Oração com predicado verbal (intransitivo ou transitivo) apresenta as duas partículas, como demonstram respectivamente (273) e (274). Já (275) evidencia a possibilidade de não manifestação da partícula proclítica.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(273) **n**=a-etsak-**ite**
NEG=1$_{SG}$-ver$_{–NEG}$
Eu não o vejo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(274) **n**=o-ker-**ite**
$_{NEG}$=3-dormir-$_{NEG}$
Ele não está dormindo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(275) je=r-etsak-**ite**
1$_{SG}$=$_{REL}$-ver-$_{NEG}$
Ele/você não me vê.

A possibilidade de não manifestação da partícula proclítica também se observa em predicações destituídas de verbos (possessivas, existenciais e relacionais), como (276), que expressa as duas formas, e (277) e (278) em que aparece apenas o segundo elemento da construção negativa.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(276) **na**=je=pyr-**ite**
NEG=1SG=casa–NEG
Eu não tenho casa.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 331)
(277) jawar-**ite**
onça–NEG
Não tem/há casa.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 331)
(278) ypawu-a amoete-**ite**
N.PR-N longe–NEG
O ywapu não fica longe.

Construções **existenciais**, por seu turno, são negadas como o uso da partícula *anite/nite* que de modo geral se apresenta em posição inicial, como em (279) e (280)[106]. No entanto, na presença de um constituinte adverbial topicalizado, a partícula *anite/nite* ocupará a segunda posição, como em (281).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 333)
(279) **anite** paku=a pem
NEG paca=N lá
Lá não há paca.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 334)
(280) **nite** je i-jae'o -taw-a ko'
NEG REP 3-chorar-NOM-N FS
Não houve o fato de ela chorar.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 334)
(281) ymawat **anite** jy-a ko=wa
antigamente NEG machado-N FS=MS
Antigamente não havia machado.

A negação de orações **imperativas** ocorre por meio do sufixo exclusivo *–em*, sempre afixado ao verbo em posição final, como em (282) e (283).

[106] Construções existenciais, conforme definido na *Fundamentação teórica*, caracterizam-se por, no Nível Interpessoal, serem constituídas de um Conteúdo Comunicado contendo um único Subato Referencial.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 333)
(282) ere-u'-**em**
2$_{SG}$-comer$_{–NEG}$
Não coma.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(283) ne=r-eakajym-**em**
2$_{SG}$=$_{REL}$-esquecer$_{–NEG}$
Não esqueça.

Por outro lado, orações **exortativas** são negadas por meio do sufixo *–um*, específico da forma, afixado ao verbo, como exemplifica (284).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(284) r=a há-**um**-e =n
$_{EX}$=1$_{SG}$ ir$_{–NEG}$-$_{EP}$ =$_{POT}$
que eu não vá.

O kamaiurá apresenta ainda negação de constituintes por meio da partícula flutuante *rũej*, posposta ao constituinte negado, que, de modo geral, ocorre em posição inicial da oração, como mostra (285). Na verdade, não se tem aqui a negação de constituinte, mas sim de uma predicação classificacional, que, tal como a existencial, é destituída de verbo[107].

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(285) ije **rũej** morerekar-a
eu $_{NEG}$ chefe-$_{N}$
Eu não sou o chefe.

A língua permite ainda negação de **radical** (nominal, adverbial, verbal e posposicional), marcada pelo sufixo *–e'ym*, afixado ao radical, como em (286), em que o sufixo é anexado ao radical nominal *nujakapetsiɳ* ('coelho').

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 335)
(286) nujakapetsiɳ-**e'ym**-a rak o-pot
coelho$_{–NEG}$-$_{N}$ $_{AT}$ 3-pular
Não é coelho o que pulou. (o não-coelho pulou)

[107] Há na Classificação, no Nível Interpessoal, uma relação estabelecida entre um Subato Atributivo e um Referencial, e, no Nível Representacional, o molde predicação consiste em duas unidades semânticas ontologicamente idênticas. A relação é de classificação e as unidades são idênticas pela simples razão de que um indivíduo pode ser classificado apenas como um indivíduo, e não, exceto talvez metaforicamente, como um Estado-de-coisas ou uma Propriedade.

Esse mesmo sufixo *–e'ym* é prefixado a morfemas verbais de modo subjuntivo *-ramuẽ*, (287), podendo aparecer após o sufixo de gerúndio *–m* (e os sufixos nominalizadores), como em (288).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 335)
(287) aman-a kyr-**e'ym**-amuẽ a-há=n
chuva-N cair–NEG-SBJV 1SG-ir=POT
Se não chover, eu vou.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 335)
(288) a-jot we-pyta-m-**e'ym**
1SG-INTR 1SG-ficar-G–NEG
Eu vim para não ficar.

Há em kamaiurá a possibilidade de **negação independente**, por meio da partícula *anite/ite*, que se caracteriza por ser uma resposta a uma pergunta, tal como em (289):

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 335)
(289) A: po i-yk-i
Q 3-chegar-CIRC
Ele chegou?

B: **anite**=rane
NEG=CONT
Ainda não.

Uma análise pouco profunda sugere a existência de dupla negação em (290), que é uma resposta à pergunta "é paca que Sapi matou ontem?" (SEKI, 2000, p. 212), e em (291), resposta à pergunta "Foi cobra que o menino matou?".

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 213)
(290) anite paku-**e'ym**-a rak tapi'ir-a te rake wa
não paca–NEG-N at anta-N F AT MS
Não, não foi paca. Foi anta.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 213)
(291) anite moi-**e'ym**-a rak
não cobra–NEG-NUCL AT
Não, não foi cobra.

Trata-se, segundo Seki (2000, p. 228), de uma oração incompleta, na qual está presente o constituinte interrogado, geralmente acompanhado de partículas de segunda posição ou de

partículas finais. Nesses casos, usa-se *anite* para indicar uma negação, *e-e'ym*, sempre atrelada ao nome, para indicar outra negação. Para a GDF, no entanto, não se trata de uma oração incompleta, mas sim de Atos Discursivos Declarativos distintos, cada qual com sua negação. Os dados apresentados pela autora, quando reanalisados sob o ponto de vista da GDF, podem ser resumidos no Quadro 10.

Quadro 10 – Morfemas negativos do kamaiurá

Nível	Camada		Codificação
NI	A	Imp	*-em*
		Exo	*-um*
		Decl	*anite/ite*
NR	EsCo	propriedade verbal	*(n=)...-ite*
		existencial	*anite*
		classificacional	*rũej*
NM	Palavra		*–e'ym*

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se, portanto, que a língua kamaiurá é muito produtiva na expressão da categoria de negação. A análise mostra que é possível negar diferentes camadas de diferentes níveis: (i) Ato Discursivo, respeitando as diferentes ilocuções; (ii) Estado-de-coisas com propriedade verbal, existencial e classificacional; e (iii) Palavra (nominal ou verbal). Considerando que cada camada é negada de uma forma específica, podemos entender que há transparência com relação a esse fator.

6.5.3 Kokama

Segundo Yopán (2010, p. 530), de uma perspectiva funcional, as orações negativas são um subtipo de orações declarativas. São empregadas principalmente para fazer asserções negativas. Em contraste com frases declarativas positivas, a negação geralmente se aplica a partes de informação sobre as quais há alguma diferença entre a informação pragmática compartilhada pelo Falante e Ouvinte. A língua kokama, segundo Yopán (2010, p. 530), apresenta duas partículas negativas: *ŧima* e *ni*. Na comunicação informal, a distribuição dessas partículas é não regular. O autor (YOPÁN, 2010) observa que há cerca de 276 exemplos com a partícula *ŧima*, enquanto *ni* aparece apenas cerca de 124 vezes. Segundo ele, isso se justifica pelo fato de a partícula *ni* estar relacionada a dialetos e estilos particulares de cada indivíduo e/ou comunidade. Por exemplo, alguns falantes usam ambas as formas, outros evitam

completamente o *ni*, enquanto um único Falante faz uso exclusivo de *ni*.

Para Yopán (2010, p. 531), o morfema *ŧima* é empregado principalmente para negar todo o **período** ou toda a oração, podendo, no entanto, negar advérbios e sintagmas nominais. *Ŧima* tem sua origem no morfema negativo **eʔim* do Tupi-Guarani. Uma caracterização geral de *ŧima* é que seu escopo cobre o (maior) constituinte que imediatamente o segue. Os exemplos de (292) a (297) mostram o escopo que o marcador negativo *ŧima* pode tomar dentro da oração, conforme assinalado em negrito e explicado a seguir.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 531)
(292) **ŧima** ra=tseta eyun
NEG $3_{SG.M}$=querer comida.$_{NMZR}$
Ele não quer comida.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 531)
(293) raepe ipira **ŧima** watari
lá peixe NEG faltar
Lá, peixe não falta.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 531)
(294) yaepe inu **ŧima** eyu tewe
lá $3_{PL.M}$ NEG comer sal
Lá, eles não comem sal.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 531)
(295) **ŧima** mari epe ey=utsu
NEG coisa 2_{PL} comer=$_{FUT}$
Você vai comer nada.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 532)
(296) wata=taka **ŧima** ra ɨwam=uy
ano= $_{UNC}$[108] NEG $3_{SG.M}$ destruir=$_{PST}$
Talvez um ano, não fique destruído.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 532)
(297) ya iriwaka=tsuri **ŧima** era
$3_{SG.F}$ voltar. $_{REI}$[109]= $_{PST}$ NEG bom
Ele voltou doente.

Em (292), *ŧima* aparece no começo, e, portanto, nega toda a oração. Em (293), precede

[108] Não há abreviação correspondente na GDF. Assim, manteremos a glosa do autor. Segundo Yopán (2010, p. 760), UNC indica modalidade da incerteza. (*uncertainty modality*).
[109] Não há abreviação correspondente na GDF. Assim, manteremos a glosa do autor. Segundo Yopán (2010, p. 759), REI indica aspecto reiterativo. (*reiterative aspect*).

o predicado intransitivo, e em (294), o predicado e o argumento Inativo, sugerindo a negação apenas desses constituintes, respectivamente ‘faltar’ e ‘comer sal’. Em (295), o marcador de negação aparece na primeira posição da oração que contém o objeto focalizado na segunda posição, o que indica que o escopo de *tɨma* é o objeto. Em (296) o advérbio *wata* (‘ano’) encontra-se fora do escopo da negação, já que ela antecede o verbo e seu argumento. O exemplo (297) mostra que o alcance de *tɨma* pode ser tão pequeno e específico como o de um predicado. Ao fazer afirmações com construções negativas, o Falante não está comunicando novas informações ao Ouvinte, como pode ser o caso com declarações positivas, mas ele está corrigindo as crenças equivocadas do Ouvinte. Yopán (2010, p. 533) afirma que, em todas as línguas, existe uma conexão entre foco e negação, e em kokama não é diferente. O morfema de foco *=pura* interage com a negação para corrigir os pressupostos do Ouvinte.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 533)

(298)	**tɨma=pura**	ini	utsu	ikian	ɨwɨrati=kuara
	NEG = FOC	1PL	ir	esse	floresta= INESS
	Nós é que não atravessamos essa floresta.				

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 533)

(299)	**tɨma=pura**	ay	ra=tsenu
	NEG = FOC	já	3SG.M=ouvir
	Ele é que já não pode ouvir mais/ele não consegue ouvir.		

Como visto em (298) e (299), a partícula negativa pode carregar o marcador de foco *=pura*. Em todos os casos em que a partícula negativa é seguida por *=pura*, ela ocorre na primeira posição dentro da oração e, portanto, nega toda a predicação.

Há na língua também as construções com *ni*, cuja produtividade é mais limitada do que *tɨma*. Existe a hipótese, segundo Yopan (2010), de que a fonte deste morfema é o **n/ni...i* do Tupi-Guarani. Ao contrário de *tɨma*, que pode negar desde orações até advérbios, *ni* é usado principalmente para negar uma única unidade, geralmente argumentos nucleares da oração, como em (300), em que se nega a única entidade de uma construção existencial *awa* (‘pessoas’); em (301), é negado o argumento de predicado de um lugar; e em (302), o argumento Inativo de uma propriedade de dois lugares.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 533)
(300) wapuru katupen=pura aki tipishka=ka
ship aparecer.$_{NMLZ}$= $_{FOC}$ entrar Tipishka= $_{LOC}$

ni awa emete-puka
$_{NEG}$ pessoas existir-quando
O navio que apareceu entrou no Lago Tipishka onde não há ninguém.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 534)
(301) **ni** kuin=chasu=nu uk~~i~~ri inu apu=tu riay uk~~i~~ri.ari
$_{NEG}$ ese= $_{AFF}$[110]= $_{PL.F}$ dormir 3$_{PL.F}$ chefe= $_{AUG}$ também dormir.$_{PROG}$
Aqueles pobres coitados não dormiram, mas o chefe deles está dormindo.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 534)
(302) parana ts~~i~~ma=ri inu upuka **ni** tuntachiru-yara
rio lateral= $_{DIF}$[111] 3$_{PL.F}$ sair $_{NEG}$ calça-ter
Eles saem pela lateral do rio sem usar calças.

Uma análise semelhante também pode se explicar a exemplos como o de (303), em que *ni* nega a palavra interrogativa "como".

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 534)
(303) **ni** mania ya=tu tawa rejun kun awa
$_{NEG}$ como 3$_{SG.F}$= $_{AUG}$ pegar lança essa pessoa
Não há possibilidade de que ele possa pegar a lança dessa pessoa.

Pela análise dos exemplos, pode-se inferir que *t~~i~~ma* é usado para negação de Estados-de-coisas, e *ni*, para negar constituintes. Os exemplos (304) e (305) confirmam essa inferência, e mostram que a informação marcada por *ni* está dentro do escopo da negação de *t~~i~~ma,* já que em (304) *ni* nega *letra* ('letra'), enquanto *t~~i~~ma* nega toda a predicação; em (305), enquanto *ni* nega *awa* ('pessoa'), *t~~i~~ma* nega a predicação construída com *ikuata* ('contar para alguém').

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 535)
(304) ta **t~~i~~ma** ikua **ni**=wepe letra
1$_{SG.M}$ $_{NEG}$ saber $_{NEG}$ =um letra
Eu não sei ao menos uma letra.

[110] Não há abreviação correspondente na GDF. Assim, manteremos a glosa do autor. Segundo Yopán (2010, p. 759), AFF indica modalidade da afetivo. (affective)
[111] Não há abreviação correspondente na GDF. Assim, manteremos a glosa do autor. Segundo Yopán (2010, p. 759), DIF indica locativo difuso. (*diffuse locative*)

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 535)

(305) **tɨma** t=ikuata **ni**=awa=utsu
NEG $1_{SG.M}$=saber-CAUS NEG=pessoa-FUT
Eu não direi a ninguém.

Os exemplos encontrados no corpus analisado não permitem verificar se kokama apresenta negação de Atos Discursivos, já que todos se referem à negação de Estado-de-coisas ou constituintes de predicação, camadas do Nível Representacional. Os resultados obtidos da análise estão resumidos no Quadro 11.

Quadro 11 – Morfemas negativos do kokama

Nível	Camada		Codificação
NR	EsCo	propriedade verbal	*tɨma*
		constituinte	*ni*

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim sendo, pode-se afirmar que essa língua é transparente com relação à negação, já que há duas formas para negar duas camadas diferentes do Nível Representacional.

6.5.4 Kaiowá

Em kaiowá, a negação é morfológica e, conforme afirma Cardoso (2008, p. 149), envolve a presença do morfema descontínuo *na- ...-i*, que pode negar tanto predicado verbal, como *ɲuka* (‘matar’) em (295), quanto não-verbal, como *wɨʔa* (‘alegre’) em (296).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)

(295) haʔe **n**-o-ɲuka-**i** ɲaɲwarete maʃo
ele NEG-3. (A)-matar- NEG onça macho
Ele não matou a onça macho.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)

(296) ʃe **n**-a-wɨʔa-**i**
eu NEG- 1_{SG}-alegre–NEG
Eu não estou alegre.

Como se vê, o kaiowá, assim como o guajá e o kamaiurá, exprime a negação de predicações por meio de morfema descontínuo, ou seja, *na- ...-i* é um circunfixo, que estabelece uma relação entre uma unidade de significado e uma unidade morfossintática cindida em muitas partes (LEUFKENS, 2015, p. 66).

Um segundo tipo de negação ocorre com a partícula *–anĩ***,** que**,** em geral, ocorre quando o predicado verbal está no modo imperativo, uma vez que o predicado no modo indicativo ou modo subjuntivo é negado pelo morfema descontinuo *-n(a)- ... -i*. O exemplo (297) é um caso de expressão de tal partícula:

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)
(297) ãnĩ ẽɾã'sẽ
anĩ e-ɾasẽ
anĩ $2_{SG.IMP}$-chorar
Não chore.

Cardoso (2008, p. 58) observa, no entanto, que além do morfema descontínuo de negação *na- ...-i* e da partícula *-anĩ*, há também um outro tipo que afeta exclusivamente os nomes: o sufixo *-eʔɨ*, tal como mostra (298), em que osubstantivo *esa* ('olho') é negado:

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)
(298) he'saeʔɨ̃
h-esa-**eʔɨ̃**
$_{REL}$-olho$_{–NEG}$
Sem olho.

Os dados mostram, portanto, que o sistema de negação em kaiowá é complexo, já que envolve três tipos: a partícula *-anĩ* atua no Nível Interpessoal, negando Atos Discursivos Imperativos; já o circunfixo de negação atua no Nível Representacional, escopando Estados-de-coisas. O sufixo *-eʔɨ*, por outro lado, opera no Nível Morfossintático, na camada da Palavra. Há, assim, uma sistematicidade muito clara, que leva à transparência, conforme se observa no Quadro 12.

Quadro 12 – Morfemas negativos do kaiowá

Nível	Camada		Codificação
NI	A	Imp	*–anĩ*
NR	EsCo	propriedade verbal/nominal	*na- ...-i*
NM	Palavra		*-eʔɨ*

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise da negação nos dados das quatro línguas revela que, em guajá, a negação se manifesta por meio de morfema descontínuo, que nega Estados-de-coisas (*n=...-i*) ou constituintes *(rawỹ + ipé*); a negação de nominalizações e orações subordinada ocorre por meio do sufixo (*ỹ*), e de Atos Discursivos por meio de partículas *nawanĩ* e *m*ẽ, respectivamente

imperativo e assertivo. A língua kamaiurá também distingue a negação de várias camadas: Ilocuções de Atos Discursivos, utilizando sufixos *(-em, -um*) ou partículas (*an(ite)*), predicações, por meio de morfema descontínuo (*n=...ite*), partículas (*rũej* e *(a)nite*), e Palavra, por meio de sufixo (*-e'ym*). O kokama utiliza duas partículas: *ŧima* para negar predicações e *ni* para argumentos nucleares da oração. O kaiowá dispõe de três estratégias de negação, o sufixo – *anĩ* para ilocução, morfema descontínuo *-n(a)-*. *-i* para predicações, e o sufixo *-eʔi* para constituintes da predicação. O Quadro 13 resume os resultados e mostra um aspecto interessante: os morfemas descontínuos atuam sempre no Nível Representacional, na camada do Estado-de-coisas.

Quadro 13 – Partículas de negação

Nível	NI	NR		NM
Camada	A	EsCo	constituinte	Palavra
guajá	*Nawanĩ* *(k)mẽ*	(*n* =) ... *–í*	*ỹ* *rawỹ + ipé*	
kamaiurá	*-em, -um,* *anite/ite*	*(n=)...-ite*	*nit, anite,* *rũej*	*-e'ym*
kokama		*ŧima*	*ni*	
kaiowá	*-anĩ*	*-n(a)-... –i*	*-eʔi*	

Fonte: Elaborado pela autora.

Deste modo, a análise do fenômeno de negação revela uma variedade de estratégias e evidencia as relações de escopo de cada uma delas nas línguas analisadas. Todas as línguas apresentam ao menos uma estratégia para negação da predicação, geralmente anexada aos predicados e com escopo sobre todo o Estado-de-coisas. Todas as estratégias encontradas nessas línguas apresentam um alinhamento transparente, tendo em vista que atuam em diferentes camadas dos níveis Interpessoal e Representacional, e, portanto, são codificadas de diferentes modos no Nível Morfossintático. Esses dados corroboram também o estudo de Hengeveld e Mackenzie (2018), que defendem a existência de negação em todas as camadas do Nível Interpessoal e do Nível Representacional. Todas as línguas mostram-se transparentes em relação a esse critério.

Quadro 14 – Concordância de negação

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Concordância de negação	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

6.6 Expletivos

Os expletivos são elementos vazios que, no Nível Morfossintático, ocupam posições obrigatórias para as quais não há nenhum elemento interpessoal ou representacional disponível. Dito de outro modo, são vazios de informação pragmática e semântica (sem contraparte nos níveis mais altos), e apenas preenchem uma posição formal obrigatória de determinada camada. Como vimos anteriormente, Hengeveld e Leufkens (2018, p. 17) destacam a existência de dois tipos de expletivos: os verbais e os nominais. Segundo os autores, os expletivos verbais, de modo geral, têm motivação funcional, ou seja, são usados para suportar especificações de tempo, modo e aspecto nos casos em que não podem ser expressas diretamente em um predicado não-verbal, sendo então representados por cópula suporte, em predicação indicativa de fenômeno da natureza, construções existenciais e predicações com predicados não verbais (construções com propriedade adjetival, nominal ou adiposicional, construções de identificação e de classificação). Os expletivos nominais, por sua vez, são motivados por exigências puramente sintáticas da língua para preencher, em geral, as posições de sujeito ou objeto nos casos em que não há material pragmático ou semântico disponível.

6.6.1 Guajá

A gramática de referência do guajá não apresenta uma seção dedicada à descrição de verbos que indicam fenômenos da natureza e não aborda a questão do uso de elementos expletivos na língua. Em vista disso, as análises foram realizadas com base nos exemplos coletados na gramática.

Segundo Magalhães (2007, p. 158), para designar fenômenos da natureza, a língua apresenta o uso de nomes específicos, como é o caso de *matarahý* (‘escuro’) e *kwarahy* (‘sol’). Observemos o exemplo (299), em que o entardecer é indicado pelo adjetivo *matarahỹ* (‘escuro’) seguido do advérbio *‘á* e da posposição de caso gramatical alativo (que exprime a noção de direção voltada para o exterior). Não há, portanto, uma entidade a que se aplica a propriedade *matarahý* e nem um expletivo nominal para ocupar a posição de argumento.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 101)

(299)	**matarahỹ**	ahá	‘á	pe
	escuro	$_{CTF}$[112]	lá	para
	Ia escurecendo lá.			

[112] Partícula Derivacional Centrífuga

O exemplo (300) é um caso de construção existencial; constituída só da entidade cuja existência é referida. (301), (302) e (303) constituem predicados não verbais, com propriedade de um lugar nominal e adjetival; já (304) exemplifica um caso de construção identificacional.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 246)
(300) kwarahý
sol
(Há) sol.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 243)
(301) jahá papé japo-hár-a
eu papel fazer-$_{NMZR}$-$_{N}$
Eu sou professora. (Lit. *eu fazedora de papel*)

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 243)
(302) h-atỹ
$_{R2}$-ser forte
Ele é forte.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 222)
(303) i-ki.ki-hý
$_{R2}$-$_{RED}$.tímido-$_{INTENS}$
Ele é muito tímido.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 65)
(304) a'é i-mén-a
$_{DEM}$ $_{R2}$-marido-$_{N}$
Ele é o marido dela.

Todos esses casos não apresentam uma palavra verbal para ser suporte de categorias verbais como modo, tempo, aspecto. Em outras palavras, essa língua não dispõe de expletivo verbal (cópula) e nem expletivo nominal. É, portanto, transparente neste aspecto.

6.6.2 Kamaiurá

A gramática de referência do kamaiurá aqui utilizada também não apresenta uma seção dedicada à descrição de verbos indicativos de fenômenos da natureza e não trata de elementos expletivos na língua. Para verificação desse aspecto, foram utilizados exemplos coletados na gramática para explicação de outros fenômenos linguísticos.

O kamaiurá apresenta verbos específicos para designar fenômenos da natureza. Os

exemplos coletados mostram que construções que designam fenômeno da natureza contêm um nome referente na posição de sujeito. Como mostram os exemplos (305) a (309) com o verbo *kyr* (‘chover’), a função de sujeito é preenchida pelo substantivo *aman* (‘chuva’).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 188)
(305) **aman**-a kyr-amue rak n=-há-ite ko’yt
chuva-$_{N}$ chover-$_{SBJV}$ $_{AT}$ $_{NEG}$=1$_{SG}$-ir–$_{NEG}$ $_{FS}$
Choveu, por isso não fui.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 188)
(306) **aman**-a kyr-amue a -pyta hok-ip
chuva-$_{N}$ chover-$_{SBJV}$ 1$_{SG}$ -ficar casa-$_{LOC}$
Quando/enquanto chove fico em casa.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 193)
(307) a-há **aman**-a kyr -amue
1$_{SG}$-ir chuva-$_{N}$ chover -$_{SBJV}$
Eu vou porque está chovendo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 345)
(308) **aman**-a nipe rak o-kyt
chuva-$_{N}$ $_{INF}$ $_{AT}$ 3-chover
Deve ter chovido [ao chegar e ver o chão molhado e outros sinais de chuva].

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 345)
(309) **aman**-a nipe o-kyt=in
chuva-$_{N}$ $_{INF}$ 3-chover=$_{POT}$
Acho que vai chover [ao ver o céu nublado].

Seki (2000, p. 345) observa, porém, que há um verbo *–eko* (‘ser, estar, ficar’), que, além de ocorrer como verbo locativo, funciona também como cópula (expletivo verbal). O verbo *–eko* é flexionado como um verbo intransitivo ativo e sofre os mesmos processos derivacionais. Só é usado como cópula, com o sentido de ‘ser’, quando o sujeito é de primeira e segunda pessoas no modo indicativo, conforme exemplificam (310) e (311).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 71)
(310) kara’iw-a a-**ko**
não-índio-$_{N}$ 1$_{SG\text{-}CÓP}$
Eu sou não índio.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 158)
(311) pajé ere-**ko**
pajé 2SG-COP
Você é pajé.

Porém, tal uso não é obrigatório, como mostra o exemplo (312), em que não há manifestação de *–eko* indicando o verbo ‘ser, estar’.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 75)
(312) kunu’um-a t-uw-a wite
menino-N 3-pai-N COMP
O menino é como o pai dele.

Conforme mostra (313), no entanto, quando se trata da terceira pessoa, é indicado pelo demonstrativo *a’e*, prefixado a *–ram* (atributivo), não há expressão da cópula *eko*. Os exemplos (314) e (315) mostram ainda que, nas construções de predicados não verbais, como as adjetivais e equativas, e sujeito em terceira pessoa, não há o uso de cópula verbal.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 71)
(313) kara’iw-a **a’e**-ram
não-índio-N DEM-ATR
Ele é não-índio.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 67)
(314) i-’ajur-a i-huku
3-pescoço 3-comprido
O pescoço dele é comprido.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 162)
(315) je=tutyr-a Morerekat
1SG=tio-N Chefe
Meu tio é chefe.

Assim, pode-se afirmar que kamaiurá não apresenta expletivos nominais, já que a posição de argumento de verbo (sujeito) é sempre preenchida por elementos lexicais ou pronominais, inclusive na indicação de fenômenos da natureza.

Com relação aos expletivos verbais, em construções com predicados não verbais não há o uso de cópula. Esse expletivo verbal *eko* só ocorre quando o sujeito é de primeira ou segunda pessoa, e não de modo obrigatório.

Entendemos, portanto, que essa língua é transparente em relação a este critério.

6.6.3 Kokama

A gramática do kokama usada para análise também não apresenta uma seção dedicada à descrição de verbos que indicam fenômenos da natureza e não aborda a questão do uso de elementos expletivos na língua. Os exemplos coletados mostram que a posição de sujeito não é preenchida com nomes referentes em construções que designam fenômeno da natureza, conforme exemplificam (316) a (317), com o verbo nominalizado *kanati utsun* (‘manhã’) e *kanatari* (‘nascer do sol’), respectivamente, já que constituem propriedades de zero lugar. Não há, portanto, a existência de expletivo nominal na língua.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 577)
(316) raepe=tsui ay **kanati** **utsun** ra=tsenu
então=$_{ABL}$ já amanhecer ir.$_{NOMZ}$ 3$_{SG.M}$=ouvir

ikian wɨra=kɨra=kana ikara
esse pássaro=$_{DIM}$=$_{PL.M}$ cantar
E então vem a manhã, ele ouve os pássaros cantando.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 577)
(317) ikian wɨra=kɨra=kana ikara ra=tsenu
esse pássaro=$_{DIM}$=$_{PL.M}$ cantar 3$_{SG.M}$=ouvir

kanata-ri utsupuka
nascer do sol-$_{PROG}$ quando
Ele escuta esses pássaros cantarem quando está amanhecendo.

Com relação à presença de expletivo verbal, o exemplo (318) mostra que, em predicações não verbais com propriedade adjetival, não há o uso de expletivos.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 242)
(318) irara tua
canoa ser.grande
A canoa é grande.

Já em construções existenciais, como em (319), retomado por conveniência, são estruturadas com base na palavra *emete*, que pode ser traduzida como *existir*, embora não compartilhe características prototípicas de verbo, como aspecto e sufixos derivacionais. Ocupa sempre a primeira posição na oração antecedendo o sintagma nominal, que contém o referente cuja existência está sendo atribuída. Por não apresentar propriedades verbais somos induzidos

a não interpretá-lo como um expletivo verbal e, portanto, desconsideramos ‘emete’ indicador de existência de manifestação de expletivo no kokama.

Kokama (YOPÁN, 2010, p. 442)

(319)	**emete**	ikian	wayna	kuatiashira-yara-ra	Arirama
	existir	essa	mulher	último.nome-possessivo-VZR	Arirama
	Há uma mulher, seu último nome é Arirama.				

Os dados coletados evidenciam que não há um uso de expletivos nominal em kokama, para preencher a posição de sujeito em construções que indicam fenômeno da natureza. Também não há expletivo verbal, já que o marcador de existência *emete*, em construções existenciais, não se comporta como um elemento verbal. Assim, pode-se afirmar que a língua é transparete em relação a este critério.

6.6.4 Kaiowá

Na análise do kaiowá, foram encontrados apenas dados com predicados não verbais em que a propriedade é adjetival, como em (320), ou propriedade nominal, conforme (321) e (322), em que *awa* (‘índio’) e *pepo* (‘asa’) predicam sobre *haʔe* (‘ele’) e *ŋwɨra* (‘pássaro’), respectivamente. Em nenhuma delas, como se observa, há a ocorrência de um expletivo verbal, veiculando as propriedades de tempo, aspecto, modo, número e pessoa. Kaiowá, portanto, não apresenta expletivos verbais.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 96)

(320)	‘ʃe ndawɨ’ʔai		
	ʃe	**na-wiʔa-i**	
	eu	NEG-1SG-alegre–NEG	
	Eu não sou alegre.		

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 92)

(321)	ha’ʔe ndaha’hei a’va			
	haʔe	**na-haʔe-i**	awa	
	ele	NEG-’ser’–NEG	índio	
	Ele é não-índio.			

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 95)

(322)	gwɨ’ɾa ndaipe’oi	
	ŋwɨra	na-i-**pepo**-i
	pássaro	NEG-REL-asa–NEG
	O pássaro não tem asa/ Pássaro sem asa.	

Com relação aos nominais, não há, na gramática consultada, elementos que nos possibilitem verificar a manifestação deste tipo de fenômeno. Considerando apenas os expletivos verbais, podemos afirmar que a língua é transparente neste critério.

De modo geral, o que é possível observar é que as línguas analisadas da família Tupi-Guarani podem ou não apresentar elementos expletivos. Os fenômenos da natureza são designados por propriedades de zero ou um lugar, sendo o argumento sujeito sempre preenchido, no último caso, por um nome relacionado com o evento descrito. Predicações com predicados não verbais, de modo geral, não apresentam cópula, com exceção do kamaiurá, que usa um expletivo em construções não verbais quando o sujeito é de primeira e segunda pessoas no modo indicativo, mas não obrigatoriamente. O kokama, por seu turno, é uma língua que apresenta um expletivo verbal, representado por *emete*, em construções existenciais.

Quanto a este critério, portanto, as línguas analisadas, em sua maioria, são transparentes por não apresentarem expletivos, ou seja, não há necessidade, na língua, de preenchimento de uma posição obrigatória na estrutura morfossintática por meio de um elemento vazio, que resultaria em uma forma baseada na forma, sem contraparte nos níveis semântico e pragmático.

Quadro 15 – Elementos expletivos

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Elementos expletivos	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

6.7 Gênero gramatical

Paula (2019, p.188) observa que a classificação nominal de gênero pode ser semanticamente motivada nas línguas em situações em que há contraparte semântica que possa motivar a classificação gramatical; ou expressão de gênero que seja autenticamente gramatical em casos em que a expressão é arbitrária, não havendo contrapeso semântico motivador da respectiva classificação em feminino ou masculino.

Assim, pode-se dizer que o gênero semântico é transparente quando a marca formal no nome tem origem na sua significação, de modo que um único traço semântico corresponda a uma única expressão morfossintática em um alinhamento transparente entre os NR e NM. Por outro lado, o gênero gramatical é opaco quando há uma subdivisão arbitrária dos nomes sem considerar sua semântica e, por essa razão, esse gênero é assimilado como uma propriedade inerente do nome, ou seja, “forma baseada na forma”.

6.7.1 Guajá

Segundo Magalhães (2007, p. 138), não há na língua um morfema flexional que diferencie os nomes quanto ao gênero, mas há uma maneira de especificar o sexo de um ser animado, associando ao tema nomes qualificadores que designam se ele se refere a 'macho/homem', *wanihã*, ou a 'fêmea/mulher', *wahý*.

Os nomes qualificadores ocorrem associados a outro nome, designando uma qualidade ou característica. Diferem dos adjetivos por se flexionarem com o sufixo nominal *-a*, próprio de nomes. Em (323) e (324), retomados a seguir, é possível observar o nome qualificador indicador de 'mulher', *wahý*, associado a *awá* 'guajá'; em (325), o nome qualificador é *wanihã*, utilizado para qualificar o filho, item lexical que está, segundo a autora, subentendido pelo contexto discursivo.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 138)

(323)	awá-**wahý**-a	i-kahá	japó
	guajá-mulher-$_{N}$	$_{R2}$-rede	fazer

A mulher guajá faz sua rede.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 138)

(324)	awá-**wahý**-ury-hú-a	kahá	ni=japó-kwá-j
	guajá-mulher-novo-$_{INTS-N}$	rede	$_{NEG}$=fazer-saber–$_{NEG}$

A mulher guajá muito nova não sabe fazer rede.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 138)

(325)	**wanihã**	ari-rú	tá	xíe	Marina	i-pý-a
	homem	2-trazer	$_{PROJ}$	aqui	Marina	$_{R2}$-primeiro-$_{N}$

O (filho) homem você vai trazer aqui, Marina, o primeiro.

Observa-se, de modo geral, que não há marca distintiva de gênero masculino e feminino nos nomes e, portanto, não há expressão de gênero gramatical na língua. O que é possível encontrar é apenas uma espécie de adjetivo que qualifica o nome com relação ao gênero, não sendo obrigatória. Assim, distinções de gênero, quando necessárias, são codificadas por diferentes lexemas. Não havendo marca, a língua é transparente com relação a esse aspecto.

6.7.2 Kamaiurá

Segundo Seki (2000, p. 59), as distinções de gênero, em kamaiurá, não são morfologicamente marcadas nos sintagmas nominais, mas são expressas lexicalmente ou são

inferidas pelo contexto extralinguístico. Certas entidades com o traço [+humano] têm as distinções de gênero indicadas pelo uso de distintos termos, como em (326). Incluem-se entre elas termos (sufixos) designativos de pessoas e de certas relações de parentesco, como mostra (327).

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)

(326)	akwama'e →	homem	kujã →	mulher
	myra →	velho	matyt →	velha

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)

(327)	-up →	pai	-y →	mãe
	-iru →	marido	-emireko →	esposa

O gênero de animais e de indivíduos que exercem certas funções é indicado pelo acréscimo, ao nome, dos termos *akwama'e* ('homem, macho') e *kujã* ('mulher, fêmea'):

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 60)

(328)	jawara **akwama'e** →	onça macho	morerekwat →	chefe
	jawara **kujã** →	onça fêmea	morerekwara **kujã** →	chefe feminino

Os gêneros de certas entidades, como sol, lua, ou mesmo de animais, é inferido nas narrativas, por exemplo, pelo seu papel social ('ser marido, ser esposa') e pelo fato de exercerem atividades definidas culturalmente como sendo próprias de homem ou de mulher. Na língua, há partículas finais de sentenças que indicam o sexo do Falante ("quem está falando"). Seki (2000, p. 100) afirma que as partículas de sexo são um conjunto constituído por duas séries de partículas, uma com formas usadas por Falantes do sexo masculino e outra com formas usadas por Falantes do sexo feminino. Essas partículas são frequentes na conversação, e seus significados não estão totalmente claros.

Quadro 16 – Partículas indicadoras de gênero

Sexo masculino	Sexo feminino
Pa	ma'e
Wa	ø/ra'e
Py	põj
Kwãj	kyn
Já	(he)kyn
Ka	ky

Fonte: Seki (2000, p. 100).

Assim, podemos concluir que kamaiurá não apresenta expressão de gênero gramatical,

mas, quando necessário, distinções de gênero semanticamente motivadas sãocodificadas por diferentes lexemas. Isso dá a esta língua o traço de transparência.

6.7.3 Kokama

Yopán (2000, p. 41) afirma que uma característica marcante do kokama é a existência de certos paradigmas gramaticais que se diferem a depender do sexo do Falante. Isso inclui partículas numéricas, pronomes pessoais, demonstrativos e conectores. A língua distingue o gênero de "quem está falando", e não o gênero de "com quem se está falando". Por exemplo, quando um Falante é solicitado a expressar a seguinte oração "Ela ouviu os cães em nossa fazenda", um homem diria (329), enquanto uma mulher diria (330). Sabemos que (329) foi enunciado por um Falante do sexo masculino porque há a utilização das partículas identificadoras de gênero: *uri*, pronome de 3ª pessoa singular masculino, *ikian*, pronome demonstrativo masculino, *kana*, coletivo de plural masculino e *tana*, 1ª pessoa do plural masculino. Em (330), as partículas são respectivamente, *ay*, *ajan*, *nu* e *penu*, para indicar que o discurso é reproduzido por uma Falante mulher.

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(329)	**uri**	tsenu	**ikian**	yamara=**kana**=uy	**tana**	ku=kuara
	$3_{SG.L.M}$	ouvir	$_{DEM.M}$	dos=$_{PL.M=PST}$	$1_{PL.M}$	fazenda=$_{INESS}$
	Ela ouviu os cachorros na nossa fazenda.					

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(330)	**ay**	tsenu	**ajan**	yamara=**nu**=uy	**penu**	ku=kuara
	$3_{SG.L.M}$	ouvir	$_{DEM.M}$	dos=$_{PL.M=PST}$	$1_{PL.M}$	fazenda=$_{INESS}$
	Ela ouviu os cachorros na nossa fazenda.					

A distinção masculino/feminino é uma característica altamente saliente no discurso do kokama, e os Falantes estão muito conscientes disso. Por causa de sua frequência no discurso, os pronomes são talvez um dos aspectos mais salientes da gramática que reflete esse sistema de gênero. A Tabela 1 resume as diferenças entre a fala masculina e a fala feminina.

Tabela 1 – Discurso feminino x discurso masculino

GLOSS	FS	MS
1 singular	*tsa, etse*	*ta*
1 plural exclusive	*penu*	*tana*
3 singular short form	*ya [ja ~ za]*	*ra*
3 singular long form	*ay*	*uri*
3 singular object	*(=)ay*	*(=)ura*
3 plural	*inu*	*rana*
plural clitic	*=kana*	*=nu*
proximal demonstrative	*ajan*	*ikian*
distal demonstrative	*yukun*	*yukan*
indefinite demonstrative	*yama/yamua*	*rama/ramua*
like this	*ajaya*	*ikiara*
like that	*ya [ja]*	*ria*
also	*yay*	*riay*
but	*iyan*	*urian*
there, then	*yaepe*	*raepe*
after that	*yaepetsui*	*raepetsui*

Fonte: Retirado de Yopán (2007, p. 42).

Conforme apresentado na Tabela 1, existem diferenças na forma de acordo com o gênero para primeira pessoa do singular, terceira pessoa do singular, primeira pessoa do plural exclusivo e terceira pessoa do plural. O uso do conjunto correto de pronomes sinaliza se alguém é um bom Falante ou não, também indica se alguém está no processo de aprender a língua. Observa Yopan (200, p. 42) que os membros da comunidade estão prontos para rir das pessoas – especialmente homens – se ele/ela usa o conjunto incorreto de formas.

Isso não significa, é claro, que os homens nunca usem as formas de fala femininas. Por exemplo, o discurso espontâneo é cheio de citações diretas, e, se os oradores estão citando alguém do sexo oposto, eles têm que mudar para o conjunto apropriado de formas.

O seguinte fragmento de uma história tradicional ilustra isso. O orador da narrativa é um homem, que em um certo ponto – o último pronunciamento neste extrato – cita uma mulher. Durante a narrativa, ele usa consistentemente formas de fala masculina e, por conta da citação, ele muda para formas de fala feminina, incluindo o *ajan* demonstrativo (em vez de *ikian*) e o pronome da primeira pessoa (em vez de *ta*). Imediatamente após a citação, o orador volta para a forma masculina (*ra* ‘terceiro singular’). As partes relevantes estão em negrito no exemplo (331a) e (331b):

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(331a)	**rana**	chikari-**ura**	**ikian**	mima=**kana**
	$3_{PL.M}$	procurar-$3_{SG.M.OB}$	esse.M	animais de estimação $=_{PL.M}$

Eles procuram por ela, esses animais.

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(331b)	temente	**rana**	mama	aytsemeka
	não.existe	$3_{PL.M}$	mamãe	verdade
	A mãe deles não está aqui, de verdade.			

A distinção feminino/masculino é então uma das características tipológicas mais salientes da língua. Curiosamente, este tipo de distinção baseada no gênero também é encontrado em outro idioma considerado Tupi-Guarani, o *awetí* (DRUDE, 2002), em que as distinções aparecem no paradigma dos pronomes, prefixos, dêiticos e léxico.

Portanto, kokama apresenta um sistema de marcação de gênero semanticamente motivado, que é empregado para a expressão de entidades humanas e para identificação de gênero dos Falantes. Dito de outro modo, a língua mantém a relação de um-para-um entre a função e a forma, o que lhe atribui o traço de transparência com relação ao gênero.

6.7.4 Kaiowá

Observa Cardoso (2008, p. 42) que a categoria de gênero é considerada pela tradição gramatical como uma das propriedades que se associa aos nomes. Em kaiowá, bem como ocorre em outras línguas da família Tupi-Guarani, essa associação não se manifesta, uma vez que a distinção entre os gêneros feminino e masculino não é morfologicamente marcada entre os nomes. Geralmente, essa distinção é expressa por intermédio de itens lexicais diferentes, ou ainda, inferidas pelo contexto linguístico ou extralinguístico, como no exemplo em (332):

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(332)	-u →	pai	-sɨ →	mãe
	embireko →	esposa	mena →	esposo
	-aʔɨ →	filho (dito pelo pai)	-adʒɨ →	filha (dito pelo pai)

Outro recurso é expressar essa categoria por meio das palavras *kuɲã* (‘mulher/fêmea’) e *kuĩɲma’ʔe* **(**‘homem/macho’), como em (333) e (334), ou ainda por meio de empréstimo do português ‘macho’, como em (335).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(333)	-mẽmɨ **kuɲã** →filho (pela mãe)	-mẽmɨ **kũɲma’ʔe** →filha (pela mãe)
	-ɲaŋwarete **kũ ɲma’ʔe** →onça macho	-ɲaŋwarete **kuɲã**→onça fêmea

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)
(334) O ĩ paɾakaw **kũɲã**
3 COP papagaio fêmea
Tem papagaio fêmea.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)
(335) haʔe n-o ɲuka-i ɲaŋwaɾete **maʃo**
ele NEG-3 matar–NEG onça macho
Ele não matou a onça macho.

Assim, o que ocorre é a expressão de lexemas distintos para diferenciar entidades semanticamente classificadas como femininas e/ou masculinas. Ou seja, não há evidências de uma marca puramente gramatical, mas sim de uma expressão lexical que é motivada por um traço semântico, mantendo uma relação de transparência entre significado e forma.

Nenhuma das línguas apresenta expressão de gênero gramatical. O que se observa em todas elas, é a expressão de lexemas distintos para diferenciar entidades semanticamente classificadas como femininas e/ou masculinas. As línguas da família Tupi-Guarani apresentam, na verdade, distinções de gênero semanticamente motivadas, e sua marcação depende do sexo biológico da entidade referida, ou seja, não é atribuído sem motivação, como é o caso do gênero gramatical. Assim, as quatro línguas são transparentes no que se refere a esse fenômeno.

Quadro 17 – Gênero Gramatical

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Gênero Gramatical	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

6.8 Acordo sintagmático

Para a GDF, acordo no sintagma nada mais é do que a cópia de determinada propriedade (gênero, número etc.) de um nome para os outros elementos do sintagma (modificadores e determinantes), ou seja, um processo sintático e formal, que, por ser assim, resulta em uma forma sem contraparte nos níveis mais altos (Interpessoal e Representacional), sendo, portanto, forma baseada na forma.

Vejamos como as quatro línguas da família Tupi-Guarani lidam com esse fenômeno.

6.8.1 Guajá

Para analisar se há manifestação de cópia de número nos dados, conforme discutido no capítulo de *Metodologia*, adotamos para a análise da expressão de número, ou seja, da quantificação, a proposta desenvolvida por Câmara et al. (2017). Segundo as autoras, para indicar uma quantidade indefinida os operadores gramaticais são utilizados, ou seja, uma noção geral de mais de um; já para fornecer uma quantidade definida utilizam-se numerais, ou seja, uma informação mais precisa de quantidade. Desse ponto de vista, entende-se que não há opacidade, mas uma relação de um-para-um entre significado e forma, tendo em vista que a quantificação definida é expressa por meios lexicais, enquanto a quantificação indefinida é expressa morfossintaticamente por meios gramaticais ou fonologicamente por meios prosódicos.

Magalhães afirma (2007, p. 148) que, no que se refere à categoria número, não há morfemas em guajá que estabeleçam a diferenciação do singular do plural, a não ser em contextos linguísticos em que o pronome dependente de terceira pessoa plural é associado aos nomes com determinante obrigatório, mas os nomes, nessa língua, podem receber um sufixo que denota coletivo, como será descrito em 5.8.1.1.

6.8.1.1 O sufixo coletivizador -kér-

Segundo Magalhães (2007, p. 148), no guajá, os nomes não são marcados para número, mas ocorre na língua uma distinção similar à de número, isto é, não há realmente uma categoria de plural, mas de coletivo. O sufixo *-kér- ~ -ér-* é o morfema flexional que denota coletivo. Assim um tema nominal como *awa'ý* (‘criança’) marcado por ele, *awa'y-**kér**-a*, não significa simplesmente (‘as crianças’), mas refere-se a um grupo de crianças, isto é ‘criançada’. Isso significa que não há um operador gramatical que marca a diferença entre um representante único de uma entidade e um grupo coerente, como pode ser observado nos exemplos (336) e (337), em que, respectivamente, *wanihãkéra* indica um grupo de homens (‘homenzada’) e *memerér*, um grupo de filhotes (‘filhotada’).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 148)

(336)	awá-	wanihã-	**kér**-a	-i	mymýr-a	pyhý	wỹ
	guajá	homem	COL-N	R^2-	filho-N	pegar	PL

Um grupo de Guajá homens pegaram seus filhos.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 148)
(337) terewé memer-**ér**-a
barata filho-$_{COL-N}$
Um grupo de filhotes de barata.

Para Magalhães (2007), pelo fato de o sufixo coletivizador ser homônimo do sufixo de atualização nominal retrospectiva[113], pode haver ambiguidade, caso o contexto não seja suficiente para esclarecê-la:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 148)
(338) warí memer- **ér**-a
guariba filho-$_{COL-N}$
Filhotes de guariba/o filho (morto) do guariba.

A autora afirma (2007, p. 45) que, no guajá, os numerais estabelecem uma classe lexical independente, cujos membros podem se manifestar tanto como modificadores de sintagmas nominais quanto como núcleos de predicados. Há palavras específicas para os números 'um' e 'dois' e, a partir daí, um operador gramatical para 'mais de dois', que pode combinar-se com partículas, como *taté* e *ra'ó,* que exprimem quantificação. Os numerais são:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 45)
(339) makamutuhũ 'um'
inuhũ 'dois'
ha'í 'mais de dois'

Segundo a autora, os numerais diferem morfologicamente dos nomes, pois não se combinam com sufixo nominal *-a*, nem com os sufixos de atualização nominal, nem com o sufixo do caso locativo. Ela observa tantém que tal diferenciação também ocorre, sintaticamente nos nomes, pois, na função de modificadores, têm maior liberdade de posição, podendo ocorrer antes ou depois do sintagma nominal, sem nenhuma vinculação com ele por meio de prefixos relacionais. Os numerais diferenciam-se também dos advérbios, pois, apesar de ambas as classes ocorrerem como modificadores de sintagmas nominais, somente os numerais podem ser núcleos de predicados intransitivos. Em (340), o numeral *ha'í* ('mais de dois') é modificador do nome *xahú* ('porcão'). O sintagma nominal, entretanto, pode ser

[113] Segundo Magalhães (2007, p. 25), o sufixo de atualização nominal retrospectiva "ocorre em línguas de muitas famílias para distinguir a existência virtual retrospectiva da existência atual e presente, não marcada, é, como a própria definição aponta, um sufixo que ocorre exclusivamente com nomes. Esse sufixo, que tem dois alomorfes no guajá *-ké(r) ~ -e(r),* ocorre com adjetivos e verbos somente quando eles são nominalizados pelo sufixo *-há ~ -ahá ~ -á.*

omitido quando subentendido no contexto discursivo, conforme exemplifica (341), em que ‘carros’ não é expresso:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 45)

(340)	n =iká-j	**ha’í**	xahú-a	anỹ
	NEG =matar–NEG	mais.de.dois	porcão-N	CONJ

Não matou mais de dois porcões.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 45)

(341)	**inuhũ**	in*ẽ*	kwý
	dois	permanecer	ali

Permaneceram dois (carros) ali’ ou ‘permaneceram ali em dois.

Como modificadores, os numerais geralmente precedem o sintagma nominal, como em (341), mas ocorrem depois dele quando exprimem distribuição, conforme evidenciam os exemplos (342) e (343), em que os numerais incidem sobre o nome imediatamente anterior e posterior.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 47)

(342)	ú-ramõ	kamará- anỹ:	kajapó- a, tapirapé-a,	temé-a,	Wajwáj-a
	vir-IMED	índios-CONJ	Kaiapó-N Tapirapé-N	Tembé-N	Waiwái-N
	Xawahỹxí-a,	karipún-a,	janamami-a,	wahý-a	karikaxí-a
	Xaváante-N	Karipúna-N	Yanomám-N	mulher-N	Krikatí-N
	inuhũ	kajwá-wanihã			
	dois	Kaiwá-homem			

E vieram em seguida: os Kaiapó, os Tapirapé, os Tembé, os Waiwái, os Xaváante, os Karipúna, os Yanomámi, duas mulheres Krikatí e um homem Kaiwá.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 47)

(343)	a-jká	xirawanĩ-a	**inuhũ**	xí	Tatusĩ amõ-a iká	anỹ
	1-matar	rolinha-N	dois	IMPF	Tatusĩ outro- N matar	CONJ

Eu matava duas rolinhas e Tatusĩ matava outra.

O que a autora denomina de núcleos de predicados intransitivos, em que o argumento é paciente, refere-se, na verdade, a construções existenciais constituídas de apenas um sintagma nominal, indicativas de existência, como mostram os exemplos de (344) a (346).

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 46)

(344)	**makamutuhũ**	xahú- a
	um	porcão- N

(Tem apenas) um porcão?

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 46)

(345)	**inuhũ**	kahú	r-	pé-	puhú-	a	anỹ
	dois	carro	$_{N}1$-	caminho-	novo-	$_{N}$	$_{CONJ}$

(Tem) duas estradas novas também.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 46)

(346)	**ha'í**	taté	mukurí-a
	mais.de.dois	muito	bacuri- $_{N}$

(Tem) muitos bacuris.

Não há numerais ordinais em guajá. Para indicar ordenamento são utilizadas construções adverbiais formadas por nomes dêiticos de posição combinados com o sufixo locativo *-pe ~ -me*, como exemplifica (345), ou com posposições locativas, como *itarỹ-me* em (347):

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 47)

(347)	warihã	t-**itarỹ-me**	wahý-t- **akwé-pe**
	homem	$_{R}4$-frente-$_{LOC}$	mulher-$_{R}4$-atrás-$_{LOC}$

Homem primeiro, mulher em seguida.

Nos exemplos apresentados, fica evidente a distinção entre quantificação definida e indefinida em guajá, conforme proposto por Câmara et al. (2017). A quantificação definida é expressa por palavras lexicais, os numerais *makamutuhũ* ('um') e *inuhũ* ('dois'); a indefinida, por seu turno, é expressa pela palavra gramatical, o conjuntivo de pluralidade *ha'í* ('mais de dois'), e pelo sufixo coletivizador *-kér- ~ -ér-*. Essas duas formas de marcação mostram que as quantificações definidas e indefinidas são distintas dentro dos níveis, mantendo-se, portanto, a relação de um-para-um entre a função indicada no Nível Representacional e a forma expressa no Nível Morfossintático.

Essas duas formas de marcação mostram que as quantificações definidas e indefinidas, exemplificadas respectivamente em (348) e (349), garantem a relação de um-para-um entre a função indicada nos níveis superiores e a forma.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 46)

(348)	**inuhũ**	kahú	r-	apé-	puhú-	a	anỹ
	dois	carro	$_{N}1$-	caminho-	novo-	$_{N}$	$_{CONJ}$

Tem duas estradas novas também.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 46)

(349) ari-xá kahú r- apé- a nỹ. **ha'í** ra'ó kahú
13-ver carro $_{R}$1- caminho- $_{R}$ $_{CONJ}$ mais.de.dois muitos carro

r- apé- xa'akér- a nỹ
$_{R}$1- caminho- velho-$_{N}$ $_{CONJ}$
E vimos a estrada. E tinha muitas estradas velhas também.

Quanto ao gênero, como já observado, não há um morfema flexional que diferencie os nomes, mas há uma maneira de especificar o sexo de um ser animado, associando ao tema nomes qualificadores que designam se ele se refere a 'macho/homem', *wanihã*, ou a 'fêmea/mulher', *wahý* (MAGALHÃES, 2007, p. 138), como mostram os exemplos (323) a (325), retomados a seguir:

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 138)

(323) awá-wahý-a i-kahá japó
Guajá-mulher-$_{N}$ $_{R2}$-rede fazer
A mulher Guajá faz sua rede.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 138)

(324) awá-wahý-ury-hú-a kahá ni=japó-kwá-j
Guajá-mulher-novo-$_{INTS-N}$ rede $_{NEG}$=fazer-saber–$_{NEG}$
A mulher Guajá muito nova não sabe fazer rede.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 138)

(325) wanihã ari-rú tá xíe Marina i-pý-a
homem 2-trazer $_{PROJ}$ aqui Marina $_{R2}$-primeiro-N
O (filho) homem você vai trazer aqui, Marina, o primeiro.

Como não há marca distintiva de gênero masculino e feminino nos nomes, não há expressão de gênero gramatical na língua. Portanto, não há acordo no que se refere à categoria de gênero gramatical na língua.

A classe dos adjetivos diferencia-se morfológica e sintaticamente da classe dos nomes e da classe dos verbos. Como é possível observar em (350), dentro do sintagma, não há qualquer tipo de marcação de gênero, número ou caso que seja copiada nos demais elementos. O adjetivo *mukú* ('comprida') não apresenta qualquer traço de cópia em relação ao nome *taký* ('faca').

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 22)

(350) a-pyhý **ha=taký-mukú-a** rí
2/$_{IMP}$-pegar 1=faca-comprida-$_{N}$ logo
Pegue logo a minha faca comprida!

A forma do adjetivo permanece a mesma, seja o nome masculino ou feminino, singular ou plural, não havendo cópia de traços nos modificadores. Assim, os exemplos mostram que guajá não apresenta acordo no sintagma, sendo, portanto, transparente nesse critério.

6.8.2 Kamaiurá

De acordo com Seki (2000, p. 319), na língua kamaiurá, distintos recursos são utilizados para exprimir quantificação: "(i) palavras para números e quantificadores que funcionam como adverbiais, (ii) elementos verbais tipo descritivos, (iii) partículas flutuantes; (iv) raízes sufixadas ao verbo; (v) reduplicação." O que nos interessa, entretanto, é apenas (i), porque trata da quantificação definida e indefinida, objeto dessa seção.

Como se observa, os exemplos (351) e (352) expressam quantificação definida, e o exemplo (353), por sua vez, expressa quantificação indefinida, por meio do operador universal *wetep* 'todos', associado, não como determinante mas com propriedade de advérbio, ao item contável da construção, que pode ser o nominal na função de sujeito ou de objeto, ou ainda o evento.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 319)

(351)	**mokõj**	kunu'um-a	o-yk
	dois	menino-$_{N}$	3-chegar
	Dois meninos chegaram.		

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 319)

(352)	**mo'apyt**	moytsowy-a	r-iru-a	a-mepy
	três	miçanga - $_{N}$	$_{REL}$-pacote-$_{N}$	1$_{SG}$-comprar
	Eu comprei três pacotes de miçanga.			

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 320)

(353)	**wetep**	ij-yk-awa-w
	QUANT	3-chegar-$_{PL\text{-}CIRC}$
	Todos vieram.	

Esses elementos podem ocorrer em posição não adjacente ao nome, como em (354). Em determinadas condições, o numeral pode vir sozinho, sendo a referência ao item a que se relaciona recuperada pelo contexto, conforme (355), em que o item recuperado é *ataeny-a* ('luz').

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 319)
(354) yrypary-a a-pyhyk **mokõj**
cesta-$_{N}$ 1$_{SG}$-pegar dois
Eu pego duas cestas.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 319)
(355) awiãw- a r -ataeny -a wite okoj **mokõj** i-pepo katy
avião- $_{N}$ $_{REL}$- -luz -$_{N}$ $_{COMP}$ $_{DEIT}$ dois 3-asa $_{DIR}$
Era como luzes de avião aquilo: duas na direção das asas.

Nota-se, pelos exemplos, que a língua kamaiurá não apresenta acordo no sintagma, pois a informação numérica não é copiada no constituinte a que se refere: *kunu'um-a* (‘menino’) e *yrypary-a* (‘cesta’), respectivamente em (351) e (354), e *moytsowy-a* (‘miçanga’) em (352).

É relevante ressaltar que a língua kamaiurá assinala quantificação indefinida (plural) por distintos recursos: (i) sufixos *–met ~ -et* e *–meret* (forma reduplicada), como no exemplo (356); (ii) sufixo *–het ~-et*, formalmente idêntico ao sufixo de passado nominal. Esse sufixo acrescenta-se também aos pronomes de primeira e segunda pessoa do plural, como mostra (357); (iii) sufixo *–wet*, registrado somente com a palavra *tamyj* (‘avô’), com o sentido de antepassado, como em (358); e (iv) nasalização da consoante final, inclusive do sufixo coletivo, em termos designativos de parentesco, como em (359):

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)
(356) kunu'um ‘menino’ → kunu'um – **et** ‘os meninos’
kujã ‘mulher’ → kujã-**meret** ‘as mulheres’

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)
(357) je=re'yj ‘meu companheiro’ → je=re'yi-**het** ‘meus companheiros’

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)
(358) tamyj ‘avô’ → tamyj-**wet** ‘antepassados’

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)
(359) i-tutyp ‘tio dele’ → i-**tutyn** ‘os tios deles’

Não há, portanto, dupla marcação ou cópia da informação, mas a expressão de duas noções semânticas distintas: a quantidade definida, expressa pelos itens lexicais indicando numeral, e a quantidade indefinida, expressa por itens como *wetep*. Desse modo, não há opacidade bem como não há cópia e, portanto, acordo no sintagma.

Quanto à marcação de gênero, como já observado anteriormente, as distinções não são morfologicamente marcadas nos nominais, mas são expressas lexicalmente ou são inferidas

pelo contexto extralinguístico (SEKI, 2000, p. 59), como nos exemplos retomados a seguir:

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)
(360) akwama'e → homem kujã → mulher
myra → velho matyt → velha

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 59)
(361) -up → pai -y → mãe
-iru → marido -emireko → esposa

O gênero de animais e de indivíduos que exercem certas funções é indicado pelo acréscimo, ao nome, dos termos *akwama'e* ('homem, macho') e *kujã* ('mulher, fêmea'):

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 60)
(362) jawara akwama'e → onça macho morerekwat → chefe
jawara kujã → onça fêmea morerekwara kujã → chefe feminino

Assim, podemos concluir que não há expressão de gênero gramatical na língua, uma vez que distinções de gênero são semanticamente motivadas, não havendo, por isso, cópia desta propriedade nos constituintes do sintagma, o que lhe atribui a transparência.

Seki (2000, p. 67) afirma que, na língua, há uma classe intitulada "verbo descritivo", que funcionam como os adjetivos das línguas indo-europeias. Nos exemplos (363) e (364), o "verbo descritivo" está na posição de predicado e não dentro de um sintagma, o que inviabiliza a análise desse critério em kamaiurá.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 67)
(363) i-'ajur-a **i-huku**
3-pescoço 3-comprido
O pescoço dele é comprido.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 68)
(364) i-**katu**-ma'e -a pe-ko
3-bom-$_{NOM}$ 2$_{PL}$ $_{COP}$
Vocês são bons.

Concluímos, então, que kamaiurá é transparente e não apresenta o fenômeno de acordo no sintagma, tanto relativo ao gênero quanto ao número. Com respeito ao número, dentro do sintagma, há expressão de duas noções semânticas distintas: a quantidade definida, expressa pelos itens lexicais indicando numeral, e a quantidade indefinida, expressa por itens como

wetep, mas não há cópia dessas propriedades.

6.8.3 Kokama

Segundo Yopan (210, p. 265), a função principal de números é serem determinantes do substantivo que eles precedem. Caso o número de modificação for superior a ‘um’, o substantivo modificado não tem que, necessariamente e obrigatoriamente, ser marcado como plural. Em alguns casos, todavia, numerais e plural coocorrem. Afirma o autor que esse fenômeno tem a ver com dialetos particulares e, talvez, com a interferência do espanhol. Por exemplo, Falantes têm produzido frases como as apresentadas em (365), (366) e (367), em que o clítico de plural *kana* é acrescentado ao substantivo para reforçar quantidade acima de um, respectivamente *kuniati* (‘jovem garota’), *ka kuchi* (‘porco’) e *ayuma* (‘cunhado’).

Kokama (YOPAN, 2010, p. 265)
(365) **mukuika** kuniati=**kana**
duas jovens garotas=$_{PL}$
duas jovens garotas.

Kokama (YOPAN, 2010, p. 265)
(366) **mutsapiri** ka kuchi=tu=**kana**
três porcos=$_{AUG}$=$_{PL}$
três porcos.

Kokama (YOPAN, 2010, p. 265)
(367) **mukuika** ayuma=**kana**
dois cunhados=$_{PL}$
dois cunhados.

As espécies de substantivos que são passíveis de sofrerem modificações por meio de números variam semanticamente, de seres animados *napitsara* (‘homem’), *mɨmɨrakunia* (‘filha da mulher’), (‘amigo/irmão’), *irua* ou *inia* (‘tipo de peixe’) e inanimados etc., a substantivos com interpretações temporais, tal como *wata* (‘ano’), *ikuashi/kuashi* (‘sol/dia’), *yatsɨ* (‘lua/mês’), ou empréstimos espanhóis como *semana*, *hora*, *especialista* ‘consultor’ etc. Um caso de ser animado *ɨ* (‘criança’) é exemplificado em (368); inanimado *nanin* (‘buraco’), em (369); indicadores de tempo *kuashi* (‘dias’) e *wata* (‘anos’) em (370) e (371).

Kokama (YOPÁN, p. 267)
(368) ta umi **wepe** i̶ ki̶ ratsen yami̶ mapan
1SG.M ver uma criança estar triste CPLNZR/REL
Eu vejo uma criança cheia de tristeza.

Kokama (YOPÁN, p. 267)
(369) **mutsapi̶ri̶** ka **nanin** kuakuaran=ki̶ra r=umi
três apenas ser.vazio NMZR=DIM 3SG.M=ver
Apenas três pequenos buracos ele vê.

Kokama (YOPÁN, p. 267)
(370) **mukuika** **kuashi** na i̶yi̶ ta na meu=utsu
dois dias 2SG tostar CAU 2SG torta=FUT
Por dois dias, você irá tostar sua torta.

Kokama (YOPÁN, p. 276)
(371) ay wayna aypan, **mukuika** **chunka** **wata** etse
ja mulher crescer.NMZR dois dez anos 1SG.F
Eu cresci (me tornei) uma mulher. Eu já tenho 20 anos.

Em construções de predicados não verbais, no entanto, o numeral aparece em posição inicial, e o substantivo recebe o clítico de plural, *nu* e *kana*, como mostram (372) e (373). Há, nesse caso, a marcação da quantificação definida pelo numeral e da indefinida pelo clítico.

Kokama (YOPÁN, p. 276)
(372) **pichka** tsa=mi̶mi̶ ra=**nu**,
cinco 1SG.F=mulheres filhos=PL.F
Eu tenho cinco filhas.

Kokama (YOPÁN, p. 276)
(373) **iruaka** ra tsuwi=ki̶ra=**kana**
quatro 3SG.M rabos=DIM=PL.M
Ele/ela tem quatro pequenos rabos.

Apesar de haver dupla marcação de quantidade, não há obrigatoriedade. Desse modo, há opacidade, já que ora pode (cf. (372) e (373)), ora não marcar quantidade.

A análise mostra que não se pode dizer que kokama apresenta acordo de número, uma vez que não são copiadas no núcleo nominal a quantidade definida (que é expressa por meio de numerais independentes) nem a indefinida (expressa por meio de clíticos).

Em kokama, uma vez que o gênero é semanticamente motivado, conforme mostram (374) e (375), retomados por conveniência, não há marcação gramatical, e, portanto, não há cópia dessa propriedade dentro do sintagma.

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(374)	**uri**	tsenu	**ikian**	yamara=kana=uy	**tana**	ku=kuara
	3SG.L.M	ouvir	DEM.M	dos=PL.M=PST	1PL.M	fazenda=INESS

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(375)	**ay**	tsenu	**ajan**	yamara=**nu**=uy	**penu**	ku=kuara
	3SG.L.M	ouvir	DEM.F	dos=PL.M=PST	1PL.F	fazenda=INESS

Encontramos, em kokama, uma classe de palavras descritivas (VALLEJOS, 2004), que expressam significados típicos de adjetivos, mas não se comportam de maneira que justifique chamá-las de adjetivos, conforme (376) e (377). Trata-se, na verdade, de predicações não verbais, cuja propriedade se aplica a um núcleo lexical. Esses fatos inviabilizam a análise desse critério.

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(376)	ra	tseweka=pura=tu	**tua**
	3SG.M	barriga=FOC=AUG	ser.grande
	Sua barriga é grande.		

Kokama (YOPÁN, 2007, p. 42)

(377)	ajan	kaitsuma	**tse**
	essa	cerveja de mandioca	ser.doce
	Essa cerveja de mandioca é doce.		

Portanto, kokama não apresenta o fenômeno de acordo no sintagma, nem com relação ao gênero, nem com relação ao número. A classe de adjetivos não apresenta marcas distintivas para gênero e número, de tal modo que, dentro do sintagma nominal, não há cópia dessas informações do nome para o modificador.

6.8.4 Kaiowá

De acordo com Cardoso (2008, p. 41), alguns nomes e pronomes pessoais livres do kaiowá são caracterizados pela categoria de número, com a propriedade plural indicada pela partícula [*kweɾɨ ~ kweɾa ~ŋweɾa*], ou seja, a quantidade indefinida é codificada por morfema que se prende ao radical, conforme mostram os exemplos de (378) a (381).[114]

[114] Cardoso (2008, p. 42) afirma que o professor indígena da Escola Ara PorâErnesto Fernandes Ortiz, ao ser questionado sobre a variação entre [*kweɾɨ ~kweɾa*], que a forma de palavra *kweɾɨ* é mais usada pelos Falantes kaiowá e que a outra forma disponível, *kweɾ, a*, é preferida pelos Nhandewa (Guarani, autodenominação).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)
(378) piɾa **kwɛ'ɾɨ**
piɾa kweɾɨ
peixe PL
peixes

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)
(379) mĩ'tãŋg k**we'ɾa**
mitã kweɾa
criança PL
crianças

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 270)
(380) ha upe ɾupi oikwaasẽ ɾãmõ kweɾɨ
ha upe ɾupi o-i-kwaa-se ɾãmõ aluno **kweɾɨ**
e isso POST 3PL-DIR-saber-DESID[115] SBJV aluno PL
e por isso, os alunos querem saber.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 270)
(381) ãĩ ɾupi ɾamo odʒepota ɾamõ mitã kuɲã kweɾɨ ɾehe
aĩ ɾupi ɾamõ o-ɲe-pota ɾamõ mĩtã kuɲã **kweɾɨ** ɾehe
agora POST SBJV 3PL-REFL-encarnar SBJV criança F PL POST
de hoje em diante, se encarnar nas meninas (moças).

Quantidade indefinida é também expressa por palavras quantificadoras, *(h)eta* ('muito(s), muita(s)'). As duas formas indicativas de quantidade indefinida podem ocorrer simultaneamente, como em (382), em que partícula de plural segue o nome *tɛʔɨɲ* ('índio') e é seguido pela palavra quantificadora *heta.*

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 85)
(382) ɲa~nde te'ʔɨj 'kwɛɾa he'ta ave dʒaɾe'ko ɾi'ɾɛ ɨ'wɨ dʒawɨ ʔave a'ɾã mo'ʔã
ɲanẽ tɛʔɨɲ **kweɾa** **heta** awe ɲa-ɾe-ko
nós índio PL muito também 1PL-CAUS-COMIT.ter

ɾiɾe ɨwɨ ɲa-wɨʔa-we aɾã moʔã
CONS[116] terra 1PL-feliz-INT FUT.HIP[117] FUT.REM
Somos muitos índios também, se fizéssemos estar (se ficássemos) com a terra, seríamos mais felizes.

A quantidade definida, por seu turno, é expressa por meio de numerais, conforme apresenta o Quadro 18:

[115] Morfema desiderativo.
[116] Segundo Cardoso (2008), indica "consecutivo".
[117] Futuro hipotético.

Quadro 18 – Os numerais em kaiowá

NUMERAIS	TRADUÇÃO
petẽ'ʔĩ	'um'
mõ'kõj̃	'dois'
mboha'pɨ	'três'
irũ'ndɨ	'quatro'
teɨowa, teŋo'ʔa	'cinco'
tɨnĩ'ũ, tinĩrũj	'seis'

Fonte: Adaptado de Cardoso (2008, p. 57).

No exemplo (383), é possível observar como a língua expressa quantificação definida. Nesse exemplo, *tɨnĩɾũŋ* indica o numeral seis. Já em (384), uma vez que a língua não dispõe de itens único para expressar quantidades acima de seis, os Falantes utilizam do artifício de multiplicação e somatória para chegarem ao resultado numeral de que precisam. No exemplo em questão, o falante usa o numeral *mõkõŋ* ('dois'), multiplicado por dois, expresso por *mẽ*, somado do numeral *mohapɨ* ('três'). Dessa maneira, é possível obter o resultado marcado entre parênteses, ou seja, 'sete'. Destarte, o sistema numérico se constitui em seis itens que podem atuar também como multiplicativos, quando afixados pelo sufixo dual *mẽ*, e somatórios, quando ocorrem com os sufixo *-we* 'intensificador' e, opcionalmente, pelo morfema *-mã* ('pontual').

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 57)
(383) ʃe'ɾaj õi tɨnĩ'ɾũj
ʃe=ɾaŋ oĩ-**tɨnĩrũŋ**
1_{SG}-dente 3-ser.seis
Meus dentes são seis.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 57)
(384) mõ'kõjmẽ mbɔha'pɨ ' we ma
mõkõŋ-mẽ **mohapɨ**-we mã
dois-DUAL três-INT PUNCT
Duas vezes dois, mais três (sete).

Os exemplos revelam que kaiowá utiliza formas distintas para expressar os dois tipos de quantificação: partículas pluralizadoras [*kwerɨ ~ kwera ~ŋwera*] para quantidade indefinida e numerais para quantidade definida, o que indica haver transparência na indicação de quantificação.

No gênero gramatical, por sua vez, como já observado anteriormente, a distinção entre os gêneros feminino e masculino não apresenta marcação morfológica entre os nomes. Ordinariamente, essa diferenciação é manifestada por entremeio de itens lexicais diversos, ou ainda, deduzidas pelo contexto linguístico ou extralinguístico, como nos exemplos retomados a seguir por conveniência.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(385)	-u	→ pai		-sɨ →	mãe
	embireko	→ esposa		mena →	esposo
	-aʔɨ	→ filho (dito pelo pai)		-adʒɨ →	filha (dito pelo pai)

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(386)	-ɲaŋwaɾete kũ ɲma'ʔe→		onça macho
	-ɲaŋwaɾete kuɲã→		onça fêmea

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(387)	O	ĩ	paɾakaw	**kũɲã**
	3	COP	papagaio	fêmea
	Tem papagaio fêmea.			

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(388)	haʔe	n-o	ɲuka-i	ɲaŋwaɾete	**maʃo**
	ele	NEG-3	matar–NEG	onça	macho
	Ele não matou a onça macho.				

Como não há marca distintiva de gênero nos nomes, não há cópia dessa propriedade dentro do sintagma, mantendo-se a relação de um-para-um entre significado e forma.

Segundo Cardoso (2008, p. 42), o kaiowá não difere verbos de "adjetivos', uma vez que os itens lexicais exercem a função de predicado, como (389) e (390), não recebendo qualquer marca de gênero ou número. Esse fator impossibilita a análise desse critério.

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(389)	'ʃe awɟʔa	
	'ʃe	a-wɟʔa
	Eu	1_{SG}-alegre
	Eu estou alegre.	

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 42)

(390)	'ʃe ʃeporã	
	'ʃe	ʃe-porã
	eu	1_{SG}-bom
	Eu sou (estou) bom (bem).	

Kaiowá não apresenta o fenômeno de acordo no sintagma relativo à expressão de gênero e número, ou seja, não há uma cópia de informação, portanto, há transparência relativa a esse critério.

Relacionado aos critérios de gênero gramatical e referência cruzada, analisamos, portanto, o critério de acordo no sintagma, que se refere à cópia de traços do núcleo nos demais

constituintes do sintagma. Observamos, nos dados coletados, que todas as línguas são também transparentes por não apresentarem operação de cópia. Conforme discutido no critério de gênero gramatical, as línguas da família Tupi-Guarani não marcam gênero gramatical e, portanto, não há cópia desse traço dentro do sintagma. A análise da concordância de número revela que, quando ocorre a marcação de quantidade definida e/ou indefinida, cada uma é marcada apenas uma vez no sintagma, ou seja, o traço de plural, por exemplo, é marcado apenas no núcleo ou apenas ao final do sintagma, ocorrendo uma única vez. Com relação ao emprego de modificadores, as línguas contam com verbos atributivos que cumprem a função de modificadores do nome. De modo geral, portanto, não há marcação de nenhum traço do nome, isto é, essas categorias aparecem "descobertas" no sintagma, sem qualquer marcação que indique gênero, número, caso etc.

Quadro 19 – Acordo sintagmático

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Acordo sintagmático	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

6.9 Descontinuidade

De modo geral, é esperado que, em uma língua transparente, aquilo que constitui um conjunto nos níveis mais altos seja expresso em conjunto, sem interrupção, nos níveis formais. Desse modo, de acordo com Leufkens (2015, p. 63), a descontinuidade diz respeito a violações de integridade do domínio, que resultam em unidades morfossintáticas ou fonológicas incompletas ou fragmentadas. As relações ocorrem, então, entre uma única unidade de significado e uma unidade morfossintática que é dividida em várias partes, resultando em uma relação opaca entre uma unidade de significado e duas ou mais unidades morfossintaticamente incompletas.

Em outras palavras, a descontinuidade se refere à quebra da integridade de domínio na relação entre os níveis de formulação, Nível Interpessoal e Nível Representacional, e os níveis de codificação, Nível Morfológico e Nível Fonológico. Assim, ocorre descontinuidade quando uma mesma unidade pragmática ou semântica é codificada de modo fragmentado nos níveis mais baixos, Nível Morfológico e Nível Fonológico, resultando em uma relação de um-para-muitos.

6.9.1 Guajá

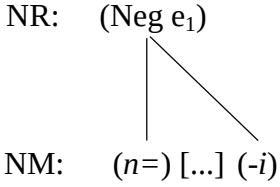
A descontinuidade é encontrada na língua guajá, como vimos, na expressão da negação, uma vez que a negação de predicados independentes é marcada pelo uso do morfema descontínuo formado por *(n=) ...-i*, que Leufkens (2015, p. 66) considera um circunfixo, já que consiste em duas partes fonologicamente distintas, mas relacionadas a uma única unidade de significado. Assim, o operador de polaridade negativa, enquanto unidade de significado, é codificado, no Nível Morfológico, por um afixo que contém duas partes descontínuas. Esse tipo de construção viola o princípio de integridade de domínio, segundo o qual unidades de um mesmo domínio ou camada nos Nível Interpessoal e/ou Nível Representacional devem ocorrer, no Nível Morfossintático, de forma justaposta (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 285). De acordo com Leufkens (2015, p. 63), os exemplos (391) e (392), retomados por conveniência, são casos de descontinuidade, em que se estabelece uma relação entre uma unidade de significado e uma unidade morfossintática em muitas partes.

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 280)
(391) **n=**ani-xák-**í**
NEG= 2-ver$_{-NEG}$
Você não (o) viu?

Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 281)
(392) **ne**= h-é-**i**
NEG = R_2-gostoso$_{-NEG}$
Não é gostoso.

Dessa forma, o morfema descontínuo *(n=) ...-i* incide sobre todo o Estado-de-coisas, negando-o. Em outras palavras, no Nível Representacional, o operador de negação atua na camada do Estado-de-coisas e é codificado, no Nível Morfossintático, pelo prefixo *(n=)* e pelo sufixo *-i*, anexado ao predicado, conforme se representa em (393):

(393)



A presença de um circunfixo no sistema de negação do guajá atribui à língua o traço de opacidade.

6.9.2 Kamaiurá

Em kamaiurá, há também a presença do morfema descontínuo *n*= ...*-ite*, com o proclítico *n*= iniciando a oração, e *–ite*, por sua vez, afixado ao verbo ou ao nome que ocupa a última posição da oração, embora, como observa Seki (2000, p. 330), o proclítico *n*=o pode não ser expresso. Oração com predicado verbal (transitivo ou intransitivo) apresenta as duas partículas, como demonstram respectivamente (394) e (395), retomados por conveniência. Já a construção transitiva em (396) evidencia a possibilidade de não manifestação da partícula proclítica.

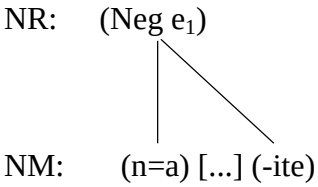
Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(394) **n**=a-etsak-**ite**
NEG=1_{SG}-ver$_{–NEG}$
Eu não o vejo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(395) **n**=o-ker-**ite**
$_{NEG}$=3-dormir-$_{NEG}$
Ele não está dormindo.

Kamaiurá (SEKI, 2000, p. 330)
(396) je=r-etsak-**ite**
1_{SG}=$_{REL}$-ver- $_{NEG}$
Ele/você não me vê.

Assim, uma única negação, no Nível Representacional, é expressa, no Nível Morfossintático, com uma unidade descontínua, conforme representado em (397):

(397)



Dessa forma, a presença de um circunfixo no sistema de negação do kamaiurá é um traço de opacidade na língua.

6.9.3 Kokama

Kokama, diferentemente de guajá e kamaiurá, não apresenta morfema descontínuo para negação. Há dois morfemas de negação: *ni*, cuja produtividade é limitada, e é usado principalmente para negar uma única unidade, e *ŧima*, mais produtivo, já que pode negar desde orações até advérbios. Existe a hipótese, segundo Yopan (2010), de que a fonte deste morfema seja o **n/ni...i* do Tupi-Guarani, que, no entanto, já não aparece na língua.

Assim, a negação, no Nível Representacional, é expressa, no Nível Morfossintático, como um único morfema, conforme se representa em (398). A ausência de um circunfixo no sistema de negação do kokama é um traço de transparência na língua.

(398) NR: (Neg e_1)

NM: (ni)

6.9.4 Kaiowá

De acordo com Cardoso (2008, p. 58), o kaiowá apresenta, assim como o guajá e o kamaiurá, um morfema descontínuo de negação *na- ...-i*, que pode negar tanto predicado verbal, como *ɲuka* (‘matar’) em (399), quanto não-verbal, como *wɨʔa* (‘alegre’) em (400).

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)

(399)	haʔe	**n**-o-ɲuka-**i**	ɲaɲwarete	maʃo
	ele	NEG-3. (A)-matar- NEG	onça	macho
	Ele não matou a onça macho.			

Kaiowá (CARDOSO, 2008, p. 149)

(400)	ʃe	**n**-a-wɨʔa-**i**
	eu	NEG- 1_{SG}-alegre–NEG
	Eu não estou alegre.	

Portanto, como se vê, o kaiowá, assim como o guajá e o kamaiurá, exprime a negação de predicações por meio de morfema descontínuo *na- ...-i*, que é um circunfixo que estabelece uma relação entre uma unidade de significado e uma unidade morfossintática cindida em muitas partes (LEUFKENS, 2015, p. 66).

A descontinuidade é atestada em três línguas – guajá, kamaiurá e kaiowá – que apresentam circunfixos na expressão da negação, já que há quebra de integridade de domínio na relação entre os níveis, o que impede o alinhamento transparente nas línguas. Isso, no entanto, não se verifica em kokama, já que a negação é codificada apenas por um único morfema.

Quadro 20 – Descontinuidade

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kokama**	**Kaiowá**
Descontinuidade	+	+	-	+

Fonte: Elaborado pela autora.

7 CONCLUSÃO

A análise das quatro línguas da família Tupi-Guarani (guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá), de acordo com a observação da manifestação ou não dos fenômenos linguísticos selecionados, permite resumir os resultados no Quadro 21, em que os sinais positivos (+) representam a presença do fenômeno na língua, sendo ela opaca com relação ao critério; os sinais negativos (-) representam a ausência do fenômeno na língua, sendo ela transparente em relação ao critério; e "não se aplica" (na) representa que não foi verificado o fenômeno na língua analisada.

Quadro 21 – Síntese dos critérios analisados

Critérios	**Línguas**			
	Guajá	**Kamaiurá**	**Kaiowá**	**Kokama**
Aposição	+	+	?	+
Referência cruzada	+	+	+	-
Descontinuidade	+	+	+	-
Expletivos	-	-	-	-
Concordância oracional	-	-	-	-
Concordância de Negação	-	-	-	-
Gênero gramatical	-	-	-	-
Acordo no sintagma	-	-	-	-
Relações gramaticais	na	na	na	na

Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos, a princípio, que as línguas compartilham traços de maneira que um mesmo fenômeno linguístico pode ou não se manifestar nas quatro línguas analisadas. Considerando a hipótese de que as línguas de uma mesma família compartilham traços de tal forma que é possível determinar características da família a partir da observação desses traços, é possível afirmar que foi confirmada. O compartilhamento de traços, por sua vez, nos leva à observação de um conjunto de propriedades que define a família Tupi-Guarani, e a distingue das demais línguas e famílias.

Além de ter sido possível confirmar um comportamento semelhante das quatro línguas em relação à maioria dos critérios de análise, confirmamos também uma aproximação de funcionamento entre o guajá, o kaiowá e o kamaiurá, por um lado, e um distanciamento do kokama em relação às três línguas anteriores, por outro lado. Tal afirmação pode ser justificada

pela distancia geográfica das línguas. As três primeiras são faladas, respectivamente, no Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto kokama é falada no Peru. Tal resultado contribui para o estabelecimento de evidências para classificações tipológicas no interior dos estudos sobre a família Tupi-Guarani.

Portanto, as seguintes características podem ser elencadas e resumidas com respeito às línguas da família Tupi-Guarani:

i. apresentam **aposição**, em especial aposição de sintagmas nominais com respeito a um mesmo referente, especificando-o. Isso só não pôde ser verificado na língua kaiowá, já que, no texto utilizado, não foram encontrados exemplos;

ii. de modo geral, o padrão das línguas é a expressão do argumento apenas uma vez por meio de formas lexicais ou pronominais. As línguas guajá, kamaiurá e kaiowá podem, mas não necessariamente, apresentar marcação morfológica de pessoa nos verbos concomitante ao uso de pronomes e/ou sintagmas nominais. Como não há obrigatoriedade, caracterizam-se como línguas de **referência cruzada**, com consequente traço de opacidade. A língua kokama, por seu turno, manifesta o fenômeno apenas uma vez, o que lhe atribui transparência;

iii. quanto à **descontinuidade**, nas línguas, há uma preferência por morfemas monossilábicos, principalmente para a expressão de informações relevantes na raiz nominal ou verbal. Porém, três delas, guajá, kamaiurá e kaiowá, manifestam o fenômeno de descontinuidade na negação, com o morfema descontínuo *na-...-i*, que corresponde a um circunfixo, pois consiste em duas partes fonologicamente distintas, mas relacionadas a uma única unidade de significado.

iv. a **concordância na oração** mostrou que, as quatro línguas, guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá, são transparentes no que se refere a esse fenômeno, já que em nenhuma foi observada a obrigatoriedade de dupla marcação;

v. as línguas apresentam uma variedade de estratégias de **negação**, operando em diferentes camadas. Todas as línguas apresentam ao menos uma estratégia para negação sentencial, geralmente anexada a predicados e com escopo sobre todo o Estado-de-coisas. Em guajá, a negação se manifesta por meio de morfema descontínuo que nega Estados-de-coisas (*n*=...-*i*) ou constituintes *(rawỹ + ipé*); a negação de nominalizações e orações subordinadas ocorre por meio de sufixo (*ỹ*), e de atos discursivos por meio de partículas *nawanĩ* e *m*ẽ respectivamente imperativo e assertivo. Em kamaiurá, a negação também opera em várias camadas, por meio de partículas (*nit, anite, rũej*) para negar constituintes, sufixos *(-em, -um, e'ym*) e o morfema descontínuo *n*=...*ite*, para ilocuções. Em kokama, há a utilização de duas partículas: *ŧima* para

negar Atos Discursivos, e *ni* para argumentos nucleares da oração. Em kaiowá, por sua vez, há a disposição de uma única estratégia de negação, o morfema descontínuo *na-...-i*. Todas as estratégias encontradas nessas línguas, portanto, apresentam um alinhamento transparente, tendo em vista que atuam em diferentes camadas dos Nível Interpessoal e Nível Representacional, e, portanto, são codificadas de diferentes modos no Nível Morfossintático;

vi. nenhuma das línguas apresenta expressão de **gênero gramatical**. O gênero, quando ocorre, é semanticamente motivado. Todas as línguas apresentam meios lexicais para indicar 'macho' e 'fêmea', além de lexemas específicos para designar, por exemplo, 'marido x esposa', 'pai x mãe' etc. Dessa forma, a marca de gênero é dependente do sexo biológico da entidade referida, ou seja, não é atribuído sem motivação como no caso do gênero gramatical. Como, portanto, a relação de um-para-um entre significado e forma é mantida, pode-se dizer que as línguas são transparentes no que se refere a este fenômeno;

vii. quanto ao **acordo no sintagma**, observamos que as línguas apresentam diferentes estratégias para quantificação definida e indefinida que podem coocorrer na mesma língua. A quantificação definida é expressa por meios lexicais, enquanto a quantificação indefinida é expressa morfossintaticamente por meios gramaticais. São, portanto, distintas dentro dos níveis, mantendo-se, então, a relação de um-para-um entre a função indicada no Nível Representacional e a forma expressa no Nível Morfossintático. Nos sintagmas, com relação ao emprego de modificadores, as línguas contam com verbos atributivos que cumprem a função de modificadores do nome. De modo geral, portanto, não há marcação de nenhum traço do nome, isto é, essas categorias aparecem "descobertas" no sintagma, sem qualquer marcação. As informações de gênero e quantificação, por exemplo, ocorrem apenas uma vez e não são copiadas do núcleo para os demais constituintes do sintagma;

viii. quanto às **relações gramaticais**, visto que as quatro línguas não apresentam alinhamento sintático, mas sim semântico, são tipologicamente classificadas como ativas. Essas línguas, conforme demonstrado, distinguem o argumento Ativo dos não ativos (Inativo e Locativo). Dito de outro modo, o argumento Ativo nunca recebe marca morfológica, podendo, no entanto, ser distinguido pela posição que ocupa na oração, ou seja, a posição inicial. Os não ativos, que incluem o Inativo e o Locativo, por sua vez, distinguem-se por morfemas em todas as línguas, com exceção do kamaiurá. O uso desses morfemas é obrigatório para o Locativo, nas quatro línguas, mas só exigidos pelo Inativo no guajá e no kokama. No kaiowá, o Inativo é facilmente reconhecido pela posição que assume na ordem linear da oração;

ix. as línguas analisadas da família Tupi-Guarani não apresentam **elementos expletivos.** Para indicar fenômenos da natureza, apresentam moldes de predicação constituídos por

propriedades de zero ou um lugar, sendo, no último caso, o argumento preenchido, por um nome relacionado ao evento descrito. Predicações com predicados não verbais não apresentam cópula, bem como em construções existenciais, O kokama, em construções existenciais, apresenta um marcador de existência *emete*, que não se caracteriza como um expletivo verbal, já que não apresenta propriedades verbais.

Diferentemente de Hengeveld (2011a), Leufkens (2015) e Hengeveld e Leufkens (2018), que consideraram a distância geográfica e genética para analisar tipologicamente línguas de diferentes famílias, este estudo, como vimos, investiga a transparência/opacidade em línguas pertencentes a uma mesma família (Tupi-Guarani). Conforme os resultados atestam, guajá, kamaiurá, kaiowá e kokama são línguas que compartilham traços que indicam tratar-se da mesma família.

A análise mostra que as línguas guajá, kamaiurá e kaiowá são mais próximas, visto que compartilham exatamente os mesmos traços; desconsiderando, é claro, a aposição que não pôde ser verificada em kaiowá. Kokama, por não apresentar referência cruzada, distingue-se das outras três. Ainda assim, o compartilhamento de traços é muito mais frequente nas quatro línguas analisadas, o que é relevante para a pesquisa aqui desenvolvida, pois, ao considerar a questão do compartilhamento de traços entre as línguas de uma mesma família, é possível determinar um conjunto de características que lhes são próprias.

Como vimos no Capítulo II, Rodrigues (2011), ao propor os 9 subconjuntos das línguas da família Tupi-Guarani, assume uma postura crítica ao ressaltar que, para uma melhor caracterização desses subconjuntos, seria necessário um maior número de propriedades linguísticas, gramaticais e lexicais. O trabalho aqui apresentado cumpre exatamente essa tarefa, ao analisar e descrever as quatro línguas apresentadas: guajá, kokama, kamaiurá e kaiowá. Por mais que o compartilhamento de traços de línguas de uma mesma família pareça algo óbvio, uma investigação consistente com o objetivo de atestar essa obviedade e, por consequência, testar os critérios de transparência da GDF se faz necessária; o que corrobora a validade e relevância do presente estudo.

Além do valor científico que o trabalho possui, destacamos o valor social que o mesmo adquire ao se voltar ao estudo de línguas indígenas, que, além de serem historicamente pouco valorizadas no interior das ciências da linguagem, vivem, no Brasil contemporâneo, tempos de extermínio, assim como os povos que as falam. Assim, o presente trabalho nos lembra da existência desses povos e da importância de suas línguas para a compreensão dos fenômenos da linguagem.

No que tange às contribuições específicas, este estudo identificou que as línguas investigadas sugerem distinção, marcada de alguma forma, geralmente pela ordenação dos constituintes, entre Ativo e Inativo. Assim, a distinção semântica (Ativo X Inativo) parece ser mais relevante do que a sintática (Sujeito X Objeto). Desse modo, é possível propor desdobramentos e questionamentos acerca de uma possível reformulação necessária ou um incremento do que entendemos por "Relações Gramaticais", dentro dos fundamentos da GDF. O mesmo ocorre com o critério da concordância de negação, pois o presente trabalho corrobora a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2018) para p fenômeno, já que nossos dados confirmam que a negação ocorre em todas as camadas dos níveis Interpessoal e Representacional, o que implica que nem toda múltipla estratégia de negação nas línguas indica opacidade, já que diferentes estratégicas podem indicar diferentes camadas e, consequentemente, diferentes escopos.

Mais especificamente, apesar de não ser o objetivo do trabalho, foi possível chegar a duas hierarquias com informações distintas a partir dos dados do quadro 21; o que confirma o alcance da investigação realizada.

Tabela 2. Hierarquia de transparência e opacidade da língua guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá.

guajá kamaiurá	<	kaiowá	<	kokama

+ opacas ----------+ transparentes

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3. Hierarquia de transparência e opacidade dos fenômenos

aposição	<	referência cruzada descontinuidade	<	expletivos concordância oracional concordância de negação gênero gramatical acordo no sintagma relações gramaticais

Fonte: Elaborado pela autora.

Na primeira hierarquia, observamos que, em uma caracterização de níveis de transparência e opacidade, as línguas guajá e kamaiurá apresentam características que nos permitem afirmar que são, no rol de línguas aqui analisadas, mais opacas, uma vez que

apresentam os fenômenos de aposição, referência cruzada e descontinuidade. Acredita-se, entretanto, que kaiowá é menos transparente já que não foi possível observar a manifestação do fenômeno de aposição. Por fim, kokama é a língua mais transparente entre as analisadas, já que apresenta apenas o fenômeno de aposição.

A segunda hierarquia, por sua vez, nos permite analisar o nível de manifestação dos critérios de transparência e opacidade. Observamos, a partir dos resultados analisados, que a aposição é o fenômeno mais recorrente entre as línguas já que se manifestou em 3 das 4 analisadas, sendo que em kaiowá não foi possível observar. Referência cruzada e descontinuidade, por sua vez, foram observados em todas as línguas, com exceção de kokama. Os fenômenos restantes (expletivos, concordância oracional, concordância de negação, gênero gramatical, acordo no sintagma e relações gramaticais) são os menos recorrentes, já que não foram observados em nenhuma das línguas analisadas.

Assim, de modo geral, o presente trabalho contribui (i) para a conservação das línguas indígenas: guajá, kamaiurá, kokama e kaiowá, considerando que, desde a chegada dos portugueses, 155.000 línguas se perderam no Brasil sem nenhum tipo de estudo, conforme Seki (1999, p. 15); considerando a escassez de estudos de línguas como o da língua kaiowá, por exemplo, e (ii) para os estudos da transparência e da opacidade, de forma geral e, sobretudo, para o modelo da GDF, o que pode ser exemplificado, por exemplo, com o critério da concordância de negação (HENGEVELD E MACKENZIE, 2018).

REFERÊNCIAS

BALÉE, W. *Footprints of the forest*: Ka'apor ethnobotany – the historical ecology of plant domestication by an Amazonian people. New York: Columbia University Press, 1994.

BAKER, M. *The Polysynthesis Parameter*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

BLOOMFIELD, L. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

BOLINGER, D. *Meaning and form*. Londres: Longman, 1977.

BRIDGEMAN, L. I. *A note on stress in Kaiwá*. Arquivo Linguístico no 225. Brasília-DF: Summer Institute of Linguistic, 1960.

BRIDGEMAN, L. I. Kaiwa (Guarani) phonology. *International Journal of American Linguistics*, 27, p. 329-334, 1961.

BRIDGEMAN, L. I. *O parágrafo na fala dos Kaiwá-Guarani*. Brasilia-DF: Summer Institute of Linguistics, 1981.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística - Parte II. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (ed.). Introdução à Lingüística. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMACHO, R. G.; PEZATTI, E. G.; ABREU, C. C. S. R.; PAULA, D. C. F. P. Transparência Linguística. *LIAMES – Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, 17(2), p. 223-239, jul./dez. 2017.

CAMARA, A. L.; GARCIA, T. S.; NOVAES-MARQUES, N. B.; OLIVEIRACODINHOTO, G.; PEZATTI, E. G. Concordância e acordo de número: uma discussão com base nas línguas indígenas do Brasil. *LIAMES – Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, 17(2), p. 241-262, jul./dez. 2017.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CARDOSO, V. F. *Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá* (Guarani). Tese. Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

COMPARINI, A. M. P.; GUIRALDELLI, L. A.; SOUZA, E. R. F. Referência cruzada e concordância oracional no estudo de transparência e opacidade em línguas indígenas do Brasil. *LIAMES – Línguas Indígenas Americanas*, Campinas, 17(2), p. 307-340, jul./dez. 2017.

CROFT, W. *Typology and Universals*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CULICOVER, P.; JACKENDOFF, R. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DIETRICH, W. More Evidence for an Internal Classification of Tupi-Guarani Languages. In: DIETRICH, W. *Linguística Amerindia Sudamericana*. Berlim: Mann, 1990.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The Structure of the Clause. Ed. by Kees

Hengeveld. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997a.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and Derived Constructions. Ed. by Kees Hengeveld. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997b.

DRUDE, S. Fala masculina e fala feminina em awetí. Línguas indígenas brasileiras. Fonologia, gramática e história. *Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da Anpoll*. I. Belém: UFPA, p. 177-190, 2002.

DUBOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985, p. 43-65.

DURIE, M. *A Grammar of Acehnese*: on the basis of a dialect of North Aceh. Dordrecht: Foris, 1985.

FONTES, M. G. As Interrogativas de Conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2012.

GARCIA, W. G. *Kayova Médico Renonde-pe – Termos Medicos Kayova* (Kayova- Português; Português-Kayova). Frases e expressões mais utilizadas para o exame médico (Português-Kayova; Kayova-Português), 2000 (manuscrito).

GARCIA, W. G. (Org). *Handle Rembypy*: Nossas origens. Sao Paulo: Editora Unesp, 2003.

GIVÓN, T. Iconicity, isomorphism and nonarbitrary coding in syntax. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 187-219.

GOMES, I. P. *Aspectos fonológicos do parakanã e morfossintáticos do awá-guajá (tupi)*. 120 p. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1991.

GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUIMARÃES, M. R. *Intensificadores como quantificadores*: os âmbitos da expressão da quantificação no português do Brasil. Tese de doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

HAIMAN, J. *Natural syntax*. Iconicity and erosion. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HATTNHER, M. M. D.; NAGAMURA, G. H.; PARRA, B. G. G. O papel das relações gramaticais na análise da transparência e da opacidade em línguas indígenas do Brasil. In: *LIAMES – Línguas Indígenas Americanas*, 17(2). Campinas, jul./dez., p. 341- 361, 2017.

HENGEVELD, K. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. In: *Linguistics in Amsterdam*, 4(2), p. 1-22, 2011a.

HENGEVELD, K. Epilogue: degrees of transparency. In: *Linguistics in Amsterdam.* 4(2), p. 110-114, 2011b.

HENGEVELD, K. Referential markers and agreement markers in functional discourse grammar. In: *Language Sciences*, 34, p. 468-479, 2012.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, E. R. F. (ed.) *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 43-86.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO HATTNHER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. In: *Linguistics*, 53.3, p. 479-524, 2015.

HENGEVELD, K.; LEUFKENS, S. Transparent and non-transparent languages. In: *Folia Linguistica*, 52.1, 2018.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Negation in Functional Discourse Grammar*. Submetido para: KEIZER, E.; OLBERTZ, H. (Ed.). Advances in Functional Discourse Grammar. Amsterdam: Benjamins (inédito).

HOLMBERG, A. R. *Nomads the long bow*: the Sirionó Eastern Bolivia. Garden City: The Natural History Press, 1969.

KEIZER, E. A Functional Discourse Grammar for English (textbook). Oxford: Oxford University Press, 2015.

KISSENBERTH, W. *Beitrag zur Kenntniss der Tapirapé-Indianer Baessler*, Archiv VI, Heft 1/2, Leipzig/Berlim, 1916.

KRACKE, W. H. *Force and persuasion*: leadership in an Amazonian society. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles. In: *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 28 (2), p. 323-362, 2013.

LEUFKENS, S. *Transparency in language*: a typological study. Tese de Doutorado. Netherlands: LOT, 2015.

MAGALHÃES, M. M. S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá* (família Tupi-Guarani). Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, N. B. N.; PEZATTI, E. G. Pressupostos teóricos: a Gramática Discursivo-Funcional. In: *A relação conclusiva na língua portuguesa*: funções resumo, conclusão e consequência [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 39-54. ISBN 978-85-7983-699-2. Available from SciELO Books.

MELIA, B. *La lengua Guaraní del Paraguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-Guarani. *Journal de la Société des*

Américanistes de Paris, 1911-45, 1927.

MÉTRAUX, A. *The native tribes Eastern Bolivia and Western Matto Grosso*. Handbook South American Indians, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 134. Washington, D. C.: Government Printing Office, 1942.

MOURA, H. *A linguagem não é transparente*: um estudo sobre a relação entre forma e sentido. Tese de Professor Titular. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

OLIVEIRA-HARRISON, C. H.; J. M. TAYLOR. Nasalization in Kaiwá. In: D. Bendor-Samuel (ed.). *Tupi Studies 1*. University of Oklahoma, Norman, 1971, p. 15-20.

PAULA, D. C. F. Transparência e Opacidade nas Línguas Indígenas da Família Naduhup. 2019. 232f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2019.

PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português:* aspectos tipológicos e funcionais. Tese de Doutorado. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 1992.

PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras no português*. São Paulo: Parábola, 2014.

PEZATTI, E. G. *Construções subordinadas na lusofonia*: uma abordagem discursivo-funcional. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, v. 1., 350p, 2016.

RIVET, P. Les indiens Canoeiros. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, 16:169-82, 1924.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras*: para o conhecimento das línguas indígenas. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo Cultrix, 1977[1916].

SEKI, L. A lingüística indígena no Brasil. In: *D.E.L.T.A.* vol. 15, nº especial, 1999, p. 257-290.

SEKI, L. *Gramática do Kamaiurá*: Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2000.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. Uma abordagem funcionalista da língua. In: Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 29-54.

SPOSITO, C. C. Construção de Causa, Razão, Explicação e Motivação na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2012.

STASSI-SÉ, J. C.; FONTES, M. G. Transparência e opacidade nos sistemas de negação sentencial em línguas indígenas brasileiras. In: *LIAMES – Línguas Indígenas Americanas*. 17(2). Campinas, jul./dez., p. 283-305, 2017.

TAYLOR, J.; TAYLOR, A. Statement of Kaiwa grammar from clause to morpheme level.

Arquivo Lingüístico 44: Dourados, MS. SIL, 1966a, p. 1-30.

TAYLOR, J.; TAYLOR, A. Nove contos contados pelos kaiwas e guaranis. In: *Revista de Antropologia*, 14, p. 81-104, 1966b.

YOPÁN, R. V. *A grammar of Kokama-Kokamilla*. Tese. Departamento de Linguística, University of Oregon Graduate School, 2010. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/tese:vallejos_2010. Acesso em: 20 jan. 2020.